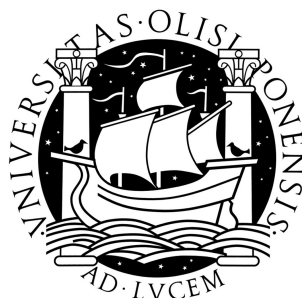


UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



TRABALHO DE PROJECTO

COM *PES* PARA ANDAR

ou

O Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar: um contributo

Vítor Manuel Leal Colaço

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE EM
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Área de especialização em Administração Educacional

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



TRABALHO DE PROJECTO

COM *PES* PARA ANDAR

ou

O Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar: um contributo

Vítor Manuel Leal Colaço

Trabalho de projecto orientado pela Professora Doutora

Madalena Fontoura

**CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTES AO GRAU DE MESTRE EM
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

Área de especialização em Administração Educacional

2008

RESUMO

Desde há muito que assistimos a uma progressiva alteração e ampliação das funções da escola com o conseqüente acréscimo de papéis que cada um dos seus actores tem de desempenhar. Para encontrar as condições que lhe permitam sobreviver e adaptar-se às novas realidades a escola, como qualquer outra instituição, tem que se conhecer melhor. Tal conhecimento passa por compreender a natureza dos seus processos de organização de forma a perceber a acção dos seus actores e conseguir encontrar os caminhos para melhorar a sua eficácia.

Procurando ir ao encontro desta exigência o trabalho aqui apresentado pretende contribuir para a reflexão, análise e avaliação que consideramos ser urgente fazer na Escola Secundária do Lumiar. Assim, decidimos efectuar uma avaliação do Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar, incluído numa das novas funções da escola – a promoção e educação para a saúde, por acreditarmos que desta forma podemos conseguir identificar indicadores da cultura organizacional da escola e das lógicas que regem os seus actores. Desta forma, ambicionamos ajudar a criar a necessidade de (re)pensar a acção desta instituição e dos seus actores.

A avaliação do Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar teve origem na questão: Em que medida a cultura organizacional da escola possibilita, ou impede, a concretização dos objectivos do Projecto de Educação para a Saúde? Desta questão nasceu o projecto sustentado por um quadro teórico que inclui estudos no campo da política, da regulação, das organizações e das lógicas de acção manifestas na promoção da saúde. Nesse âmbito, analisámos documentos e realizámos entrevistas aos principais actores envolvidos no projecto que nos permitiram responder à questão inicial e atingir os objectivos a que nos propusemos.

Palavras-chave: Avaliação, Cultura Organizacional, Liderança, Lógicas de Acção, Promoção e Educação para a Saúde.

ABSTRACT

The progressive change and widening of school functions is not a recent phenomenon, and neither is the resulting expansion of the roles of the intervening agents. Like any other institution, school should gain better understanding of this mechanisms in order to establish conditions to meet new needs and ensure its own survival. This cannot be achieved without a deeper comprehension of the nature of the organizational processes involved, which can make clear the action of its agents and eventually help figuring out ways to improve productivity.

In view of the foregoing, this research contributes to the reflexion, analysis and assessment of the current situation at the Lumiar High School which should be undertaken urgently. For this purpose, the Lumiar High School Health Education Project was chosen as case study. Health promotion/education is one of such new functions recently attributed to schools. Through the evaluation of the Lumiar High School Health Education Project, key factors of the organizational culture of the school were identified, and the logics of action were established. Consequently, this contribution aims to help create the need for more reflexion on the activity carried out at school and on the roles of the agents involved.

The decision to evaluate the Lumiar High School Health Education Project originated with the following thesis statement: How does the organizational culture of the school enable, or hinder, the success in achieving the goals of the Health Education Project? The theoretical background of the present research project includes studies on policies, regulation, organisations and logics of action within the health promotion schools. The adopted methodology includes document analysis and interviews of the key agents. It was possible to answer the thesis question and fulfil initial objectives.

Keywords: Evaluation, Organizational Culture, Leadership, Logics of Action, Health Promotion/Education.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. CONTEXTOS E SUPORTES DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO	3
1. As políticas de promoção e de educação para a saúde	3
Políticas de promoção e educação para a saúde	3
A educação para a saúde - as intenções	5
A educação para a saúde - a prática	6
2. A Escola Secundária do Lumiar	8
2.1 A escola enquanto organização e a cultura organizacional	8
2.2 O espaço físico e a comunidade educativa da Escola Secundária do Lumiar	10
2.3 O Regime de Autonomia, Administração e Gestão da Escola Secundária do Lumiar	11
A ‘crise de poder’ da Escola Secundária do Lumiar	12
3. A definição do problema	12
A delimitação do estudo	12
Os entraves no caminho do PES-ESL	13
O problema e os objectivos do estudo	14
II. A METODOLOGIA	18
1. As opções metodológicas	18
2. A recolha de dados	19
3. O tratamento e a análise dos dados	21
Os documentos produzidos na ESL	22
As entrevistas	23

III. A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVO E DAS ENTREVISTAS	25
1. Os documentos produzidos na Escola Secundária do Lumiar	25
1.1. Os anos lectivos anteriores a 2005/06	26
1.2. O PES-ESL e os documentos orientadores da ESL	28
1.2.1. O Regulamento Interno de Escola e o PES-ESL	28
1.2.2. O Projecto Educativo de Escola e o PES-ESL	29
1.2.3. Os Planos Anuais de Actividades e o PES-ESL	30
1.3 Actas das reuniões realizadas no âmbito da relação dos Órgãos de Administração e Gestão e o PES-ESL	38
1.4 Os Planos e os Relatórios de Actividades do PES-ESL	44
O ano lectivo de 2005/06	45
O ano lectivo de 2006/07	48
O ano lectivo de 2007/08	50
2. As entrevistas	53
O perfil das coordenadoras e do presidente	56
A construção e a coordenação do projecto	58
A gestão e a organização da escola	62
A avaliação	66
Sugestões para o futuro	69
IV. CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	81
BIBLIOGRAFIA	82

ANEXOS:	88
1 – Guião da entrevista às coordenadoras do PES-ESL	89
2 – Transcrição da entrevista à coordenadora C1	93
3 – Grelha de análise de conteúdo da entrevista à coordenadora C1	102
4 – Transcrição da entrevista à coordenadora C2	108
5 – Grelha de análise de conteúdo da entrevista à coordenadora C2	120
6 – Transcrição da entrevista à coordenadora C3	126
7 – Grelha de análise de conteúdo da entrevista à coordenadora C3	139
8 – Guião da entrevista ao presidente do CE	144
9 – Transcrição da entrevista ao presidente do CE	148
10 – Grelha de análise de conteúdo da entrevista ao presidente do CE	166

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Despacho Normativo n.º 734/2000, de 19 de Junho - Actividades/acções do PAA de 2005/06.	31
Quadro 2: Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006 e - Actividades/acções do PAA de 2006/07	33
Quadro 3: Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006 - Actividades/acções do PAA de 2007/08	36
Quadro 4: Normas, Actividades do Plano e Referências do Relatório de Actividades do PES.	46
Quadro 5: Normas, Actividades do Plano e Referências do Relatório de Actividades do PES.	49
Quadro 6: Normas, Actividades do Plano de Actividades do PES.	51
Quadro 7: Formação das coordenadoras	56
Quadro 8: Critérios e instrumentos de avaliação das iniciativas realizadas	67

LISTAGEM DE ABREVIATURAS UTILIZADAS:

AE – Assembleia de Escola

AP – Área de Projecto

CCPES – Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde

CE – Conselho Executivo

CP – Conselho Pedagógico

ESL – Escola Secundária do Lumiar

ME – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

OT – Ordem de Trabalhos

PAA – Plano anual de Actividades

PEE – Projecto Educativo de Escola

PES-ESL – Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar

REEPS – Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde

RI – Regulamento Interno

RNEPS – Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde

SEAE – Serviços Especializados de Apoio Educativo

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

AGRADEÇO...

**Aos meus pais,
por me permitirem ser quem sou e chegar onde cheguei.**

**À Cristina e ao Gunther,
por nunca deixarem de estar presentes na minha vida.**

**Ao Paulo,
por ser a pessoa que é e me deixar acampanhá-lo.**

**Ao Vitó,
por acreditar mesmo quando eu o deixo de fazer.**

**À Ana e à Isabel,
por me deixarem fazer parte das vossas vidas e terem aceite esta aventura.**

**Ao Tiago,
por tudo o que vivemos.**

**À Rolinda,
por me ajudar a ver.**

**À professora Madalena,
pela disponibilidade, pelo apoio e pela partilha de saber.**

**Ich danke Ronny,
weil ich glaube, dass ist möglich.**

**A todos os que fazem parte da minha vida
e que de alguma forma a preenchem.**

Muito Obrigado.

INTRODUÇÃO

O trabalho de projecto “Com *PES* para andar ou o Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar: um contributo” surge como resultado do meu percurso profissional. O anterior envolvimento em projectos com ligações à temática, por um lado, e a necessidade de intervenção permanente, na procura de caminhos mais eficazes, por outro lado, levaram-me ao desenvolvimento deste trabalho.

Consequentemente, a procura de respostas, e possíveis soluções, para o que pode(m) ser o(s) problema(s) do Projecto de Educação para a Saúde da Escola Secundária do Lumiar (PES-ESL) constitui a matéria fundamental do presente projecto de intervenção. Até porque acreditamos que, tal como afirma Barroso *et al.*, (s.d.: 126), “a promoção da boas estratégias de promoção e educação para a saúde depende do conhecimento pertinente resultante de investigação científica rigorosa e actual.” Este será o nosso rumo tendo por adquirido que, ainda segundo Barroso *et al.*, (s.d.: 48), a educação é a variável que mais significativamente se relaciona com a saúde uma vez que é determinante na adopção de atitudes e comportamentos para a qualidade de vida.

Feita a prospecção do terreno, do local da investigação, procurámos perceber em que medida **a cultura organizacional**, entendida como um conjunto de pressupostos básicos – inventados, descobertos ou desenvolvidos por um dado grupo, ao aprender a lidar com problemas de adaptação externa e de integração interna – que se revelou adequado para ser considerado válido e, portanto, a ensinar aos novos membros como o modo correcto de perceber de pensar e de sentir os referidos problemas (Schein, *in* Nóvoa, 1992), da Escola Secundária do Lumiar (ESL) possibilita, ou impede, a concretização dos objectivos do Projecto de Educação para a Saúde.

A resposta ao problema acima enunciado levou à aplicação de uma estratégia de investigação na linha da investigação-acção, abordagem particularmente atraente para os educadores devido à sua ênfase prática na resolução de problemas por serem profissionais que levam a cabo a pesquisa e esta visar um maior entendimento e aperfeiçoamento do desempenho durante um certo período (Bell, 2004: 22). Animou-nos o propósito de encontrar formas de agregar interesses e impulsionar intervenções inovadoras que permitam ampliar a eficiência na promoção da saúde. Para tal é necessário compreender a natureza dos processos de organização e as lógicas de acção da ESL e os seus efeitos sobre o PES-ESL. O que passa,

também, pela avaliação do apoio da gestão e pela identificação dos parceiros e das necessidades na concepção, na concretização e na avaliação do PES-ESL.

O quadro teórico do projecto de intervenção inclui, obrigatoriamente, estudos nos campos da política, da regulação, das organizações e das lógicas de acção que promoveram a educação para a saúde, na escola, entre os quais podemos destacar os de Barroso (2005), Barroso *et al.* (s.d.), Bertrand e Guillemet (1994), Larrue, Knoepfer e Varrone (2006), Morgan (1996), Sampaio (2007) e van Zanten (2006).

Assim, tendo como ponto de partida o conhecimento da situação vivida na ESL, começámos por conversas informais, para aprofundamento de problemas intuídos, e pela leitura e recolha de um conjunto alargado de documentos escritos. A organização de um *corpus documental* foi o primeiro passo para a montagem de uma metodologia com preocupações qualitativas, que utilizou, na recolha de dados, a observação directa, por vezes, participante, as conversas informais, a análise documental e a realização e análise de entrevistas

O referencial para a acção foi assim construído, à medida que fomos avançando com a pesquisa e a reflexão que ela provocava.

O trabalho realizado dá corpo ao presente relatório. O relatório está organizado em quatro capítulos, correspondendo cada um deles às diferentes fases do processo de investigação.

No capítulo I – *Contextos e suportes do projecto de intervenção*, apresentamos o problema, os elementos da problemática, o objecto de estudo e a clarificação dos conceitos fundamentais. Procuramos assim, explicitar os entendimentos que fazemos de certos termos ligados à política de promoção e de educação para a saúde e às ciências da educação. Abordamos ainda, o local da investigação e as diferentes condicionantes ao PES-ESL, nomeadamente, o ambiente vivido na ESL e o percurso do próprio projecto de educação para a saúde da escola, desde o ano de 1996/97 até ao mês de Abril de 2008.

No capítulo II – *A metodologia*, procuramos esclarecer as opções tomadas quanto ao rumo do nosso projecto de investigação-acção. Esclarecemos a opção da pesquisa efectuada bem como a estratégia de pesquisa e as técnicas utilizadas na recolha, tratamento e análise dos dados.

No capítulo III – *A análise dos documentos em arquivo e das entrevistas*, é feita a apresentação dos dados recolhidos e a sua análise interpretativa em função da problemática em estudo e dos objectivos que fixámos para o nosso trabalho.

No capítulo IV – *Conclusões e reflexões finais*, são expostas as deduções a que chegámos e apresentadas algumas das alterações já provocadas no PES-ESL, assim como alguns dos caminhos que consideramos fundamentais para uma maior eficiência da promoção e educação para a saúde na ESL.

I. CONTEXTOS E SUPORTES DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO

1. As políticas de promoção e de educação para a saúde

Políticas de promoção e educação para a saúde

O surgimento de Políticas de Promoção e Educação para a Saúde são o resultado do reconhecimento da existência de um problema público que urge resolver – como gerir um bem precioso como a saúde das pessoas? Sendo o estado de saúde das pessoas algo com implicações nas mais diversas áreas da sociedade e da economia, facilmente se compreende a importância que tais políticas adquirem.

As políticas de promoção e educação para a saúde são um dos domínios específicos do campo mais vasto que é o das políticas públicas. Assim, o trabalho de projecto de intervenção a desenvolver inscreve-se no campo das políticas públicas, aqui entendidas na acepção de Larrue, Knoepler e Vanone (2006: 29):

“comme un enchaînement de décisions ou d’activités, intentionnellement cohérentes, prises par différents acteurs, publics et parfois privés, dont les ressources, les attaches institutionnelles et les intérêts varient, en vue de résoudre de manière ciblée un problème défini politiquement comme collectif.”

A nível internacional, a Organização Mundial de Saúde realizou várias conferências sobre a promoção de saúde. Estas conferências levaram ao surgimento de alguns referenciais elementares que continuam a enformar as actuais políticas de saúde. Poder-se-á destacar a Conferência de *Alma-Ata*, em 1978, que estabeleceu como prioridade a prevenção da doença e a promoção da saúde, e a Conferência de *Ottawa*, em 1986, com a elaboração da Carta de *Ottawa*, onde se volta a defender a promoção da saúde e se reconhece a necessidade da Educação para a Saúde na escola, na família e no trabalho. Neste contexto de promoção da saúde nas escolas foi criada, em 1991, a Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde (REEPS), numa parceria entre a Delegação Europeia da Organização Mundial da Saúde, a Comissão Europeia e o Conselho da Europa.

No plano nacional, a Lei de Bases da Educação (Lei 46/86 de 14 de Outubro, DR I Série) aponta no seu *artigo 2º - Princípios Gerais*, que o sistema educativo deve contribuir “para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho”. Acrescenta ainda, no *n.º 2 do artigo 47º - Desenvolvimento Curricular*,

a Formação Pessoal e Social definida como uma área transversal que “pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros no mesmo âmbito”. De igual forma, a Lei de Bases da Saúde (Lei 48/90 de 24 de Agosto, DR I Série) assume, na *Base II do Capítulo I – Disposições Gerais*, que a Política de Saúde obedece a um conjunto de directrizes, nomeadamente “a promoção da saúde e a prevenção da doença” (*n.º 1 alínea a*) e o incentivo à “educação das populações para a saúde, estimulando nos indivíduos e nos grupos sociais a modificação dos comportamentos nocivos à saúde pública ou individual” (*n.º 1 alínea h*).

Na prossecução das referidas Leis de Bases, e num contexto de potenciação dos factores de educação e de saúde, o Ministério da Educação (ME) e o Ministério da Saúde (MS) formalizaram, em 1994, uma parceria visando a colaboração activa entre as escolas e os centros de saúde com vista à promoção da saúde. Neste âmbito é criada a Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS), integrada na REEPS, que se vai organizar no propósito do sucesso educativo e do desenvolvimento saudável daqueles que habitam o espaço escolar. Em 1999 surge também a Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde (CCPES) e é alargada a RNEPS (Despacho n.º 15 587/99 de 22 de Julho, DR II Série).

No virar do milénio surgem três documentos com particular relevância na definição do problema que se considera central para o projecto a desenvolver. No *Relatório Actividades do Centro de Apoio Nacional à RNEPS 2000* (Centro Nacional de Apoio à RNEPS, 2001: 41) é registada como prioritária a “introdução de mudanças organizacionais nas escolas para a resposta aos desafios da Educação para a Saúde”. Propósito idêntico surge na formalização do compromisso entre o ME e o MS para o desenvolvimento da RNEPS, onde se afirma que o processo de promoção da saúde na escola só pode ser eficaz se, entre outras, for concretizado “no plano organizacional, garantindo condições de direcção e gestão facilitadoras do desenvolvimento do processo; e no plano comunitário, criando uma efectiva dinâmica relacional entre escolas, pais, famílias e organizações locais” (Despacho conjunto do ME e do MS 734/2000, de 18 Julho, DR II Série). A 17 de Outubro, no Decreto-Lei 259/2000 (DR I Série A), escreve-se que “são aqui incorporadas matérias referentes à organização da vida escolar, com especial relevância para a intervenção dos serviços especializados de apoio educativo das escolas, à organização curricular, favorecendo uma abordagem integrada e transversal da educação sexual, ao envolvimento dos alunos e dos encarregados de educação e das respectivas associações e à formação de professores.”

Apesar de alguns avanços e recuos, ao sabor das mudanças de governos e de responsáveis ministeriais, um vasto conjunto de diplomas legais, e orientações, tem vindo a ser produzido procurando dar corpo ao modelo de Educação para a Saúde desenvolvido pela RNEPS. Saliente-se o *Plano Nacional de Saúde 2004-2010* e o *Protocolo entre os Ministérios da Educação e da Saúde*, de 7 de Fevereiro de 2006, este último visando o desenvolvimento de actividades de promoção da educação para a saúde em meio escolar. Acrescente-se, ainda, na sequência deste Protocolo, a publicação, em 27 de Setembro de 2006, do *Despacho do Secretário de Estado da Educação* que obriga todas as escolas incluírem “no Projecto Educativo da Escola (PEE) as temáticas conexas com a Promoção e Educação para a Saúde” e a designarem um docente para exercer as funções de coordenador, na escola, do Projecto de Educação para a Saúde.

A educação para a saúde – as intenções

Segundo Canário (1998: 1) “as funções da escola, que são tradicionalmente educar, instruir e socializar, têm sofrido, nos últimos anos, consideráveis ampliações”. Neste sentido, cada vez mais, a escola é pressionada para a procura de respostas a muitos dos problemas das sociedades actuais. Ao mesmo tempo, no seu seio, muitos dos seus actores sentem necessidade de intervir na resolução desses problemas, para poder desempenhar as suas funções educativas. Assim, a escola tem vindo, progressivamente, a actuar no campo social, apesar de para isso dispor de reduzidos meios. É neste encontro de funções da educação com funções de outros serviços, nomeadamente os da saúde, que surge a Promoção e Educação para a Saúde.

A Educação, tal como a Saúde, são recursos para a vida, potenciando-se mutuamente. Cada cidadão tem um percurso de vida com implicações no outro e no espaço que o rodeia, desempenhando a Educação um papel fundamental para a construção da cidadania e na aquisição de competências que interagem com as condições para uma vida saudável na Terra. A Educação pode ajudar na divulgação dos conhecimentos e influenciar modos de pensar, mudando atitudes e crenças e produzindo alterações de comportamento e estilos de vida. Portanto, as Políticas de Educação e de Saúde devem ser indissociáveis e centradas nas pessoas de forma a permitirem um desenvolvimento saudável ao longo da sua vida. Torna-se claro que para a concretização de boas políticas de saúde devem existir boas políticas de educação. A Educação para a Saúde pode criar sinergias e otimizar recursos visando a promoção de estilos de vida e de formas de estar adequados a uma vida saudável.

Consequentemente, está-se em crer que, e de acordo com Spieldenner (2006: 7), “a educação é a chave para a saúde já que aqueles que têm uma boa educação tendem a viver mais e mais saudáveis” (tradução do autor). Neste contexto a Direcção Regional de Educação do Algarve (2007) defende que:

“a escola, enquanto local de aprendizagem e de socialização, oferece condições privilegiadas para a promoção da saúde – individual e social - dos seus alunos, do pessoal docente e não docente, das famílias e da restante comunidade educativa. É através da apropriação dos conteúdos informativos e formativos das actividades educativas e das aprendizagens que se promovem capacidades conducentes à autonomia e ao sentido da responsabilidade social dos cidadãos, habilitando-os a intervir em si próprio e na relação com os outros de forma construtiva.”

Barroso *et al.*, (s. d.: 20) referem, também, que “a Educação para a Saúde tem-se concentrado prioritariamente na mudança de comportamento individual ou de factores intra pessoais (tais como atitudes ou crenças) julgados determinantes do comportamento, a fim de promover um melhor estado de saúde”. Acrescentando que a Educação para a Saúde “implica uma visão transdisciplinar que permita a estruturação, coordenação e articulação de forma sustentável das intervenções a nível macro estrutural ou dos sistemas de saúde local”.

A educação para a saúde - a prática

A educação para a saúde passa, obrigatoriamente, por uma intervenção planificada e com uma continuidade temporal. Tal como afirma Barroso *et al.*, (s.d.: 119) “o método planeado, estrategicamente desenvolvido em função da especificidade dos contextos e em continuidade, promete revelar resultados mais duradouros.” Assim, devem ser identificados, com clareza, os objectivos e as alternativas de intervenção baseadas num correcto diagnóstico da situação. O presente trabalho assume-se como um contributo para a planificação de uma melhor intervenção na educação para a saúde da ESL.

Apesar de todo o quadro normativo e da documentação para orientação das Políticas de Promoção e de Educação para a Saúde continuam a registar-se problemas na sua implementação. Alguns desses problemas, já enunciados, são abordados em vários trabalhos realizados sobre o tema, como por exemplo os *Relatórios de Actividades Realizadas no Âmbito do Protocolo celebrado entre a APF e o Ministério da Educação*; os artigos publicados na *Revista 2000.pes*; as *Orientações Técnicas sobre Educação Sexual em Meio Escolar*; a *Síntese das Conclusões do Encontro Nacional – Internacional “Promoção da Saúde em Meio Escolar”*, etc.

De acordo com a problemática já enunciada podemos sintetizar as principais questões críticas na implementação das Políticas de Promoção e de Educação para a Saúde em três campos:

Funcionalidade da Escola: para conseguirem desempenhar as funções educativas as escolas têm, cada vez mais, que ampliar o seu espaço de acção para responder aos desafios sociais e poder ajudar na resolução de variados problemas sociais, onde se inclui obrigatoriamente a temática da Promoção e da Educação para a Saúde e, concomitantemente, a multiplicação de interdependências com o exterior através da criação/aprofundamento de parcerias. As escolas são, assim, obrigadas a repensar os seus processos de funcionamento e a tentar congregar diferentes interesses em torno de objectivos comuns;

Financiamento: a não existência de uma dotação no orçamento de estado para as escolas desenvolverem os projectos de Promoção e de Educação para a Saúde e o já diminuto orçamento das mesmas condicionam fortemente a sua efectivação;

Formação dos professores: é necessária uma aposta na formação específica do corpo docente e, em particular, do coordenador nas áreas de saúde e de métodos de trabalho. Além da, sempre necessária, motivação e capacidade de reflexão crítica sobre a sua prática.

No que concerne à organização do trabalho a usar na promoção e educação para a saúde, Sampaio (2007: 36-37) aconselha o uso de uma “‘metodologia de projecto’ (...) que pressupõe estruturar a intervenção de uma forma planeada e participada e exige a co-responsabilização dos parceiros na definição do projecto e no levantamento dos recursos, numa dinâmica de pesquisa-acção”. Barroso *et al.*, (s. d.: 103), sustentam que a promoção e a educação para a saúde não podem estar confinadas a métodos informativos ou persuasivos para mudar comportamentos, mas devem implicar transformações de contexto e de dimensão comunitária. Sampaio (2007: 11) defende ainda a obrigatoriedade de uma área de Educação para a Saúde com a revitalização dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas e a inclusão desta temática nas áreas curriculares não disciplinares, onde a avaliação tenha um lugar fundamental, quer na concepção e organização do projecto, quer no impacte nas pessoas, nos grupos e na organização, nomeadamente, ao nível financeiro (Sampaio, 2007: 38).

Na avaliação de uma escola promotora de saúde, de acordo com Lanfranconi (2006: 11) podemos focar-nos em oito diferentes áreas: o espaço escolar, o ensino, a aprendizagem, o ambiente da escola, a liderança, os docentes, a qualidade da gestão e os efeitos. No entanto, e ainda segundo o mesmo autor, “não é necessário que seja feita uma avaliação de todas as áreas, as escolas devem, em cada momento, escolher um ou dois indicadores sobre os quais pretendem concentrar a sua reflexão para saber o caminho a seguir” (tradução do autor). Assim, com o presente projecto de intervenção-acção pretendemos efectuar, tal como refere Barroso *et al.*, (s.d.: 123), uma avaliação processual da implementação do PES-ESL por forma a detectar possíveis problemas de implementação e contribuir para a sua identificação e

correção. Como tal, e segundo Friedberg (1993: 12), para compreender a acção social, devemos interrogar-nos sobre a natureza dos processos de organização. Até porque estes processos “pelos quais são moldados, estabilizados e coordenados os comportamentos e as interacções estratégicas” dos vários actores permitir-nos-á perceber a sua acção e encontrar os possíveis caminhos para melhorar a eficácia do PES-ESL. Estamos em crer que, no actual momento da ESL, será necessário efectuar uma reflexão sobre a liderança e a qualidade da gestão, duas variáveis por nós consideradas fundamentais para que o PES-ESL seja potenciado e ajude a cumprir os propósitos de uma escola promotora de saúde.

2. A Escola Secundária do Lumiar

2.1. A escola enquanto organização e a cultura organizacional

A escola enquanto organização só funciona de acordo com as decisões que são tomadas pelos seus actores. E, como referem Bertrand e Guillemet (1994: 12), uma “organização vive da participação das pessoas e das suas características” como a “inteligência, a sensibilidade, a motivação e a personalidade”. E o seu comportamento é, segundo os mesmos autores, “orientado, em boa parte, por uma cultura, uma missão, finalidade, intenções e objectivos.” Assim, cada escola terá uma identidade própria o que pressupõe “uma estruturação e uma integração das actividades como a divisão formal do trabalho, atribuição das responsabilidades, coordenação, integração ou descentralização” (Bertrand e Guillemet, 1994: 12). Ainda segundo estes autores, a organização compreende cinco dimensões principais que podemos considerar como subsistemas. A saber:

1. Um subsistema cultural, com intenções e valores determinados pela organização e pela sociedade, que contém a razão de ser da organização;
2. Um subsistema tecnocognitivo que engloba os conhecimentos necessários para o funcionamento da organização;
3. Um subsistema estrutural onde se encontram a divisão e a integração das tarefas, frequentemente descrito sob a forma de regras, de procedimentos e diagramas organizacionais;
4. Um subsistema psicossocial, constituído pelas pessoas e pelos grupos em interacção. Compreende sobretudo as condutas das pessoas, as suas motivações, as suas

expectativas, os seus papéis, as dinâmicas de grupo e as redes de influência. Constitui o que frequentemente se designa por *clima organizacional*;

5. Um subsistema de gestão que possui um papel dominante. Com efeito, determina as intenções e os objectivos; efectua a planificação; controla todas as operações e assegura a relação organização/meio.

Do acima exposto, percebe-se a impossibilidade de compreender uma organização se apenas se considerar a dimensão formal. É preciso considerar, igualmente, as redes de relações informais.

A organização formal é sinónimo de estrutura planificada – representa o esforço deliberado para estabelecer modelos de relações entre as partes constituintes de modo a alcançar os objectivos. Nesta perspectiva, as regras codificam-se frequentemente em regulamentos e manuais de procedimentos.

Porém, nenhuma organização pode funcionar apoiando-se unicamente nas relações formais codificadas nos regulamentos. As pessoas associam-se por interesse, por afinidade ou por necessidade e formam-se grupos que emergem espontaneamente no seio da organização. Os grupos, frequentemente, criam estratégias para melhorar o desempenho geral e mesmo de carácter particular. A organização informal tem, portanto, uma função de adaptação.

Acreditamos ainda que uma estrutura organizacional é dinâmica – evolui no tempo e reage às mudanças que ocorrem no seu meio. Até porque uma organização é um sistema aberto com múltiplas relações com o seu meio e cujos membros estão ligados entre si e têm interacções. Desta forma o contexto organizacional, entendido como “as forças sociais, culturais, políticas, tecnológicas e económicas” (Bertrand e Guillemet, 1994: 94) que são exercidas pelo meio numa organização, não pode ser menosprezado. O contexto organizacional vai assim ter, também, um papel de relevo na definição da cultura escolar e do clima organizacional aí vivido.

A cultura escolar, entendida como a cultura organizacional de cada escola em particular, resulta do que é produzido pelos “actores organizacionais, nas relações uns com os outros, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes” (Barroso, 2005: 42). Assim, a escola produz ela própria uma cultura específica.

A cultura organizacional de cada escola, como de qualquer outra organização, resulta de três níveis, definidos por Schein, em Bertrand e Guillemet (1994: 120): os produtos e as criações, os valores e as hipóteses de base ou os pressupostos. Este terceiro nível, das convicções, dos pressupostos, das regras, das orientações de base e das crenças, constitui o paradigma cultural da escola. É aqui que se encontram os fundamentos da acção exercida pela organização. Daqui resulta um determinado clima organizacional que importa conhecer. Até porque o

clima organizacional descreve o que é diferente ou contraditório indo assim para além do que é comum e partilhado que se observa na cultura organizacional.

2.2. O espaço físico e a comunidade educativa da Escola Secundária do Lumiar

A ESL situa-se no espaço da antiga Quinta dos Frades, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa, confinando com outras duas escolas uma do 1º Ciclo e outra do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. A ESL situa-se na zona central do Lumiar, onde se concentra toda a actividade principal da freguesia, manifesta numa série de infra-estruturas e equipamentos: Centro de Saúde do Lumiar, Junta de Freguesia, Hospital Pulido Valente, Centro de Reabilitação Calouste Gulbenkian (Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral), Hospital Militar da Força Aérea, Instituto Ricardo Jorge, Instituto Superior de Educação e Ciências, vários espaços comerciais, bibliotecas, etc.

A ESL iniciou actividade em 1979, funcionando apenas com o 3º ciclo do Ensino Básico, e, em 1982, passou a leccionar também os cursos do antigo Ensino Complementar. Actualmente, funciona apenas em regime diurno e lecciona o 3º ciclo do Ensino Básico (catorze turmas divididas entre o percurso regular e três diferentes Cursos de Educação e Formação de nível II) e o Ensino Secundário (treze turmas repartidas pelos cursos Científico-humanísticos, Tecnológico de Desporto e Profissional de Secretariado). A ESL oferece um conjunto de serviços de apoio educativo: Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), Núcleo de Apoio Educativo, Serviço de Apoio Sócio Educativo, Biblioteca e Centro de Recursos, Sala de Estudo, pavilhão gimnodesportivo e um campo polidesportivo descoberto. Possui ainda serviços de Papelaria, Reprografia, Refeitório e Bar/Sala de Convívio de alunos. De salientar que a ESL não faz parte de nenhum agrupamento de escolas enquanto as duas escolas vizinhas se encontram integradas num mesmo agrupamento. No entanto, o refeitório e o pavilhão gimnodesportivo da ESL são, também, utilizados por essas escolas.

O Lumiar caracteriza-se por ter uma população de extremos em termos socioeconómicos, classes média alta/alta e média baixa/baixa. A maioria dos alunos da ESL são provenientes do Lumiar, mas recebe outros de distintas localidades, reflectindo uma população discente bastante heterogénea, quer a nível económico, quer a nível cultural e social.

Nos últimos anos, verificou-se uma diminuição do número de alunos na escola contando, actualmente, com cerca de 650. Este facto teve reflexo na quebra do número de docentes, principalmente dos contratados. No presente ano lectivo a ESL conta com 82 professores, com uma média etária superior a 40 anos, quase todos pertencentes ao quadro de nomeação

definitiva da escola e, na sua maioria, Professores Titulares. Esta situação testemunha uma forte estabilidade do corpo docente na escola. Os restantes funcionários, trinta e dois, repartidos entre pessoal auxiliar, administrativo e técnico, como na generalidade das escolas, não são em número suficiente para as tarefas que lhes são exigidas.

2.3. Regime de Autonomia, Administração e Gestão da Escola Secundária do Lumiar

A Administração e Gestão da ESL são exercidas pelos Órgãos e Princípios constantes no Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio (revisto pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril), que estabelece o regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. Assim, os órgãos de administração e gestão da ESL são a Assembleia de Escola (AE), o Conselho Pedagógico (CP) e o Conselho Executivo (CE).

A AE é o órgão responsável pelas linhas orientadoras da actividade da escola, o Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio (revisto pela Lei 24/99, de 22 de Abril) confere-lhe poderes de aprovação do PEE e do Regulamento Interno (RI), de emissão de pareceres sobre os Planos Anuais de Actividades (PAA's), de apreciação dos relatórios periódicos e dos relatórios finais de execução do PAA e de emissão de recomendações aos restantes órgãos sobre assuntos relevantes para a escola (ESL, 2003: 7 a 8; ESL, 2007a: 9 a 10).

O CP é, segundo o RI da ESL, “o órgão de coordenação e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente. O CP, pela natureza das suas funções, deve, de modo especial, contribuir para que prevaleçam os critérios de ordem pedagógica sobre os critérios de ordem administrativa” (ESL, 2003: 17; ESL, 2007a: 18).

As competências do CP, definidas pelo RI, atribuem-lhe os poderes de elaboração da proposta do PEE, de apresentação de propostas para a elaboração do PAA, de pronúncia sobre a proposta do RI e do PAA, de definição de princípios gerais nos domínios da articulação e da diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e de aprovação das propostas de funcionamento de Actividades de Complemento Curricular (ESL, 2003: 17 a 18; ESL, 2007a: 19 a 20).

O CE, conforme o RI da ESL, é o órgão responsável pela gestão pedagógica, cultural, administrativa e financeira. Compete ao CE, entre outros, elaborar o PAA e aprovar o respectivo documento final; distribuir o serviço docente e não docente; elaborar relatórios

periódicos e final de execução do PAA; gerir as instalações, espaços e equipamentos e outros recursos educativos; estabelecer protocolos e acordos; elaborar o RI e desencadear outras acções consideradas necessárias ao normal e efectivo funcionamento da escola.

A ‘crise de poder’ da Escola Secundária do Lumiar

Nos últimos três anos lectivos verificou-se uma forte instabilidade nos órgãos de administração e de gestão da ESL que podemos classificar como uma “crise de poder”. O ano lectivo de 2005/06, último ano do mandato do CE anterior, ficou marcado por manifestos problemas de coesão interna. Foram evidentes, entre os membros do CE, as divergências de opinião sobre a forma de condução da escola, com visíveis conflitos de ordem pessoal, que resultaram na falta de diálogo e em posições públicas contraditórias. Esta situação originou o surgimento de diferentes posturas, por parte dos restantes docentes, que se traduziram na ausência de apoio e no aumento da contestação às medidas tomadas pelos diferentes elementos do CE. Seguiu-se um ‘vazio’ de liderança dado que o CE cessante não se recandidatou nem surgiram outras propostas de candidaturas. A escola passou, então, a ser gerida por uma Comissão Executiva Provisória, nomeada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa. No presente ano lectivo, deu-se início ao mandato de um novo CE, composto pelos membros da anterior equipa provisória, agora com a legitimidade do voto mas, ainda, com uma forte oposição interna. Quanto à AE apenas se encontra em funções desde meados do ano lectivo 2006/07. Finalmente a inexistência de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação é outro sinal desta crise.

3. A definição do problema

A delimitação do estudo

O PES-ESL existe na escola, pelo menos, desde o ano lectivo de 1996/97. Nos primeiros anos de existência a coordenadora do projecto foi a mesma – coordenadora C2, do grupo de recrutamento 330 – Economia. No ano lectivo de 2003/04 a coordenação passa para a coordenadora C1, do grupo de recrutamento 430 – Inglês, que se manteve à frente do projecto até ao final do ano lectivo de 2005/06. A coordenadora inicial do projecto, coordenadora C2, volta a desempenhar este cargo no ano lectivo de 2006/07. No presente ano lectivo a coordenação do projecto foi atribuída à coordenadora C3, do grupo de recrutamento 520 – Biologia.

O projecto de investigação-acção que se pretende concretizar, acerca do PES-ESL, está confinado ao estudo de três anos lectivos, desde 2005/06 até ao final de 2007/08. Esta opção justifica-se pela oportunidade de analisar um projecto sujeito a mudanças anuais, tanto ao nível da coordenação como ao nível da direcção e gestão da escola, o que permitirá apreciar, também, o modo como diferentes perspectivas e lideranças actuam sobre o PES.

Colaboraram, mais directamente, neste projecto os principais actores do PES-ESL, nomeadamente as três coordenadoras, acima referidas, e o actual presidente do CE, através de conversas informais e de entrevistas. De salientar que, apesar de o estudo abranger o período temporal do anterior presidente do CE, não nos foi possível efectuar uma entrevista ao mesmo uma vez que este já não se encontra na escola. De forma menos directa, contámos ainda com as opiniões e ideias de outros actores escolares que se foram manifestando, ao longo do presente ano lectivo, através de conversas informais.

Os entraves no caminho do PES-ESL

O PES-ESL adquire um papel ainda mais importante se atendermos às características dos discentes da ESL, anteriormente explicitadas, uma vez que, tal como Barroso *et al.*, (s.d.: 28), acreditamos ser “possível intervir na reconstrução social, no contexto das pessoas mais desfavorecidas e nas comunidades com menos acessibilidades.” Até porque, segundo Canário (1990: 1), “é para a escola que todos se voltam na procura de respostas aos problemas sociais actuais” e mais ainda “no caso das escolas que servem populações carenciadas.” No entanto, e atendendo à história recente da ESL, acima exposta, um conjunto de entraves podem ter contribuído para a (in)eficácia do PES-ESL. Assim, estamos em crer que constituem entraves ao PES-ESL:

- a inexistência de um eficaz aproveitamento de algumas instituições próximas da escola, nomeadamente o Centro de Saúde do Lumiar e as escolas vizinhas;
- a diminuição do número de alunos e de docentes da ESL, bem como as características destes últimos que podem, de alguma forma, oferecer uma maior resistência à mudança e à inovação que é exigida a este tipo de projecto;
- a “crise de poder” verificada nos últimos três anos.

A proximidade de instituições, como as acima mencionadas, deveria permitir um maior trabalho em parceria em prol da promoção e da educação para a saúde de toda a comunidade educativa.

A diminuição do número de alunos da ESL poderia ter sido aproveitada para ampliar o sentimento de pertença à escola, designadamente pelo acréscimo da dinamização de

actividades e iniciativas do PES-ESL. É possível que a idade e a estabilidade do corpo docente tenham, de alguma forma, desempenhado aqui um papel, oferecendo uma maior resistência à mudança e à inovação, exigidas por este tipo de projecto.

A ‘crise de poder’, anteriormente caracterizada, e que é, também, manifesta no PES-ESL. Na coordenação deste projecto estiveram, desde 2005/06, três diferentes coordenadoras, pode, por um lado, ajudar a explicar o ambiente de trabalho vivido na ESL e, por outro, ter influenciado na concretização dos objectivos do PEE e do PES-ESL. Até porque “o poder é o meio através do qual conflitos de interesses são (...) resolvidos” e este “influência quem consegue o quê, quando e como” (Morgan, 1996: 163). Assim, qualquer projecto só sobrevive com um efectivo apoio por parte daqueles que lideram o espaço da sua intervenção. Mas o estilo de trabalho em curso na ESL leva-nos para além da ‘crise de poder’. Tendo por referência que a cultura organizacional é composta por vários elementos, onde se combinam pressupostos invisíveis – valores, crenças, ideologias – com um conjunto de manifestações visíveis – verbais e conceptuais, simbólicas e comportamentais, podemos dizer que o modelo prevalecente de trabalho radica na sua ‘cultura organizacional’ que apresenta entraves a uma acção organizada. As dificuldades de planificação, de organização, de coordenação, de concretização de acções e de avaliação, com as consequentes perdas de sinergias e desperdício de recursos, as débeis ligações com o exterior e os diferentes tipos e níveis de apoio (in)existentes são alguns dos problemas que consideramos presentes na ESL.

O problema e os objectivos do estudo

De acordo com a problematização acima exposta perfilam-se ainda outras questões críticas que afectam igualmente a implementação das Políticas de Promoção e de Educação para a Saúde no espaço sociológico. A ordem política das escolas é gerada e gerida internamente, em cada estabelecimento de ensino mas isso não significa que ela não dependa, num determinado sentido, de factores políticos externos, das orientações políticas e administrativas do aparelho central (Fontoura, 2006). As lógicas de acção emergem neste quadro pelo seu poder explicativo e justificativo da acção nas escolas. As lógicas de acção estabelecem os fios de sentido entre as actividades que se realizam no espaço escolar e os contextos comunitários e sociais onde a escola se insere, entre os modos de regulação institucional e as interpretações locais das normas administrativas (Sarmiento, 2000). As escolas, para conseguirem desempenhar as funções educativas que a sociedade exige, têm, cada vez mais, que ampliar o seu espaço de acção fora da sala de aula e intervir na resolução de problemas sociais, onde se inclui a obrigatoriedade em abordar a temática da Promoção e da Educação para a Saúde e,

concomitantemente, a abertura ao exterior com a criação/aprofundamento de parcerias. Além disso, a escola, tal como afirma Fontoura (2006), sendo “perspectivada como um sistema de acção, organizado em torno de estruturas e actores, poderes, valores e conflitos” é, assim, obrigada a repensar as suas funções e os seus processos de organização e a tentar congregiar diferentes interesses em torno de objectivos comuns.

Como tal, torna-se imprescindível explicar as *lógicas de acção*, resultantes dos diferentes interesses e actores, bem como o tipo de *regulação* criada no interior do estabelecimento de ensino. O conceito de regulação é aqui utilizado “para descrever dois tipos de fenómenos: os modos como são produzidas e aplicadas as regras que orientam a acção dos actores; os modos como esses mesmos actores se apropriam delas e as transformam” (Barroso, 2006: 12). Nesta acepção interessa-nos, por um lado, e ainda segundo Barroso (2006: 13), compreender as dimensões de coordenação, de controle e de influência exercida pelos órgãos de gestão e pela coordenação do PES-ESL. Por outro lado, o (re)ajustamento das regras que resultam da diversidade de estratégias, de acções, de posições e de interesses dos diferentes actores envolvidos no PES-ESL.

Assim, partindo do exposto, é lícito considerar que os factores favoráveis, ou desfavoráveis, a uma efectiva corporalização dos objectivos do PES-ESL, radicam na **cultura organizacional** da escola, pelo que tem pertinência a questão: *Em que medida a cultura organizacional da Escola Secundária do Lumiar possibilita, ou impede, a concretização dos objectivos do projecto de educação para a saúde?*

Neste quadro é, portanto, necessário identificar o que é imputável às componentes dessa cultura organizacional, no processo de elaboração/execução do PES-ESL, não esquecendo o contexto mais amplo em que tudo se insere. Assim, atendendo aos problemas já explicitados, ao quadro normativo em vigor e à cultura organizacional da ESL, em geral, e do seu PES, em particular, interessa saber:

1. Os elementos-chave das dinâmicas instituídas: valores, crenças e ideologias que constituem o quadro de referência às condutas individuais e comportamentos grupais quanto aos:
 - processos de organização da ESL;
 - procedimentos operacionais e à(s) lógica(s) de acção da ESL;
 - procedimentos operacionais relativamente ao PES.
2. As expectativas que podem fazer a diferença: o que é necessário para os actores da ESL modificarem comportamentos e envolverem-se no PES?
 - Apoios e outros recursos essenciais à organização, coordenação e operacionalização do PES, para efectivar a(s) articulação(ões) escola/família/instituições exteriores e agregar os diversos interesses;

- Regras e procedimentos a desenvolver de forma a despertar o corpo docente para a educação para a saúde e levar os profissionais a promover e educar para a saúde;
- Lideranças com capacidade e competência para enfrentar os problemas.

Crê-se que a análise das questões acima referidas ajudará a reduzir os entraves no caminho do PES-ESL e a encontrar novas vias, mais flexíveis e adaptativas, para a sua (re)animação. As hipóteses de soluções a encontrar deverão, antes de mais, ser exequíveis e estar em concordância com os princípios e pressupostos da Promoção e Educação para a Saúde, sem esquecer os constrangimentos existentes e outros que possam emergir. Até porque, como refere Morgan (1996: 162), “mesmo quando as pessoas reconhecem a importância de se trabalhar junto, a natureza de qualquer trabalho específico frequentemente combina elementos contraditórios que criam vários tipos de conflito de papel.”

A presente proposta de intervenção visa amplificar a eficácia do PES-ESL através do conhecimento da cultura organizacional da escola e da(s) sua(s) lógica(s) de acção. A lógica de acção é aqui entendida por orientação global das actividades da escola (van Zanten, 2006: 196). Este conceito, ainda segundo van Zanten (2006: 197), implica “a existência de algum grau de coerência entre as dinâmicas de diferentes domínios de acção e um mínimo de consenso entre actores escolares”. É esta a percepção que se tem da acção organizada na ESL, até porque “a noção de coerência implica a existência de alguma congruência entre os diversos domínios, construída ao longo do tempo (...) através de múltiplas interações, narrativas e, por vezes, graças à acção deliberada de um determinado agente” (van Zanten, 2006: 197). Este agente poderá, no caso da ESL, ser o grupo de actores que, de forma directa ou indirecta, sempre orientaram todos os processos de acção na escola. Além de que “a coerência interna não exclui a autonomia relativa de cada domínio e pode estar ausente (...) por falta de contacto, envolvimento colectivo ou mesmo fragmentação de diferentes domínios levados a cabo pela liderança da escola” (van Zanten, 2006: 197). Acreditamos ser esta a cultura organizacional dominante na ESL, com a existência de “um certo acordo no que diz respeito aos objectivos e problemas existentes, ainda que os diferentes grupos possam discordar em algumas prioridades, meios e causas” (van Zanten, 2006: 198).

A existência de grupos pressupõe a necessidade de não pensar numa totalidade indiferenciada; é necessário diferenciar e avaliar em que medida cada um, por si ou em conjunto, facilita, ou dificulta, a concretização dos fins do PES-ESL.

A avaliação de um projecto deverá ser feita tanto ao nível do processo como do produto e dar resposta a um conjunto de questões (Freitas, 1999). É nesta acepção que se procurará:

- Compreender a natureza dos processos de organização da ESL e os seus efeitos sobre o PES;

- Compreender a(s) lógica(s) de acção da escola e os seus efeitos sobre o PES;
- Avaliar a aceitação e o apoio à promoção e educação para saúde junto da gestão da ESL;
- Identificar parceiros e aliados na concepção, concretização e avaliação do PES-ESL;
- Identificar formas de agregar interesses e leva-los a convergir para a melhoria do PES;
- Fomentar, na comunidade escolar, o interesse, o desejo e a necessidade em cooperar activamente visando a promoção e educação para a saúde;
- Determinar a quantidade e qualidade das actividades de promoção e educação para a saúde;
- Identificar as necessidades do PES-ESL na organização, coordenação e operacionalização;
- Impulsionar estratégias e recursos de intervenção inovadores que permitam ampliar a eficiência na promoção da saúde.

Finalizado o cruzamento de dados, estaremos em condições de responder objectivamente a algumas das questões levantadas, relativas aos actores e aos recursos mobilizados, poderemos estabelecer alguns *fios de sentido*, entre uns e outros, mas restarão muitas outras interrogações. Até porque, tal como afirma Freitas (1999: 10), “sempre que na apreciação entram aspectos predominantemente qualitativos introduz-se uma margem de subjectividade que não pode ser ignorada.”

Crê-se que por esta rota poder-se-á encontrar um conjunto de caminhos alternativos e criar conhecimento útil que revigore o PES-ESL. Espera-se que esta investigação-acção desperte o interesse, crie o desejo e impulsione a necessidade de reunir empenhos em torno do PES-ESL. Só assim será possível encontrar novas estratégias e recursos de intervenção com *PES* para andar.

II. A METODOLOGIA

1. As opções metodológicas

A opção por uma estratégia na linha da investigação-acção decorre das nossas preocupações de compreensão da problemática anteriormente enunciada mas, principalmente, da possibilidade, oferecida por esta estratégia, em aperfeiçoar as práticas. Até porque, tal como afirmam Brown e McIntyre (*in* Bell, 1993: 21), esta estratégia “implica um processo contínuo de pesquisa e o valor do trabalho é julgado pelo que se tiver conseguido em termos de compreensão, bem como das alterações desejáveis na nossa forma de agir.” Assim, estamos conscientes que esta opção implicará uma continuidade do trabalho para além do projecto agora apresentado.

Os objectivos a que nos propomos exigem que seja feita uma avaliação com preocupações qualitativas, de compreensão e interpretação da realidade, mas, também, formativas, identificando o potencial de mudança, no quadro da desejada melhoria de condições, processos e resultados educativos da escola (Carvalho e Carreiro da Costa, 1998). Nessa avaliação devem ser focadas as opiniões dos principais intervenientes no PES-ESL e, ainda conforme Carvalho e Carreiro da Costa (1998: 10), privilegiar a análise “dos significados, ou seja, os valores e os sentimentos, as opiniões, as expectativas e as percepções que os intervenientes partilham e retiram das suas experiências”. Tendo sempre presente que é, também, necessário apreender o sentido da situação para que exista capacidade de lhe dar sentido (Berger *in* Fontoura, 2006: 79). Assim, podemos, por um lado, situar o nosso trabalho no campo da investigação interpretativa e crítica, focando-nos no sentido dos significados das acções e das intenções humanas (Fontoura, 2006: 80). Por outro lado, pretende-se conhecer as crenças e os valores subjacentes à prática, mediante uma reflexão crítica.

A recolha, a consulta e análise documental, à luz dos normativos legais, dos projectos, planos e relatórios de actividades, e toda a documentação escrita e produzida pelos actores escolares permite-nos efectuar um estudo qualitativo. O cruzamento de toda a informação recolhida leva-nos a conhecer os envolvidos nas várias fases do processo; os possíveis desfasamentos entre o planeado e o concretizado; o tipo de avaliação efectuada e as suas consequências; os parceiros e aliados e a natureza e importância dos investimentos e recursos disponibilizados ao PES-ESL. Para tanto este trabalho implicou, também, a realização de entrevistas e conversas informais, com as coordenadoras do PES-ESL e com a gestão da escola. Através da

análise destes procedimentos, aliada à observação directa e à observação participante, poder-se-á inferir acerca da natureza dos processos de organização, da(s) lógica(s) e motivações de cada actor e dos modos de regulação. Nesta análise deverá estar presente que as realidades sociais se interpenetram, constituindo redes de interdependências com diferentes sistemas de significação (Fontoura, 2006: 79).

2. A recolha de dados

Na recolha dos dados foi efectuada uma pesquisa arquivista ou documental e foram realizadas quatro entrevistas, três às coordenadoras do PES-ESL e uma ao presidente do CE.

A pesquisa arquivista, como refere Afonso (2005: 88), tem como objectivo a obtenção de dados relevantes que nos permitem responder às questões da investigação. Esta técnica, ainda segundo o mesmo autor, tem a vantagem de permitir recolher informação original que foi produzida e organizada com finalidades diferentes dos nossos objectivos. Assim, como refere Lee (2003), em Afonso (2005), “os dados recolhidos desta maneira evitam problemas de qualidade” uma vez que quem os produziu não teve conhecimento prévio de que iriam ser estudados. É este o caso de todos os documentos oficiais produzidos na ESL e por nós consultados, tais como os documentos orientadores da ESL (RI, PEE e PAA's), as actas dos órgãos de administração e gestão e os Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL. Incluem-se ainda nesta categoria todas as publicações oficiais do estado como os normativos legais, os relatórios, brochuras e boletins produzidos no âmbito da promoção e educação para a saúde.

A nossa pesquisa teve como ponto de partida as conversas informais com alguns dos principais actores do PES-ESL, nomeadamente a actual e anteriores coordenadoras do projecto, elementos das diferentes equipas executivas e outros professores que, pelos cargos desempenhados e/ou capacidade de influência nas decisões, foram por nós considerados importantes. Estas conversas e os conhecimentos do autor, quer pela sua experiência em projectos semelhantes quer pelo conhecimento da escola e do seu funcionamento, permitiram-nos delinear um plano de recolha de dados com o fim específico de fornecer informações sobre o objecto de estudo. Esta primeira etapa do nosso trabalho foi sendo complementada com leituras bibliográficas e normativos legais que nos deram a conhecer diferentes abordagens e métodos de trabalho da temática em estudo e permitiram o estabelecimento de um quadro teórico e analítico. Foi ainda construído um *corpus* documental que nos permitiu organizar e classificar os factos recolhidos de forma a facilitar a sua posterior consulta.

Em resultado da primeira etapa do nosso trabalho foram sendo definidas e clarificadas as questões que pretendíamos responder, as etapas a percorrer, os objectivos a que nos propúnhamos e os critérios necessários à apreciação.

Uma vez definido o tema e especificados os objectivos deu-se início à segunda etapa com a decisão dos modos de recolha, de análise e de interpretação dos dados. No que se refere à recolha de dados esta teve o seu *terminus* no final do mês de Abril de 2008. No entanto, a observação directa e participante do autor permite-nos o conhecimento de algumas ocorrências, posteriores a esta data, que são igualmente tidas em atenção no trabalho aqui apresentado.

A recolha de dados passou por duas fases distintas:

Primeiro pela procura de todos os documentos produzidos na ESL e considerados fundamentais, nomeadamente:

- os documentos orientadores da ESL (RI, o PEE e os PAA's);
- as actas de cada um dos diferentes órgãos de Administração e Gestão da ESL;
- os Planos e os Relatórios de Actividades do PES-ESL.

A segunda fase de recolha de dados só foi efectuada após a análise e interpretação dos documentos recolhidos. Optámos assim, como refere Bell (1993: 102), também por uma “abordagem orientada para as fontes” em que é a natureza destas que “ajuda a formular as questões que a investigação vai responder.” A análise e interpretação destes documentos permitiram um maior conhecimento dos factos ocorridos na escola, e que tiveram importância no caminho percorrido pelo PES-ESL, facilitando a construção das entrevistas às coordenadoras do projecto e ao presidente do CE.

A decisão de efectuar entrevistas aos principais actores do PES-ESL decorre dos objectivos deste trabalho e, também, das vantagens que se reconhecem a este método de recolha de informações. Atendendo à diferente natureza dos cargos desempenhados foram construídos dois guiões de entrevistas semi-estruturadas, um para aplicar às coordenadoras do PES-ESL e outro para o presidente do CE. Como tal, as categorias, subcategorias e aspectos a abordar em cada um dos dois guiões nem sempre são coincidentes.¹

A opção por entrevistas semi-estruturadas, onde é possível obter comentários e explorar ideias que sejam enunciadas pelos entrevistados, decorre da nossa crença na importância de “dar liberdade ao entrevistado para falar sobre o que é de importância central para ele” sem, contudo, deixarmos de garantir “que todos os tópicos considerados cruciais serão abordados” (Bell, 1993: 140).

¹ Ver anexos 1 e 8 – Guiões da entrevista às coordenadoras do PES-ESL e ao presidente do CE, respectivamente.

Na construção dos guiões tivemos sempre presente o problema do nosso estudo: “*Em que medida a cultura organizacional da ESL possibilita, ou impede, a concretização dos objectivos do projecto de educação para a saúde?*”

Assim, procurámos conhecer os valores, as crenças e ideologias que constituem o quadro de referência das condutas de cada um dos actores. Desta forma, visámos perceber os processos de funcionamento da organização, os procedimentos e as lógicas de acção prevaletentes na ESL, no geral, e na elaboração do PES-ESL, em particular. Interessou-nos, também, conhecer as expectativas destes actores, nomeadamente quanto aos apoios e outros recursos essenciais à organização, à coordenação e à operacionalização do PES.

Fazia parte do nosso plano inicial a inquirição de alunos, professores, funcionários, pais e encarregados de educação. No entanto, após a referida análise documental, concluímos não ser necessária a realização destes inquéritos. Essa análise, bem como as entrevistas realizadas, permitiram-nos inferir acerca do (des)conhecimento, da aceitação e da importância do PES-ESL, na escola, do tipo de participação dos intervenientes, bem como das mudanças que possam ter ocorrido.

3. O tratamento e a análise dos dados

A análise e interpretação da informação qualitativa, como processos morosos e reflexivos que são, foram sendo aperfeiçoados à medida que obtínhamos mais informação e diversificação de fontes. Tendo presente os nossos objectivos fomos “mobilizando e testando estratégias produtoras de significados relevantes” e “transformando progressivamente os dados em elementos constitutivos de um novo texto” (Afonso, 2005: 118).

Assim, na análise e interpretação da informação procurámos efectuar inferências válidas que pudessem responder às questões do nosso trabalho e permitissem atingir os objectivos a que nos propusemos. A análise crítica efectuada atendeu ao que de facto é dito nos documentos, sem contudo perder de vista as finalidades e intenções dos seus autores.

O cruzamento dos dados obtidos, com a análise e interpretação dos documentos produzidos pela ESL e os dados recolhidos, com as entrevistas, permitiram-nos ainda evidenciar alguns traços da cultura organizacional da ESL e os seus reflexos no PES-ESL.

Os documentos produzidos pela ESL

A análise e interpretação dos dados produzidos na ESL foram precedidas de uma análise aos normativos legais que mais se relacionam com o PES-ESL, nomeadamente o Despacho

Normativo 734/2000, de 19 de Junho e o Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006. Esta análise permitiu-nos decidir a orientação do trabalho a efectuar com os documentos produzidos na ESL.

Foi efectuada uma análise dos documentos orientadores da ESL, nomeadamente o RI, o PEE e os PAA's, instrumentos de construção da autonomia das escolas (Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, Art. 3º), através dos quais é definida toda a política de escola e entendido o seu modo de funcionamento.

Assim, considerámos importante fazer a análise destes documentos tendo por referência o disposto nos normativos acima referidos e o Projecto de Educação para a Saúde da escola. Foi nosso propósito saber como é que, nos documentos que consagram a orientação educativa da escola e definem o seu modo de funcionamento, se integra o PES-ESL, para conhecermos a sua amplitude, bem como os problemas que o estão a afectar, de modo a propormos as alterações possíveis ao PES-ESL e aos documentos orientadores, com vista à melhoria da eficácia da educação e promoção da saúde.

Quanto aos PAA's, sendo o documento de planeamento (Decreto-Lei n.º 115-A/98, Art. 3º, alínea c) definidor, em função do PEE, das formas de organização e de programação das actividades, a sua análise atendeu às condicionantes normativas do Programa de Promoção e Educação para a Saúde. Assim, procurámos averiguar quais, e quantas, as actividades/acções propostas nos PAA's que estavam em sintonia com as exigências dos normativos legais (Despacho Normativo 734/2000, de 19 de Junho, e Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006). De salientar que apenas foram contabilizadas as actividades/acções que não eram da responsabilidade do PES-ESL uma vez que a apreciação dos planos de actividades do PES-ESL teve uma análise individualizada.

No que diz respeito à Administração e Gestão da ESL, tendo presentes as disposições legais, procurámos perceber, através da documentação produzida, por cada um dos diferentes órgãos, o seu papel na concretização dos objectivos do PES-ESL. Para o efeito, começámos por identificar as competências de cada um destes órgãos que consideramos articularem-se com o PES-ESL. Passámos depois à leitura e análise das actas de reuniões da AE e do CP, de forma a serem encontradas eventuais referências ao PES-ESL ou a matérias que com ele se relacionam. Pretendia-se, assim, perceber a natureza dos processos de planeamento e a racionalidade dos procedimentos desenvolvidos, em ordem à promoção e educação para a saúde. Como tal, foi feita uma leitura das actas da AE disponíveis desde o ano lectivo de 2004/05. De salientar que a ESL esteve sem AE desde Junho de 2005 até final de Fevereiro de 2007. Nesta data constituiu-se uma nova AE a que pertence o autor deste estudo. Este facto permitiu ter um conhecimento do conteúdo das reuniões da AE uma vez que nem todas as

actas se encontravam ainda disponíveis para consulta. Foi igualmente realizada a leitura de todas as actas das reuniões do CP, desde o início do ano lectivo de 2004/05 até à última acta disponível datada de 17 de Outubro de 2007.

A análise dos Planos e dos Relatórios de Actividades do PES-ESL dos três anos lectivos em estudo, 2005/06, 2006/07 e 2007/08, foi efectuada atendendo às determinações constantes nos normativos legais em vigor em cada um dos anos (no primeiro ano o Despacho Normativo 734/2000, de 19 de Junho, e, nos anos seguintes, o Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006). Procurou-se ainda averiguar sobre a incorporação de possíveis indicações feitas nos relatórios de actividades nos planos dos anos seguintes. Assim, foi igualmente analisado o Relatório de Actividades do ano lectivo de 2004/05.

As entrevistas

A análise efectuada, aos documentos produzidos na ESL, foi, como já mencionamos, tida em consideração na construção do guião das entrevistas² procurando, assim, possíveis respostas às questões com que nos tínhamos deparado. Tivemos igual preocupação no que diz respeito às exigências dos normativos legais, nomeadamente nas áreas e temáticas de intervenção prioritárias, na articulação com o Centro de Saúde e na participação dos pais e encarregados de educação bem como as orientações constantes de alguma bibliografia, nomeadamente no que se refere ao método de trabalho referido por Sampaio (2007) e já explicitado no item *A educação para a saúde - a prática* (Capítulo I).

Outra das preocupações do nosso trabalho é encontrar caminhos mais eficazes para efectivar a(s) articulação(ões) escola/família/instituições exteriores bem como formas de agregar em torno do PES-ESL os diversos interesses existentes na ESL. Assim, solicitámos aos entrevistados uma reflexão sobre as alterações consideradas necessárias para que o PES-ESL cumpra, de maneira mais eficiente, os objectivos da promoção e educação para a saúde. Desta forma pretendemos encontrar pontos de convergência para a (re)construção do PES-ESL.

No que concerne à entrevista ao presidente do CE, procurámos também perceber o tipo de liderança exercida e os seus efeitos sobre a eficácia do PES-ESL. Assim, na definição de categorias, subcategorias e aspectos a abordar na entrevista tivemos em atenção as tarefas que o presidente do CE de uma escola secundária deve praticar segundo o enunciado por Anne Jones (1998) e por Morgan, Hall e Mackay (1983) (*in* Barroso, 2005: 148 a 149). De salientar que apenas foram abordadas as tarefas que nos pareceram mais importantes e significativas

² Ver anexos 1 e 8 – guiões das entrevistas ao presidente do CE e às coordenadoras do PES-ESL, respectivamente.

para o nosso trabalho, nomeadamente as que os autores categorizam nos campos da liderança e da gestão. Assim, pretendemos perceber não só como são executadas essas tarefas mas também as razões da sua execução.

Com a entrevista ao presidente do CE quisemos também comparar as suas descrições com a percepção das coordenadoras do PES-ESL. Desta forma ambicionámos inferir sobre a natureza dos processos de organização e a avaliação do apoio da gestão à promoção e educação para a saúde. Por esta razão e, também, por considerarmos que o presidente do CE será o que maior influência terá em toda a organização escolar, o guião desta entrevista só foi elaborado após a realização e análise das entrevistas às coordenadoras do PES-ESL.

Após a transcrição integral de cada entrevista³, foi efectuada uma primeira leitura de forma a obtermos uma ideia global do seu conteúdo e perceber os temas em torno dos quais os entrevistados articularam o seu discurso. Uma segunda leitura permitiu-nos sistematizar a informação e dividir o texto em unidades de sentido, utilizando para tal o critério temático considerando os segmentos do texto relativos à mesma ideia. Tendo presente Ghiglione e Matalon (2005: 190), foram construídas “categorias de análise em conformidade com o *background* teórico” que já antes fora utilizado na construção das entrevistas, como anteriormente explicitámos.

Assim, no presente estudo procurámos seguir uma metodologia de trabalho de campo analítica, a mais rigorosa e transparente possível, privilegiando, como técnica de tratamento de dados qualitativos, a análise de conteúdo. Esta técnica implicou uma maior reflexão até porque “constrói-se e consolida-se à medida que os dados vão sendo organizados e trabalhados” (Afonso, 2005: 118). E, ainda segundo o mesmo autor, tivemos o cuidado de não “esconder o essencial entre o acessório” o que implicou trabalhar a informação disponível em função da sua relevância.

De acordo com o exposto, utilizámos um “procedimento fechado”, como referem Ghiglione e Matalon (2005: 197), em que as categorias de análise foram definidas previamente à análise a partir dos objectivos do nosso trabalho. Como tal, a nossa análise está “associada a um quadro categorial empírico e/ou teórico que a sustém e ao qual se refere” (Ghiglione e Matalon, 2005: 197).

³ Ver anexos 2, 4 e 6 – Transcrição das entrevistas às coordenadoras C1, C2 e C3, respectivamente, e anexo 9 – Transcrição da entrevista ao presidente do CE.

III. A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVO E DAS ENTREVISTAS

1. Os documentos produzidos na Escola Secundária do Lumiar

Os documentos produzidos na ESL e considerados importantes para o nosso trabalho foram toda a documentação relativa ao PES-ESL, os documentos orientadores da ESL (RI, PEE e PAA's) e as actas das reuniões dos órgãos de administração e gestão da escola. Assim, foi efectuada a leitura e análise de toda a documentação produzida nos anos a que se reporta o nosso estudo bem como dos anos imediatamente antecedentes.

Apresentamos, em primeiro lugar, a análise dos documentos relativos ao PES-ESL anteriores ao período em estudo, o que nos permitiu ter uma melhor compreensão do sucedido nos anos de 2005/06, 2006/07 e 2007/08.

Em segundo lugar, é apresentada a análise efectuada aos três documentos orientadores da ESL: o RI, o PEE e os PAA's dos anos em estudo. Nesta análise destacamos as condicionantes ao PES-ESL, nomeadamente as constantes do RI, bem como a forma como este projecto é assumido, ou não, em cada um destes documentos.

Em terceiro lugar, apresentamos os dados obtidos pela leitura da documentação produzida pelos órgãos de administração e gestão da escola. Procurámos assim evidenciar os elementos que nos permitiram inferir acerca da importância que o PES-ESL assume em cada um dos estes órgãos destacando todas as referências feitas ao projecto em si ou a temáticas com ele relacionadas.

Finalmente apresentamos a análise dos planos e dos relatórios de actividades do PES-ESL relativos aos anos lectivos de 2005/06, 2006/07 e 2007/08. A análise destes documentos foi efectuada tendo em consideração as exigências constantes nos dois normativos legais que orientam os projectos de educação e promoção da saúde nas escolas, nomeadamente o Despacho Normativo 734/2000, de 19 de Junho, e o Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006.

1.1. Os anos lectivos anteriores a 2005/06

Uma vez que o PES-ESL existe na escola há vários anos considerámos importante conhecer a sua história através da documentação produzida antes do período a que se refere o nosso trabalho de forma a melhor percepcionarmos os acontecimentos ocorridos nos anos a que se reporta o nosso estudo.

A documentação relativa ao PES-ESL não está completa nem organizada. Existe um conjunto de *dossiers* com vários documentos mas sem uma arrumação que permita, a qualquer um, a sua consulta eficiente. De salientar que alguns documentos, que deveriam existir, não foram possíveis de localizar. Entre os anos lectivos de 1996/97 e 2004/05 foram encontrados apenas os Planos de Actividades relativos a 1997/98, 1998/99, 2000/01, 2003/04 e 2004/05 e os Relatórios de Avaliação de 2000/01, 2001/02 e 2004/05. Assim, apesar de não se saber, com exactidão, quando surge, pela primeira vez, o PES-ESL podemos afirmar que o mesmo existe, sem interrupções, desde o ano lectivo de 1996/97. Nem mesmo a coordenadora C2, que esteve mais anos na coordenação do PES-ESL, se recorda quando é que este projecto teve início na escola.

O documento mais antigo é uma cópia da “*Ficha de Plano de Actividades*”, relativa ao ano lectivo de 1997/98. Através da leitura deste Plano de Actividades pode inferir-se que o PES-ESL já havia existido, pelos menos, no anterior ano lectivo, 1996/97. Este documento tem particular importância uma vez que aqui é feita referência ao PES-ESL como estando integrado na RNEPS no ano lectivo de 1997/98. A integração na RNEPS continua no ano lectivo seguinte, de acordo com o Plano de Actividades desse ano. Através da análise dos restantes Planos de Actividades e Relatórios de Avaliação concluiu-se que o PES-ESL não fez parte da RNEPS sem que, em qualquer destes documentos, seja mencionada a explicação para este facto.

O PES-ESL teve uma parceria com o Centro de Saúde do Lumiar no ano de 1998/99, tal como era exigido pela legislação em vigor (Despacho conjunto n.º 271/98, de 23 de Março). Nesse ano o Plano de Actividades é assinado pelas duas entidades e dele consta um conjunto de iniciativas a desenvolver pela escola e pelo Centro de Saúde. São ainda identificadas algumas parcerias que se pretendem estabelecer com outras escolas pertencentes à RNEPS. Nos restantes anos não é possível saber se foi mantida a parceria formal com o Centro de Saúde. Algumas acções, em colaboração com o Centro de Saúde, foram programadas mas, pelos relatórios finais, ficamos a saber que não foram concretizadas, sendo apontada como

justificação a incapacidade do Centro de Saúde em responder às solicitações de colaboração com a escola.

O PES-ESL manteve um conjunto de parcerias, nos diferentes anos, com diversas entidades, nomeadamente com a Associação para o Planeamento da Família, a Faculdade de Medicina de Lisboa, o Instituto Nacional de Emergência Médica, a Associação Liáfrica, etc. Estas instituições dinamizaram várias acções na escola tendo como principais destinatários os alunos.

A colaboração de diferentes docentes nas actividades do PES-ESL está patente no Plano de Actividades, e no Relatório de Avaliação, do ano lectivo em que a escola esteve integrada na RNEPS. Já nos restantes anos é notória a falta de participação de outros docentes para além da coordenadora do projecto.

Os SPO da ESL nunca são referenciados como participantes/intervenientes do PES-ESL. Os normativos do Programa de Promoção e Educação para a Saúde não exigem a colaboração destes serviços, no entanto as atribuições e as competências do SPO (Lei n.º 190/91, de 17 de Maio, artigos 3º e 6º) estão intimamente ligadas aos objectivos do programa. Acresce que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 259/00, de 17 de Outubro, que regulamenta a lei sobre a educação sexual nas escolas (Lei 120/99, de 11 de Agosto), os Serviços Especializados de Apoio Educativo (SEAE), onde se inclui o SPO, passam a ter uma intervenção relevante nesta matéria. Aliás, o RI da ESL, aprovado em 23 de Outubro de 2003, no Capítulo III – Serviços Especializados de Apoio Educativo, confere atribuições e competências ao SPO relacionadas com a Educação para a Saúde (ESL, 2003: 43). De salientar ainda que o RI estipula que as Actividades de Complemento Curricular fazem parte dos SEAE e nessas actividades estão incluídos “os projectos desenvolvidos por professores e alunos, a nível de escola ou envolvendo outras instituições” (ESL, 2003: 44). Acresce, também, que o RI obriga a uma articulação entre os elementos dos SEAE, competindo ao CE a promoção de uma reunião, no início de cada ano lectivo, para serem estabelecidas as formas de organização, funcionamento e articulação (ESL, 2003: 44).

Assim, seria expectável que existissem reflexos dessa articulação nos diferentes Planos de Actividades e Relatórios de Avaliação do PES-ESL. Nomeadamente o SPO deveria ser um dos parceiros privilegiados do PES-ESL.

1.2. O PES-ESL e os documentos orientadores da ESL

Os documentos orientadores aqui considerados são o RI, o PEE e os PAA's dos anos lectivos de 2005/06, 2006/07 e 2007/08. Em primeiro lugar apresentamos a análise do RI da escola, segue-se o PEE e, finalmente os PAA's. Considerámos importante fazer a análise destes documentos tendo por referência o disposto nos normativos e o Projecto de Educação para a Saúde da escola. É nosso propósito saber como é que nos documentos que consagram a orientação educativa da escola e definem o seu modo de funcionamento se integra o PES-ESL, para conhecermos a sua amplitude, bem como os problemas que o estão a afectar e podermos propor as alterações possíveis, ao PES-ESL ou aos documentos orientadores, com vista à melhoria da eficácia da educação e promoção da saúde.

1.2.1. O Regulamento Interno de Escola e o PES-ESL

O actual RI da escola, aprovado em 23 de Maio de 2007, manteve todo o articulado relativo aos SEAE do anterior RI, como explicitado no item *1.1 Os anos lectivos anteriores a 2005/06* do presente capítulo. No entanto, tal como sempre sucedeu, continua a não ser evidenciada, no Plano de Actividades do PES-ESL do presente ano lectivo, qualquer articulação entre os elementos que compõem os SEAE, como será abordado no item *1.4 Os Planos e os Relatórios de Actividades do PES-ESL* (Capítulo III).

Uma alteração no actual RI da ESL, face ao anterior, é a criação do cargo de Coordenador do PES-ESL, de acordo com o estipulado no Despacho n.º 2506/2007, de 23 de Janeiro de 2007. Assim, o RI estabelece que o “Professor Coordenador do PES é designado pelo órgão executivo da escola, tendo em conta a sua formação assim como a experiência no desenvolvimento de projectos e/ou actividades no âmbito da educação para a saúde” (ESL, 2007a: 40). De salientar que o RI transcreve o estipulado no ponto 1 do Despacho n.º 2506/2007, de 23 de Janeiro de 2007, quanto à criação do cargo de Professor Coordenador do PES, mas o mesmo não acontece quanto às reduções previstas da componente lectiva do horário do professor designado para o efeito. De acordo com o mesmo Despacho (no ponto 3) a Direcção Executiva pode atribuir, ao Coordenador do Projecto de Educação para a Saúde, uma redução de três horas da componente lectiva. Embora no ponto 4 se remeta a atribuição dessas horas para o Despacho n.º 13599/2006, de 7 de Junho, onde se estipula que “o desempenho de cargos de natureza pedagógica é prioritariamente efectuado nas horas de redução da componente lectiva semanal de que o docente beneficie (...) ou nas horas marcadas no respectivo horário para a prestação de trabalho ao nível do estabelecimento.” No

RI da ESL é apenas referido que o CE, ouvido o CP, pode atribuir horas de redução da componente lectiva aos coordenadores de projectos/clubes (ESL, 2007a: 66).

Da análise pretendemos destacar que o RI em vigor denota uma preocupação em transpor o normativo relativo à criação do cargo de Professor Coordenador do PES. No entanto, este cargo surge no *Capítulo II – Estruturas de Orientação Educativa* enquanto os SEAE constituem um outro capítulo do RI, sem que neste seja feita qualquer referência ao Professor Coordenador do PES. Este facto poderá dificultar a desejada articulação do PES-ESL com os SEAE.

1.2.2. O Projecto Educativo de Escola e o PES-ESL

O PEE da ESL assume que a missão da sua acção é “Educar para a Responsabilidade”. Considerando-se que o cumprimento desta missão passa pela “construção de uma escola mais humana, mais dinâmica e mais integradora de saberes e competências” (ESL, 2006: 1).

O PEE define um conjunto de dezasseis objectivos a atingir, para a construção da escola com as características acima referidas, e aponta oito caminhos para a sua concretização. Assim, para a construção de uma escola mais humana é entendido como fundamental “fomentar atitudes e valores que conduzam à consciencialização da importância do ser humano [e] mobilizar os alunos para uma intervenção activa na sociedade” (ESL, 2006: 2). Acrescentam ainda os autores do PEE da ESL que deve ser promovida “a convivência e a cooperação, entre os diferentes elementos da comunidade educativa, [e] a ligação escola-meio” (ESL, 2006: 2). É igualmente enunciado como objectivo da escola “encarar a diferença como uma forma de enriquecimento cultural”.

Uma escola mais dinâmica passa, segundo os autores do PEE da ESL, pelo fomento de “estilos de vida saudáveis [e] o envolvimento efectivo dos alunos no seu saber [utilizando] metodologias activas” (ESL, 2006: 2). A dinamização de actividades extracurriculares, que abranjam diferentes áreas do saber, e a integração das vivências e experiências dos alunos são, igualmente, consideradas indispensáveis para ser conseguida uma escola mais dinâmica.

A construção de uma escola mais integradora de saberes e competências passa pela promoção de “uma cultura de rigor, de exigência e de responsabilidade, [pela] troca de experiências com outras comunidades educativas e culturais [e pela] inserção socioprofissional da população escolar” (ESL, 2006: 2). É também definido como objectivo desta construção “proporcionar uma informação teórica rigorosa, fundamentada e actualizada (...) integradora das diferentes áreas do conhecimento” (ESL, 2006: 2). Os autores do PEE referem, ainda, como objectivo

desta edificação a implementação de “metodologias de trabalho que promovam a autonomia, o espírito crítico e a abertura à inovação e à mudança” (ESL, 2006: 2).

Apesar de definir um conjunto de objectivos que nos parecem importantes para qualquer escola dos nossos dias, o PEE não indica, com tanta precisão, os alvos a atingir nem os caminhos para a sua concretização. Assim, na definição dos oito “caminhos para concretizar a acção” (ESL, 2006: 2) repetem-se objectivos, como o da convivência, o das metodologias ou o do reforço da ligação escola-meio, e apenas se enuncia a intenção de criar cursos de educação e formação e cursos profissionais, respectivamente dos ensinos básico e secundário, e a abertura de cursos nocturnos. Acrescentam-se apenas dois outros caminhos: a “formação de turmas, de acordo com orientações do CP” e o “apoio necessário para que cada um construa o seu percurso de vida” (ESL, 2006: 2).

Os autores do PEE definem ainda cinco tipos de avaliação que consideram dever ocorrer: “inquéritos, documentos de reflexão dos Departamentos Curriculares, fichas de observação, avaliação aferida das aprendizagens (de acordo com propostas a inscrever no PAA da Escola) e análise feita pelas secções da AE e do CP” (ESL, 2006: 2). De salientar que não é explicitado qual o objecto de avaliação, em cada uma das tipologias propostas, nem foi encontrada qualquer referência à avaliação aferida das aprendizagens nos diversos PAA’s analisados. Acresce que, como será explicitado no item *1.3 Actas das reuniões realizadas no âmbito da relação dos Órgãos de Administração e Gestão e o PES-ESL* (Capítulo III), não existem quaisquer referências nas actas da AE e do CP às análises feitas pelas suas secções.

Em suma, este PEE caracteriza-se por definir um conjunto de objectivos e metas a atingir sem contudo precisar as estratégias a desenvolver e nem o tipo de avaliação de processos que deve ser efectuada. Além disso, a educação e a promoção da saúde, tal como muitas outras preocupações da escola actual, estará aí também contemplada, através de uma partilha de inquietações e metas a atingir, sem que qualquer uma seja referida. Como tal, o PES-ESL não é assumido, ou sequer explicitado, como um dos possíveis caminhos para a concretização de qualquer dos objectivos propostos pelo PEE.

1.2.3. Os Planos Anuais de Actividades e o PES-ESL

Na ESL os PAA’s analisados, dos anos lectivos de 2005/06, 2006/07 e 2007/08, foram organizados cronologicamente através da data prevista para cada uma das actividades/acções a realizar. Para cada uma das actividades previstas são apresentadas finalidades/objectivos e é feita a identificação do(s) responsável(eis) e do público alvo. Da análise realizada aos PAA’s

resultaram três quadros, com os quais pretendemos evidenciar o tipo de coordenação entre as actividades e iniciativas realizadas na escola e o PES-ESL.

No ano lectivo de 2005/06 o Despacho Normativo 734/2000, de 19 de Junho, indicava um conjunto de áreas de intervenção prioritária (ver Quadro 1) a desenvolver no âmbito dos projectos de educação para a saúde, impunha a obrigatoriedade de formalização de uma parceria com o centro de saúde e, ainda, a assinatura de um contrato com a coordenação da RNEPS.

Quadro 1: Despacho Normativo n.º 734/2000, de 19 de Junho – Actividades do PAA de 2005/06.

Determinações do Despacho		Actividades/acções previstas no PAA de 2005/06
Áreas de intervenção prioritária	Alimentação	- Almoço convívio entre professores e alunos (2 turmas do 8º) – A importância de uma alimentação equilibrada. - Acção sobre alimentos transgénicos para alunos (2 turmas do 12º).
	Saúde oral	
	Segurança	– Acções de Formação: – <i>Bullyng</i> (para Professores e Encarregados de Educação). – Comunicação e relacionamento interpessoal (para Professores e Encarregados de Educação). – Indisciplina na sala de aula (para professores).
	Vacinação	
	Sexualidade	– Acção de Formação – Educação Sexual (para alunos do 9º e 10º).
	Prevenção do tabagismo	- Palestra “Prevenção de doenças cardiovasculares” (2 turmas do 10º).
	Prevenção do alcoolismo	
	Prevenção da toxicodependência	
	Prevenção da SIDA	
Parcerias	Centro de Saúde	
Coordenação	Contrato com a RNEPS	

Dos três PAA analisados apenas o de 2005/06 não contem as actividades proposta pelo PES-ESL. Através da análise do Quadro 1 podemos concluir que, no ano lectivo de 2005/06,

foram planificadas um conjunto de sete iniciativas que abrangem quatro das nove áreas de intervenção prioritária definidas pela legislação em vigor, nomeadamente a alimentação, a segurança, a sexualidade e a prevenção do tabagismo. O PAA de 2005/06 não nos permite saber se as duas outras determinações normativas, designadamente a parceria com o centro de saúde e o contrato com a coordenação da RNEPS, existiram ou não.

As iniciativas previstas no PAA de 2005/06 foram propostas pelos SEAE (Bulling, comunicação e relacionamento interpessoal e educação sexual), por professores do grupo de recrutamento 520 – Biologia (alimentos transgénicos e “Prevenção de doenças cardiovasculares”), por uma professora de Educação Tecnológica (almoço convívio entre professores e alunos) e pelo CP (a indisciplina).

No ano lectivo de 2006/07 as condicionantes à promoção e educação para a saúde foram estabelecidas pelo Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006. A publicação deste normativo altera algumas das prioridades a desenvolver pelos projectos de educação para a saúde. Nomeadamente o desaparecimento da “saúde oral” e da “vacinação”, como temáticas prioritárias, ao mesmo tempo que surge a “actividade física” e ocorre uma reformulação das temáticas relativas à prevenção e à segurança (ver Quadro 2).

Foi feita uma análise do PAA de 2006/07 tendo em atenção as exigências da legislação em vigor, nesse ano lectivo, para os projectos de educação para a saúde (ver Quadro 2).

A primeira conclusão a retirar refere-se ao número de iniciativas propostas que, face ao anterior ano lectivo, duplica, passando de sete para catorze. Este facto deve-se, principalmente, à inclusão da temática prioritária relacionada com a actividade física, que contabiliza oito actividades.

As actividades propostas no PAA de 2006/07, pelos vários professores ou grupos disciplinares, abarcam cinco das seis temáticas prioritárias a trabalhar no âmbito dos projectos de promoção e educação para a saúde. A saber: alimentação; actividade física; consumo de substâncias psicoactivas; sexualidade e violência em meio escolar. A única temática que não está contemplada no PAA refere-se às infecções sexualmente transmitidas.

Quanto às duas outras exigências normativas, designadamente as parcerias/articulação e a coordenação, apenas uma pode ser confirmada: a existência de um professor coordenador. Esta confirmação é possível pelo facto de, neste ano lectivo, as actividades do PES-ESL constarem do PAA (o que não havia sucedido no ano lectivo anterior). No que respeita à existência de parcerias/articulação com a família dos alunos e com o centro de saúde não é possível identificar qualquer uma delas através da análise do PAA de 2006/07.

Quadro 2: Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006 - Actividades do PAA de 2006/07

Temáticas prioritárias	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Colóquio sobre a alimentação na Fundação Gulbenkian (1 turma do 12º). - Comemorações do Dia Mundial da Alimentação (toda a comunidade educativa). - Palestra sobre prevenção de doenças cardiovasculares (1 turma do 10º).
	Actividade física	<ul style="list-style-type: none"> - Torneios de Badminton, Basquetebol, Futebol, Voleibol (todos os alunos). - <i>Meeting</i> Atletismo (todos os alunos). - Corta-Mato Escolar (todos os alunos). - Jogos Tradicionais (todos os alunos). - Golfe (todos os alunos).
	Consumo de substâncias psicoactivas	- Comemorações do Dia Mundial do Não Fumador (todos os alunos).
	Sexualidade	- Visita de estudo a uma exposição sobre a sexualidade (alunos do 9º)
	Infecções sexualmente transmissíveis	
	Violência em meio escolar	- Acção de formação, para professores, sobre a indisciplina em sala de aula.
Parcerias / Articulação	Famílias dos alunos	
	Centro de Saúde	
Coordenação	Professor Coordenador	Professor C2

As iniciativas previstas no PAA de 2006/07 foram propostas, na sua maioria, pelo grupo de recrutamento 620 – Educação Física. Este grupo disciplinar foi responsável por todas as iniciativas relativas à temática da actividade física e, ainda, pelas comemorações do Dia Mundial do Não Fumador. Um conjunto de professoras, pertencentes ao grupo de recrutamento 520 – Biologia, foi responsável pelas iniciativas relativas à visita de estudo à exposição sobre a sexualidade e à palestra sobre a prevenção de doenças cardiovasculares. As outras duas iniciativas relativas à temática da alimentação, nomeadamente o colóquio sobre a alimentação e as comemorações do Dia Mundial da Alimentação, foram propostas, respectivamente, por uma professora do grupo de recrutamento 410 – Filosofia e pela equipa da Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos. Tal como no ano lectivo anterior o CP foi responsável pela proposta relativa à acção de formação, para professores, sobre a indisciplina em sala de aula.

De salientar que o grupo disciplinar de Educação Física passou, este ano lectivo, a ter um papel bastante importante quanto ao número de propostas do PAA que se enquadram nas exigências normativas do Programa de Educação e Promoção para a Saúde. Este facto justifica-se, como já foi referido, pela alteração legislativa da entrada em vigor do Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006 que substituiu as determinações do Despacho Normativo n.º 734/2000, de 19 de Junho. Ao passar a actividade física a ser contemplada como temática prioritária compreende-se o aumento das iniciativas propostas pelo grupo disciplinar de Educação Física e no total de iniciativas.

Os SEAE, ao contrário do sucedido no ano lectivo anterior, não apresentaram qualquer proposta de iniciativa para o PAA de 2006/07 que se enquadrasse nas exigências normativas do Programa de Educação e Promoção para a Saúde. Apesar disso, o PAA de 2006/07 conta com um conjunto de propostas dos SEAE que, embora formuladas num sentido bastante lato, podem ter contribuído para a educação e promoção da saúde, nomeadamente a “colaboração em projectos da escola”, os “exames de orientação vocacional, testes psicológicos e entrevistas”, a “promoção de reuniões de trabalho com os pais e encarregados de educação” e o “apoio aos professores e colaboração com os directores de turma”.

O PAA do ano lectivo de 2007/08 não é apenas, como nos anos anteriores, uma listagem das actividades planeadas pelos diferentes Departamentos, Grupos Disciplinares ou professores. Este documento contém outras informações relevantes como um texto de apresentação, um texto do CE subordinado ao tema “A escola que temos / a escola que queremos” e uma listagem de actividades a que o CE se propõe.

No “texto de apresentação” é dado particular enfoque à “missão da escola” na formação de “indivíduos dotados de conhecimentos mas, acima de tudo, de valores que norteiam a sua missão como seres humanos, abertos à mudança e ao respeito pelo ‘outro’” (ESL, 2007b: 1). Em conformidade, são apontados como objectivos do PAA a necessidade de “fomentar o desenvolvimento de uma cultura colaborativa que envolva toda a comunidade educativa, articular e integrar conteúdos de várias áreas curriculares, gerar pontes de comunicação/relação educativa entre turmas” (ESL, 2007b: 1). É ainda feito um apelo à “participação empenhada de todos os intervenientes” e afirma-se que “a sua concretização só será possível havendo interdisciplinaridade, investindo na criatividade e nas relações interpessoais” (ESL, 2007b: 1). É de salientar também a referência ao facto de o PAA ser “um documento aberto à realização de acções e actividades que, não estando previstas no plano inicial, merecem toda a atenção e disponibilidade quer pelo seu interesse pedagógico quer pelo seu interesse lúdico” (ESL, 2007b: 1).

O texto do CE subordinado ao tema “A escola que temos / a escola que queremos” apresenta um conjunto de intenções deste órgão “para os próximos três anos”, das quais se destacam a aposta na “qualidade” e na “gestão sustentada” que passa pela “reformulação do PEE, do RI e na definição de Planos de Acção específicos” (ESL, 2007b: 2). Aqui se propõe “humanizar o espaço escolar melhorando os espaços educativos de trabalho [e] incrementar um clima de escola positivo” (ESL, 2007b: 2).

São ainda apresentadas um conjunto de actividades a desenvolver pelo CE, das quais destacamos: a “melhoria das condições físicas da escola”, o “acompanhamento do processo de reformulação do PEE”, a “dinamização das Assembleias de Delegados de Turma, de Representantes dos Pais e da Associação de Estudantes”, o “apoiar de todas as formas possíveis o PES-ESL, considerando um vector essencial na formação dos alunos/famílias” e o “cooperar com entidades públicas e privadas em projectos, parcerias e protocolos que interessem ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem” (ESL, 2007b: 3).

Importa salientar que o PAA de 2007/08 não teve, até ao momento, qualquer divulgação na escola nem foi apresentado à AE. Aliás, na página electrónica da ESL continua a estar apenas disponível o PAA do anterior ano lectivo.

No ano lectivo de 2007/08 as condicionantes à promoção e educação para a saúde continuam a ser as estabelecidas pelo Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006. Em conformidade com o definido anteriormente, a análise do PAA de 2007/08 foi feita tendo em atenção as exigências da legislação em vigor, nesse ano lectivo, para os projectos de educação para a saúde (ver Quadro 3).

Neste ano lectivo volta a verificar-se um aumento significativo do número de actividades previstas no PAA, passando de catorze para vinte. Este facto é mais expressivo quando não existiram alterações normativas que pudessem justificar o aumento, como aconteceu no ano anterior.

As actividades propostas no PAA de 2007/08, pelos vários professores e Grupos Disciplinares, abarcam quatro das seis temáticas prioritárias a trabalhar no âmbito dos projectos de promoção e educação para a saúde (ver Quadro 3). As duas temáticas não contempladas no PAA referem-se à violência em meio escolar e às infecções sexualmente transmitidas. Esta última temática continua a estar ausente, como sucedeu no ano anterior, apesar do aumento considerável das actividades relacionadas com a sexualidade. Continua também a verificar-se a manutenção de um número bastante significativo de actividades relacionadas com a actividade física.

Quadro 3: Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006 - Actividades do PAA de 2007/08

Temáticas prioritárias	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Acção de sensibilização Coração/Alimentação (Alunos do Curso Tecnológico de Desporto). - Promoção de almoços no refeitório entre alunos e professores (alunos do 7º, 8º e 9º).
	Actividade física	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstração de andebol (Jogo amigável) SCP (todos os alunos). - Torneios de badmington, voleibol, futebol, basquetebol (todos os alunos). - Acções de formação sobre Luta I e Luta II (todos os alunos e professores). - <i>Meeting</i> de atletismo (todos os alunos). - Corta-Mato escolar (todos os alunos). - Escalada (todos os alunos do ensino básico). - Semana da orientação (todos os alunos). - Canoagem (todos os alunos do ensino secundário). - Jogos tradicionais (toda a comunidade educativa).
	Consumo de substâncias psicoactivas	- Comportamentos de risco – a sua prevenção (alunos de 8º e 9º).
	Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Debate sobre atitudes responsáveis na área da sexualidade (1 turma de 9º). - Encontro/palestra sobre sexualidade (1 turma de 9º). - Teatro “Adolescentes na Hora H” (alunos do 9º). - Palestra “As mudanças do corpo” (alunos do 8º e 9º).
	Infecções sexualmente transmissíveis	
	Violência em meio escolar	
	Articulação / Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> Famílias dos alunos Centro de Saúde
Coordenação	Professor Coordenador	Professora C3

Quanto às restantes exigências normativas podemos apenas confirmar a existência de coordenador, já que as actividades do PES-ESL se inserem no PAA, e não é possível verificar a existência de parcerias/articulação com a família dos alunos nem com o centro de saúde.

No PAA de 2007/08, tal como verificado no anterior ano lectivo, o grupo disciplinar de Educação Física foi responsável pela grande maioria das iniciativas propostas (catorze no total de vinte) no âmbito das exigências dos normativos relativos ao Programa de Promoção e

Educação para a Saúde. Este grupo disciplinar propôs todas as iniciativas relativas à temática prioritária da actividade física e, ainda, a acção de sensibilização Coração/Alimentação. Alguns professores do grupo de recrutamento 520 – Biologia continuam a propor iniciativas relacionadas com as temáticas prioritárias, nomeadamente as que se referem à educação sexual (o debate sobre atitudes responsáveis na área da sexualidade, o encontro/palestra sobre sexualidade e o teatro “Adolescentes na Hora H”). Os directores de turma do ensino básico são responsáveis por três propostas de iniciativas enquadradas nas temáticas prioritárias: os almoços no refeitório entre alunos e professores, os comportamentos de risco – a sua prevenção e a palestra “As mudanças do corpo”.

De salientar que os SEAE, tal como verificado no ano anterior, propõem, exactamente, as mesmas iniciativas, formuladas em sentido lato, que podem ter contribuído para a educação e promoção da saúde.

No que se refere ao CP, pela primeira vez, não foram apresentadas quaisquer tipos de propostas de iniciativas para o PAA da ESL.

Sintetizando, a análise dos PAA dos anos lectivos de 2005/06, 2006/07 e 2007/08 mostra que estes contemplaram a grande maioria das exigências normativas do Programa de Promoção e Educação para a Saúde e que foram planificadas um conjunto de iniciativas, por diferentes docentes, ou grupos de docentes, que estavam em sintonia com os objectivos do Programa de Promoção e Educação para a Saúde.

No entanto, podemos afirmar que não existe uma coordenação das diferentes iniciativas previstas pelos professores, grupos, clubes ou projectos dado que:

- 1) as actividades que constam dos quadros 1, 2 e 3, que cumprem os objectivos do Programa de Promoção e Educação para a Saúde, são da iniciativa individual de alguns professores ou de alguns grupos disciplinares, sem ligação a um projecto comum nem ao PES-ESL, que deveria ser um espaço de confluência e de desenvolvimento privilegiado de todas estas iniciativas;
- 2) as actividades do PES-ESL encontram-se apenas nos anos lectivos de 2006/07 e 2007/08 e no final dos PAA, sem datas definidas para a sua concretização;
- 3) as actividades desenvolvem-se ao longo do ano, ao sabor das circunstâncias, sem uma coordenação efectiva.

1.3 Actas das reuniões realizadas no âmbito da relação dos Órgãos de Administração e Gestão e o PES-ESL

Pretendemos aqui efectuar uma análise da documentação produzida pelos três órgãos de administração e gestão da escola: a AE, o CE e o CP. No entanto, não existe qualquer documentação produzida pelo CE, nomeadamente, os relatórios periódicos e finais de execução dos PAA's, que segundo o RI deveriam ser elaborados por este órgão de gestão.

As mudanças na direcção executiva da ESL podem explicar, em parte, a inexistência desta documentação bem como a ausência de quaisquer manifestações de coordenação entre as diferentes iniciativas dos professores, dos grupos disciplinares ou dos clubes.

Assim, em primeiro lugar, são apresentados os dados relativos à Assembleia de Escola. Refira-se aqui que apenas estão disponíveis para consulta as actas relativas ao ano lectivo de 2004/05. Este facto justifica-se por não terem existido eleições para este órgão no final do ano lectivo de 2004/05, quando terminou o mandato dos membros dessa assembleia. Como tal, a ESL ficou sem AE desde então até ao final do mês de Fevereiro de 2007, data em que é eleita uma nova AE a que pertence o autor deste trabalho. No entanto, as actas da actual AE não se encontram ainda disponíveis para consulta. Por esse motivo os dados aqui apresentados, relativos às reuniões da AE, desde 1 de Março de 2007 até ao presente, resultam da presença do autor deste estudo nessas sessões.

Em segundo lugar, são apresentados os dados obtidos através da análise das actas do Conselho Pedagógico, desde o início do ano lectivo de 2004/05 até à última acta disponível, datada de 17 de Outubro de 2007.

Saliente-se que, quer no caso da AE quer no do CP, o modelo de actas utilizado não permite compreender a natureza das discussões e das avaliações feitas por estes órgãos em relação a qualquer dos assuntos abordados. Os registos feitos nas actas são omissos quanto ao conteúdo das discussões ocorridas. No entanto, podemos afirmar que o PES-ESL nunca foi objecto de tratamento individualizado na ordem de trabalhos (OT) de qualquer reunião.

- **Análise das actas da AE do ano lectivo 2004/05.** Nestas actas, catorze no total, apenas surgem referências à discussão do PEE sem nunca ser explicitado qualquer assunto com relevância para a compreensão de possíveis influências sobre o PES-ESL. Não faz parte da OT, de qualquer das reuniões analisadas, a apreciação do PAA, ou de qualquer relatório com ele relacionado, e nunca é feita qualquer recomendação a outro órgão da escola que tenha significado para o presente trabalho. A única referência que tem ligação com os objectivos de PES-ESL surge na acta da reunião deste órgão, realizada em 5 de Abril de 2005, no ponto um da OT - Informações, onde se refere que a Associação de Planeamento Familiar propõe acções de formação sobre Educação Sexual no Meio Escolar. No entanto não é possível saber se estas acções foram efectivamente realizadas uma vez que não é feita qualquer referência sobre as mesmas nos outros documentos consultados.

As actas da AE relativas aos anos lectivos de 2006/07 e 2007/08, não se encontram disponíveis para consulta, porém, sendo o autor deste estudo membro da AE, podemos afirmar que nenhum assunto com relevância para este trabalho foi discutido. De salientar apenas que, no ano lectivo de 2006/07, não foi apresentado à AE o PAA nem qualquer relatório periódico ou final relativos à execução dos mesmos.

Na AE existem diversas comissões de trabalho, constituídas pelos seus membros, entre as quais se destaca uma referente à avaliação interna de escola. Esta comissão apresentou, no final do ano lectivo, um relatório com a análise das avaliações finais obtidas pelos alunos por disciplina, turma e ano de escolaridade. Este relatório apresentava ainda uma reflexão sobre a evolução destes dados relativamente ao ano lectivo anterior. Mais nenhum outro tipo de avaliação foi apresentada por esta comissão.

No ano lectivo de 2007/08 não foi igualmente apresentado à AE o PAA. De realçar que na reunião da AE do dia 11 de Março de 2008 foi, no período antes da OT, discutido o PES-ESL. Esta discussão surgiu pelo facto de um membro da AE (o representante dos Pais e Encarregados de Educação) ter feito uma intervenção queixando-se da falta de acções conjuntas da ESL com o Centro de Saúde do Lumiar. A coordenadora C3, membro efectivo da AE desde essa reunião, afirmou que estava em conversações com o Centro de Saúde do Lumiar e esperava que, em breve, fossem agendadas algumas iniciativas conjuntas destinadas aos Pais e Encarregados de Educação da ESL.

Em síntese, podemos afirmar que no ano lectivo de 2005/06 existiu uma negligência, em particular, por parte do CE, e em geral, por parte de toda a comunidade educativa da ESL, uma vez que nada foi feito no sentido de promover a eleição de uma nova AE. Acresce que o papel da presente AE foi, até ao momento, negligente no exercício das suas competências, nomeadamente no que concerne à emissão de pareceres sobre os PAA's, à apreciação dos relatórios periódicos e dos relatórios finais de execução do PAA's e à de emissão de recomendações aos restantes órgãos sobre assuntos relevantes para a escola.

- **Actas do Conselho Pedagógico.** Foram lidas e analisadas quarenta e quatro actas das reuniões realizadas entre Setembro de 2004 e 17 de Outubro de 2007. Em cada um dos anos lectivos (2004/05, 2005/06 e 2006/07) foram realizadas catorze reuniões do CP, das quais resultaram um igual número de actas. No presente ano lectivo, 2007/08, apenas estão disponíveis para consulta duas actas.

Nas actas do CP relativas ao ano de 2004/05 apenas é feita uma referência ao PES-ESL, em 23 de Junho de 2005. O presidente do CE informa que a professora C1 irá continuar, no ano lectivo 2005/06, a coordenar o PES-ESL.

As actas das reuniões do CP do ano lectivo 2005/06 contêm mais registos que importam ao nosso estudo. Na reunião de 28 de Setembro de 2005 a presidente do CP informa que, apesar de já ter arrancado o ano lectivo, só então foram tomadas algumas decisões, como a nomeação da professora C1 para coordenadora do PES-ESL. Estes factos podem denunciar a falta de diálogo e, mesmo, a conflituosidade existente entre os diferentes órgãos de administração e gestão da ESL uma vez que o presidente do CE já havia nomeado a coordenadora do PES- -ESL, conforme registado em acta acima referida.

Na acta de 19 de Outubro de 2005, no ponto dois da OT – Metas a médio e longo prazo - o presidente do CE informa sobre a existência de um número significativo de actividades, de projectos e de clubes, entre os quais se encontra o PES-ESL. E é registado em acta que “após ponderação e debate a presidente do CP sugeriu que periodicamente seja feito, neste órgão, um balanço destas actividades e que, no final do ano lectivo, os professores responsáveis apresentem os respectivos relatórios”.

Na acta de 5 de Julho de 2006, no ponto dois da OT – Organização do ano lectivo 2006/07 - surgem referências às áreas curriculares não disciplinares. Afirma-se aqui que as áreas curriculares não disciplinares têm necessidade de um coordenador e, no caso da Área de Projecto (AP), um para o ensino básico e outro para o ensino secundário.

A 14 de Julho de 2006 realiza-se uma reunião do CP com dois pontos na OT que nos podem dar algumas indicações sobre os processos de organização da ESL: 1. Balanço do ano lectivo 2005/06, avaliação, indisciplina, clubes e projectos; 2. Organização do ano lectivo de 2006/07.

No primeiro ponto da OT, Balanço do ano lectivo 2005/06, avaliação, indisciplina, clubes e projectos, são feitos dois registos com alguma importância para o presente trabalho: a observação de uma professora referindo “a necessidade de, no próximo ano lectivo, se avançar com a ‘escola de pais’ para motivar as famílias a participarem mais na vida da escola”, e a informação de que “foi feito o balanço das actividades dos diferentes clubes e projectos, pelos coordenadores, que ficaram de entregar os respectivos relatórios na Comissão Executiva Provisória”.

Não é perceptível como foi feito o balanço das actividades dos diferentes clubes e projectos, nomeadamente no que se refere ao PES-ESL já que a sua coordenadora não pertence a este órgão.

No ponto dois da OT - Organização do ano lectivo de 2006/07 - apenas é registado que “o presidente da Comissão Executiva Provisória apresentou, para aprovação neste órgão, as coordenadoras da Biblioteca, de Tecnologias de Informação e Comunicação e dos cursos tecnológicos.” Alguns assuntos são registados como ficando “pendentes para tratar no início

do próximo ano”, tais como a definição dos temas e subtemas de AP. A coordenadora dos directores de turma do Ensino Básico apresentou duas sugestões de temas: ‘Consciência cívica e ambiental’ e o ‘Ano Polar’. As propostas foram aceites mas não excluíram a apresentação de outras.

Das actas das reuniões do CP no ano lectivo de 2005/06 destacamos que, apesar das temáticas abordadas nas várias reuniões, não é feita qualquer referência ao PES-ESL nem nada se debateu em prol do mesmo. Aliás, ao não ser feita qualquer referência sobre o PES-ESL, em vários dos assuntos tratados, perderam-se oportunidades de estabelecer as articulações necessárias entre este projecto e, nomeadamente, as áreas curriculares não disciplinares, tal como é apontado pela bibliografia sobre a promoção e educação para a saúde. De salientar ainda que não existindo associação de pais e de encarregados de educação, aquando da discussão da “escola de pais”, teria sido importante que tivessem sido estabelecidas as metas e as estratégias a adoptar para um maior envolvimento dos encarregados de educação. Não podemos esquecer que os normativos que regem o PES-ESL apontam para a necessidade de articulação com as famílias dos alunos.

No ano lectivo de 2006/07, em 11 de Setembro de 2006, é retomado o assunto relativo à definição de temas e subtemas de AP sendo sugerido que o tema seja idêntico ao do PEE, “Educar para a Responsabilidade”, e os subtemas “Eu e o ambiente”, “Eu e a sociedade” e “Eu e o mundo”, respectivamente nos 7º, 8º e 9º anos. A decisão final fica a aguardar pela audição dos diferentes professores em reuniões de departamentos ou grupos disciplinares.

Em 20 de Setembro de 2006 realiza-se uma reunião do CP com dois pontos na OT que importam para o presente trabalho: 1 – Informações e 2 – Lançamento do ano lectivo.

No ponto 1 – Informações - o presidente da Comissão Executiva Provisória informa que “irá passar por todas as reuniões de Encarregados de Educação, a realizar na próxima semana, e enviará cartas a todos solicitando a presença regular e efectiva para promover alguma vigilância e comportamentos mais seguros.”

No ponto 2 – Lançamento do ano lectivo - são registados, em acta, os diferentes projectos a desenvolver na escola ao longo do ano lectivo, não sendo mencionado o PES-ESL. É, ainda, decidido que os subtemas a trabalhar em AP são: “Eu e o outro”, “Eu e o espaço onde me movimento” e “Eu e o ambiente”, respectivamente no 7º, 8º e 9º anos, e “Eu e as diferenças sociais” ou “Eu e as novas tecnologias” no 12º ano.

Na reunião do CP de 25 de Outubro de 2006, no ponto um da OT – Informações - são comunicados os normativos que entraram em vigor, onde se destaca que “chegou à escola o Ofício-Circular n.º 69, de 27 de Setembro de 2006, sobre a promoção e educação para a saúde.” Nada mais é referido sobre o assunto. Aliás, após a listagem de legislação são dadas

outras informações onde volta a surgir o PES-ESL registando-se apenas que “ainda não está em funcionamento o PES-ESL” e “a Psicóloga (...) vai continuar a dar apoio à escola.” A psicóloga mencionada deu apoio à escola, no anterior ano lectivo, uma vez por semana, através da criação de um gabinete de atendimento aos alunos sobre questões relacionadas com a sexualidade.

Em 22 de Novembro de 2006 no ponto um da OT – Informações - é mencionado que “foi nomeada, pela Comissão Executiva Provisória, como coordenadora do PES-ESL a professora C2 e apresentado o seu plano de trabalho, que foi aprovado e será integrado no PAA.” De salientar que é registado que “foi sugerida a articulação do PES-ESL com alguns departamentos e sectores da escola” e que “o representante dos encarregados de educação salientou a necessidade de ser efectivamente assegurada a concretização deste plano”.

Em 17 de Janeiro de 2007, no ponto dois da OT – Balanço do 1º período - afirma-se que “a presidente do CP fez um balanço das actividades dos projectos” e, no que concerne ao PES-ESL, “informou que haverá actividades relacionadas com a roda dos alimentos. Irá realizar--se um *workshop* sobre o relacionamento da escola com o centro de saúde, no dia 28 de Fevereiro, e este centro irá desenvolver uma acção junto dos alunos do 8º ano.” Cabe aqui recordar que a presidente do CP havia sugerido, na reunião de 19 de Outubro de 2005, que fossem feitos balanços periódicos das diferentes actividades da escola. No entanto esta é a primeira vez que é feito um registo mais pormenorizado sobre o assunto.

Em 21 de Março de 2007, no ponto um da OT – Informações - é, novamente, feita uma listagem de normativos legais que entraram em vigor onde se destaca que “saiu o Despacho n.º 2506/2007, publicado no DR n.º 36, série II, de 20 de Fevereiro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, sobre a nomeação dos coordenadores de educação para a saúde.”

Em 20 de Junho de 2007, no ponto dois da OT – Balanço do ano lectivo - ao contrário do sucedido em 17 de Janeiro de 2007, apenas é feito registo do trabalho desenvolvido em AP, considerando-se “muito positivo” o trabalho realizado pelos alunos “em resultado da definição dos temas a trabalhar” e referindo-se falhas nos recursos necessários, tais como “salas com armários, equipamentos informáticos, livros, colas, tintas, etc.” Nada mais é mencionado sobre as actividades desenvolvidas, nomeadamente as do PES-ESL.

Em 12 de Julho de 2007 no ponto três da OT – Assuntos pedagógicos - importa salientar duas recomendações para o ano lectivo seguinte: em relação à AP, afirma-se que “devem ser definidos subtemas e nomeados coordenadores desta área curricular para os ensinos básico e secundário”, e, quanto à distribuição das horas da componente não lectiva dos docentes, afirma-se que “deve ter em conta”, entre outros, “os projectos existentes na escola.”

No ano lectivo 2007/08, na reunião de 10 de Setembro de 2007, no ponto um da OT – Informações - é solicitado que “todos os professores entreguem propostas para o PAA” e informado que o “PES-ESL não tem ainda coordenador.” Nada mais é registado que possa ter relevo para este trabalho.

Na reunião de 17 de Outubro de 2007, no ponto um da OT – Informações - o presidente do CP e do CE, que a partir deste ano acumula os dois cargos, informa que “foram mantidas as anteriores coordenadoras das áreas curriculares não disciplinares tal como os subtemas a trabalhar em AP.” É igualmente informado que a coordenadora C3 “foi nomeada para coordenadora do PES-ESL para um triénio.” No ponto três da OT – Análise e aprovação do PAA - é registado que “foi entregue uma cópia do PAA e feita a sua análise e a sua aprovação será efectuada em próximo pedagógico.”

Importa destacar que, nesta reunião do CP, tal como ocorrido em outras anteriores, não é feito qualquer registo sobre:

- uma possível discussão dos temas a trabalhar em AP;
- a nomeação da coordenadora do PES-ESL;
- a duração do mandato da coordenadora do PES-ESL;
- o tipo de análise efectuada ao PAA.

Refira-se aqui que analisamos igualmente quatro actas disponíveis referentes às reuniões, ocorridas no ano lectivo de 2006/07, de coordenação dos professores responsáveis pela AP. Estas actas demonstram que as reuniões efectuadas apenas servem para efectuar balanços do trabalho desenvolvido sem que existam registos de uma efectiva coordenação de temáticas.

A única informação relevante para este trabalho ocorre na acta do dia 15 de Março de 2007 em que é feita uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos ao longo do 2º período. A coordenadora C2, responsável pela AP numa turma do 12º ano, e coordenadora do PES-ESL, afirma que os alunos desta turma desenvolveram uma “actividade de exploração da nova roda dos alimentos, elaboraram cartazes e inquéritos à população escolar, assim como o respectivo relatório da visita de estudo ao Hospital de Santa Maria.” Podemos afirmar que, por um lado, foram cumpridas as exigências relativas ao desenvolvimento de uma das temáticas prioritárias – a alimentação, e que este ocorreu em AP. Por outro lado, parece-nos que existe um trabalho demasiado centrado numa turma, não sendo possível perceber se foi o PES-ESL o impulsionador do tema ou se este surgiu e foi, posteriormente, integrado no plano de actividades do PES-ESL.

Sintetizando, da análise das actas do CP, relativas ao ano lectivo de 2006/07, importa destacar:

- a falta de uma cultura de reflexão e de avaliação do trabalho desenvolvido na escola, evidenciada, por exemplo, aquando do balanço do ano lectivo, e que já anteriormente mencionámos em relação à AE;
- a não emissão de qualquer opinião, dos membros do CP, sobre a nomeação da coordenadora, o perfil desejado para o cargo de coordenador ou a atribuição de um crédito horário ao coordenador do PES-ESL;
- o “esquecimento” da importância de trabalhar a educação e a promoção da saúde nas áreas curriculares não disciplinares, como recomendado pelos normativos e bibliografia relativa à promoção e educação para a saúde além dos temas aprovados para desenvolver em AP nos parecerem demasiado distantes para que seja possível uma ligação à promoção e educação para a saúde;
- a falta de propostas concretas para a articulação do PES-ESL com outros sectores da escola, apesar das sugestões apresentadas nesse sentido;
- a preocupação com o maior envolvimento da família dos alunos na escola parece apenas estar relacionada com a falta de segurança que se verifica, principalmente, no espaço exterior da escola;
- a importância que os encarregados de educação atribuem a esta área da promoção e educação para a saúde, como demonstra a opinião do seu representante.

1.4 Os Planos e os Relatórios de Actividades do PES-ESL

A análise dos Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL foi efectuada tendo presente as exigências constantes dos normativos que regulam a promoção e educação para a saúde, nomeadamente o Despacho Normativo 734/2000, de 19 de Junho e o Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006. Da análise efectuada aos Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL resultaram três quadros com os quais pretendemos evidenciar o cumprimento das exigências constantes na legislação.

O ano lectivo de 2005/06

No Relatório de Actividades, relativo ao ano anterior – 2004/05, a coordenadora refere ter recebido “todo o apoio solicitado aos órgãos da escola e aos diferentes elementos da comunidade educativa, bem como a empresas e outras instituições”. É apontada como maior falha o diminuto envolvimento dos técnicos do centro de saúde, resultando na não

concretização de algumas das acções planeadas. A coordenadora realça ainda que “a escolha das actividades desenvolvidas tem por base sentir a necessidade de convergir esforços no sentido de transformar o espaço escolar num ambiente de reflexão e aprendizagem contínua e de uma maior implicação do aluno na vida da escola”. A coordenadora faz questão de afirmar que a maioria das actividades foram realizadas e “sem qualquer encargo para a escola ou participantes”. Este é um dos aspectos considerados mais problemáticos no PES-ESL, a inexistência de uma verba atribuída, como acontecia há alguns anos.

No ano lectivo de 2005/06 na coordenação do PES-ESL mantêm-se a coordenadora C1.

O Plano de Actividades do PES-ESL do ano lectivo 2005/06 demonstra uma falta de abrangência: do conjunto das nove **áreas de intervenção prioritárias** apenas foram planeadas iniciativas para quatro: alimentação, saúde oral, segurança e sexualidade (ver Quadro 4). As quatro áreas de intervenção relacionadas com a prevenção (do tabagismo, do alcoolismo, da toxicodependência e da SIDA) e a da vacinação não foram contempladas neste plano. Apesar disso existiu uma abordagem à área de intervenção prioritária relacionada com a toxicodependência que é mencionada no Relatório de Actividades (ver Quadro 4).

Poder-se-á ainda afirmar que o número de **actividades/acções** propostas é bastante reduzido, apenas seis actividades. Este facto é ainda mais significativo quando, pela análise do Relatório de Actividades, é possível perceber que das acções planeadas apenas as relacionadas com a sexualidade foram efectivamente realizadas (ver Quadro 4). A estas acrescem as acções de sensibilização e formação sobre toxicodependência que não estavam inicialmente programadas (ver Quadro 4).

O Plano de Actividades do PES-ESL do ano lectivo de 2005/06 prevê ainda um conjunto de várias actividades que não estão, directamente, enquadradas no âmbito da educação e

Quadro 4: Normas, Actividades do Plano e Referências do Relatório de Actividades do PES

Determinações do Despacho 734/2000, de 19 de Junho.		Plano de Actividades 2005/06	Relatório de Actividades PES-ESL
Áreas de intervenção prioritária	Alimentação	- Acção de formação sobre alimentação equilibrada. - Acção de sensibilização sobre obesidade, anorexia e bulimia.	
	Saúde oral	- Acção de sensibilização sobre saúde e higiene oral.	
	Segurança	- Acção de formação sobre prevenção rodoviária.	

	Vacinação		
	Sexualidade	- Acções de sensibilização e formação sobre sexualidade. - Gabinete de apoio ao aluno.	- Acções de sensibilização e formação sobre sexualidade. - Gabinete de apoio ao aluno.
	Prevenção do tabagismo		
	Prevenção do alcoolismo		
	Prevenção da toxicodependência		- Acções de sensibilização e formação sobre toxicodependência.
	Prevenção da SIDA		
Parceria	Centro de Saúde		
Coordenação	Contrato com a RNEPS		

promoção da saúde, tais como a preservação ambiental, os direitos dos animais, a solidariedade, a luta contra o desperdício. Estão também previstas outras actividades que, não se enquadrando nas áreas de intervenção prioritárias previstas nos normativos, têm alguma relação com a educação e a promoção da saúde, tais como as visitas ao Instituto Nacional de Emergência Médica e a um quartel de bombeiros, a acção de formação sobre primeiros socorros e as acções relativas a doenças oncológicas na infância e na adolescência.

No que diz respeito ao **público-alvo/destinatários** das iniciativas/acções, da análise do Plano de Actividades e do Relatório, concluí-se que apenas os alunos e, na maioria das actividades, apenas os do ensino básico, foram abrangidos. Portanto, não é aqui, também, cumprido o estipulado nos normativos legais quanto à promoção e educação para a saúde dever abranger toda a comunidade educativa, quer como destinatários, quer como participantes activos na definição do plano de actividades. Aliás, apenas uma proposta é referida como tendo sido feita pelo SPO. No entanto nada é dito sobre a realização, ou não, desta actividade no Relatório de Actividades.

As **parcerias e articulações** são outros domínios onde algumas lacunas são evidenciadas. Aliás, no Relatório de Actividades do ano lectivo de 2005/06 é mencionado que as dificuldades sentidas pela falta de verbas disponíveis foram alegadas por muitas das

instituições e organizações contactadas como justificação da sua indisponibilidade em colaborar. É, ainda, justificada a ausência de planificação de actividades conjuntas com o Centro de Saúde pela falta de colaboração evidenciada no anterior ano lectivo. Todavia, não existe uma parceria formalizada com o centro de saúde nem um contrato com a coordenação da RNEPS, duas das exigências do Despacho Normativo que rege o Programa de Promoção e Educação para a Saúde (ver Quadro 4).

A **avaliação** do PES-ESL é feita apenas com a apresentação do Relatório de Actividades produzido pela coordenadora no final do ano lectivo. As razões apontadas para a não concretização das acções planeadas prendem-se com a falta de verbas, a dificuldade de calendarização e a indisponibilidade das instituições. A coordenadora apresenta uma reflexão crítica final manifestando o seu descontentamento pelo facto de muitas das acções terem sido desmarcadas, em cima da hora, por impossibilidade dos técnicos. A coordenadora volta a lamentar a ausência dos técnicos do centro de saúde e a afirmar ter recebido todo o apoio solicitado à escola.

É, ainda, de salientar que, no Relatório Final, é feita uma referência à existência de um *placard* do PES-ESL.

No Relatório de Actividades a coordenadora refere que todos os participantes das actividades, professores e alunos, manifestaram satisfação e que os efeitos foram positivos. No entanto não são apresentados, nem mencionados, quaisquer instrumentos de avaliação que possam ter sido utilizados. O único tipo de avaliação realizada limita-se ao Relatório de Actividades com a reflexão da coordenadora.

O ano lectivo de 2006/07

No ano lectivo 2006/07 o Plano de Actividades do PES-ESL, elaborado em Novembro de 2006, apontava seis objectivos a desenvolver: promover a saúde oral; alertar para a importância de uma alimentação saudável; sensibilizar para alguns distúrbios alimentares; alertar a comunidade escolar para comportamentos anti-sociais; promover comportamentos disciplinados e prevenir o consumo de substâncias psicoactivas. Quer os objectivos, quer as actividades programadas incluem apenas três das seis **temáticas prioritárias** definidas pelo Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006 (ver Quadro 5). Nada foi planeado quanto à actividade física, à sexualidade e às infecções sexualmente transmissíveis. No entanto é proposta uma outra actividade que, não integrando as temáticas prioritárias, pode incluir-se na educação e promoção da saúde: a saúde oral. Aliás, esta temática tinha sido considerada

prioritária pelos normativos legais que regiam a Programa de Educação para a Saúde até ao anterior ano lectivo. De salientar que esta temática, apesar de planeada, não tinha sido possível realizar no ano lectivo anterior.

No relatório de avaliação final do PES-ESL de 2006/07 são especificadas algumas das **actividades/acções** que foram realizadas. É, assim, possível conhecer as diferentes acções cumpridas bem como as que tiveram um maior envolvimento dos alunos, tais como a elaboração de cartazes e inquéritos na temática da Alimentação.

O **público-alvo/destinatários**, definido no Plano de Actividades, é apenas o corpo discente e, em alguns objectivos, somente os do Ensino Básico, como são os casos da “Promoção da saúde oral” e do “Alerta da comunidade escolar para comportamentos anti-sociais”. No entanto, no relatório de avaliação final do PES-ESL, elaborado no final do ano lectivo, são referenciadas algumas actividades, nomeadamente *workshops* realizadas mensalmente desde Março, abordando temas como violência, agressividade e substâncias psicoactivas, destinadas a professores. Ficaram de fora do público-alvo os restantes funcionários da escola (pessoal auxiliar e de secretaria) e os encarregados de educação.

No relatório de avaliação final do PES-ESL de 2006/07 é, também, possível conhecer as diferentes **parcerias/articulações**, internas e externas, que contribuíram para este projecto: Universidade Privada de Medicina Dentária da Costa da Caparica, Hospital de Santa Maria, SPO da ESL e Centro de Saúde do Lumiar. De destacar a importância do Centro de Saúde do Lumiar uma vez que, não existindo qualquer contracto formal entre este centro e a escola, foram várias as actividades conjuntas realizadas: exames globais de saúde, para todos os alunos com idade de 13 anos, e os *workshops* destinados a professores.

Quadro 5: Normas, Actividades do Plano e Referências do Relatório de Actividades do PES

Determinações do Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006		Plano de Actividades 2006/07	Relatório de actividades do PES-ESL
Temáticas prioritárias	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Acções de sensibilização sobre alimentação saudável. - Acções de esclarecimento sobre obesidade, bulimia e anorexia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Actividades desenvolvidas com alunos do 12º ano: - cartazes sobre a roda dos alimentos; - observação dos alimentos vendidos na escola; - inquéritos à população escolar sobre alimentação; - visita ao Hospital de Santa Maria.

	Actividade física		
	Consumo de substâncias psicoactivas	- Acções sobre toxicodependência.	
	Sexualidade		
	Infecções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH-SIDA		
	Violência em meio escolar	- Jogos para promoção de relações saudáveis, combate à violência. - Acções no campo da disciplina/indisciplina.	- Foram trabalhadas, pelo SPO, temáticas do comportamento anti-social, com as duas turmas mais problemáticas do 7º ano.
Parceria / Articulação	Famílias dos alunos		
	Centro de Saúde		- “Exame global de saúde”, para os alunos com 13 anos. - Workshops sob o tema “A escola e o centro de saúde”.
Coordenação	Responsável	Professor C2	Professor C2

Tal como nos anteriores anos lectivos, não é possível saber até que ponto as famílias dos alunos tiveram algum papel no delinear das propostas.

Uma vez mais, salienta-se a inexistência de qualquer mecanismo de **avaliação** nos diferentes momentos do processo de concretização, se exceptuarmos o relatório final de avaliação.

O ano lectivo 2007/08

O Plano de Actividades do PES-ESL, elaborado em Outubro de 2007, para o ano lectivo de 2007/08 é iniciado com um pequeno texto onde a coordenadora C3 aponta as directrizes gerais. Assim, é definido como objectivo central o melhorar a qualidade de vida dos alunos, dentro e fora da escola. Para tal a coordenadora do projecto propõe-se dinamizar um conjunto de acções em “quatro áreas fundamentais: Alimentação e Actividade Física, Sexualidade, Infecções Sexualmente Transmissíveis e Violência no Meio Escolar.” De salientar que quer o objectivo central quer as quatro áreas fundamentais estão de acordo com as linhas de

orientação e **temáticas prioritárias**, definidas pela legislação em vigor sobre a promoção da educação para a saúde (Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006).

Apesar do referido naquele texto inicial, quando é feita a análise do Plano de Actividades podemos constatar que este não contempla duas das temáticas prioritárias: a actividade física e as infecções sexualmente transmissíveis (ver Quadro 6). Na realidade se nos ficarmos por uma leitura rigorosa do Plano de Actividades poderíamos afirmar que outras duas temáticas não estão previstas ser abordadas no presente ano lectivo: consumo de substâncias psicoactivas, uma vez que no Plano de Actividades a adesão ao “Clube gente gira sem cigarros” está incluída na temática da alimentação; e a temática relacionada com a violência é remetida apenas para o ano lectivo de 2008/09.

No campo das **actividades/acções** a realizar poder-se-á dizer que existe um número, e diversidade, considerável que foram programadas (ver Quadro 6). No entanto, nem sempre são perceptíveis, por exemplo, surge, em cada uma das temáticas, um item designado por “Adesão a acções programadas”. Sem que tal seja claro poder-se-á inferir que o PES-ESL pretende aderir a outras acções constantes do PAA e/ou a outras iniciativas promovidas por entidades exteriores à escola. Tal facto sucede ainda com as “Palestras”, na temática da “Alimentação”, onde não são definidos quaisquer conteúdos.

Ainda no texto inicial a coordenadora define o **público-alvo/destinatários** do Plano de Actividades, para o ano lectivo de 2007/08. Assim, são apontados todos os alunos da escola mas “com especial incidência nos do Ensino Básico”. Não sendo esquecidos os professores, os encarregados de educação e os auxiliares de acção educativa como destinatários “de algumas acções a programar” pelo projecto. No entanto, quando se atenta às acções programadas apenas surgem, na temática da “Alimentação”, “almoços com os encarregados de educação” e “acção formativa para pais” (ver Quadro 6). Não estão, portanto, programadas quaisquer acções quer para professores quer para auxiliares de acção educativa.

Quadro 6: Normas, Actividades do Plano de Actividades do PES

Determinações do Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006	Plano de actividades de 2006/07
--	---------------------------------

Temáticas prioritárias	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização para o uso do refeitório. - Almoços de turma. - Almoços com os Encarregados de Educação. - Palestras. - Inscrição na campanha “Copos, quem decide és tu”. - Acção formativa para pais. - Semanas temáticas no bufete.
	Actividade física	
	Consumo de substâncias psicoactivas	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão ao “Clube gente gira sem cigarros”.
	Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> - Ida ao teatro “Adolescentes na hora H”. - Acções em pequenos grupos (turma) com o “Movimento de Defesa para a vida”, Faculdade de Medicina de Lisboa, Associação para o Planeamento Familiar, Centro de Saúde e outros.
	Infecções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH-SIDA	
	Violência em meio escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas activas de integração no início do ano lectivo. - <i>Placard</i> dos tempos livres.
Parceria / Articulação	Famílias dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> - Almoços e acção formativa no âmbito da alimentação. - Colaboração com a Associação de Pais da ESL.
	Centro de saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Acções sobre a temática da alimentação.
Coordenação	Responsável	Professora C3

De destacar ainda que nas “palestras em pequenos ou grandes grupos”, no âmbito da temática da “Alimentação”, não são identificados os públicos-alvo. Além disso apenas uma das acções programadas – “Sensibilização para o uso do refeitório” – tem uma data definida. Esta acção foi realizada pela coordenadora do PES-ESL, no início do ano lectivo, nas reuniões de recepção aos alunos e aos pais e encarregados de educação das turmas dos 7º e 10º anos de escolaridade.

As **parcerias/articulações** são perceptíveis em diferentes locais do Plano de Actividades. Ainda no texto inicial, a coordenadora propõe-se dinamizar as acções que serão “realizadas pelos professores, especialmente os das disciplinas não curriculares”. São ainda apontados

como colaboradores a Associação de Estudantes e a Associação de Pais e Encarregados de Educação. De salientar que não existe na ESL Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Refira-se ainda que o Centro de Saúde do Lumiar só é referenciado na temática da “Sexualidade” através da programação de acções, não identificadas, em conjunto com o Movimento de Defesa da Vida, a Faculdade de Medicina de Lisboa e a Associação para o Planeamento da Família (ver Quadro 6).

Finalmente resta-nos, de novo, salientar que este Plano de Actividades não prevê qualquer forma de **avaliação** das iniciativas planeadas.

Da análise dos Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL importa destacar que:

1. Nunca foram cumpridas as orientações constantes dos normativos orientadores da promoção e educação para a saúde no que se refere aos seguintes pontos: abrangência da totalidade das áreas/temáticas de intervenção prioritárias; público-alvo das actividades/iniciativas desenvolvidas; formalização de parceria com o Centro de Saúde.
2. Não existe articulação com outros docentes e projectos da escola nem com as famílias dos alunos ao nível da elaboração do Plano de Actividades do PES-ESL. Este projecto pressupõe um planeamento e interligação da coordenação com a restante comunidade educativa, pelo que a sua edificação deverá partir da conjugação de várias iniciativas e objectivos individuais e/ou de diferentes departamentos/grupos disciplinares e, mesmo, outras entidades exteriores, de forma a ser verdadeiramente assumido por todos. Aliás, quando anteriormente analisámos os PAA's da ESL pudemos encontrar um significativo número de propostas que, pelo seu teor, deveriam estar integradas no PES-ESL ou, no mínimo, existir uma coordenação entre os seus proponentes e o PES-ESL.
3. Foram privilegiadas, no Plano de Actividades de 2007/08, as áreas curriculares não disciplinares para a concretização das actividades/acções o que denota conhecimento dos normativos da Promoção e Educação para a Saúde por parte da coordenadora C3. No entanto colocam-se-nos dúvidas semelhantes às explicitadas no ponto anterior quanto ao tipo de coordenação realizada.
4. Apesar de não ser uma exigência dos normativos, relativos ao PES-ESL, funcionou, em anteriores anos lectivos, o Gabinete de Atendimento aos Alunos, previsto na legislação em vigor sobre Educação Sexual (Lei 120/99, de 11 de Agosto. DR I Série A). No entanto este Gabinete deixou de funcionar no ano lectivo de 2006/07.

5. A escolha das entidades para abordarem o tema relacionado com a sexualidade, é demasiado limitada, denotando mesmo um cariz algo tendencioso como no caso do “Movimento de Defesa para a Vida”.
6. A existência de acções conjuntas com o Centro de Saúde, em 2006/07 e 2007/08, mostra que as parcerias podem sempre existir independentemente do vínculo entre os parceiros ser mais ou menos formal.
7. O único tipo de avaliação realizada limita-se ao Relatório de Actividades com a reflexão da coordenadora.

2. As entrevistas⁴

A análise das entrevistas às coordenadoras do PES-ESL e ao presidente do CE foi efectuada, como anteriormente explicitado, a partir da construção *a priori* de uma grelha de análise tendo presente os objectivos do nosso estudo. Assim, foram construídas duas grelhas de análise, uma para as entrevistas às coordenadoras do PES-ESL e outra para a entrevista ao presidente do CE. No entanto, duas das categorias, e respectivas subcategorias, são idênticas nas duas grelhas – a referente ao perfil dos entrevistados e a referente às sugestões para o futuro. Na grelha de análise das entrevistas às coordenadoras do PES-ESL obtiveram-se seis categorias e trinta e uma subcategorias; na grelha de análise da entrevista ao presidente do CE obtiveram-se cinco categorias e trinta subcategorias.

De salientar que na análise de conteúdo das quatro entrevistas dispensámos a referência à unidade de contexto, já que cada uma corresponde a uma unidade diferente. Assim, as entrevistas às coordenadoras do PES-ESL são identificadas com os códigos C1, C2 e C3 correspondentes, respectivamente, aos anos lectivos 2005/06, 2006/07 e 2007/08 enquanto à entrevista ao presidente do CE optámos por não atribuir qualquer código.

Categorização. Na estruturação do sistema de categorias tivemos presente as indicações de Ghiglione e Matalon (2005: 185) para a análise de entrevistas. A saber: facilitar a abordagem dos discursos; conservar o que é pertinente; isolar o que nos interessa e destacar as diferenças e semelhanças entre os discursos. Tivemos igualmente presente os objectivos do nosso trabalho, até porque, como refere Berelson (1952) em Ghiglione e Matalon (2005: 188), as

⁴ Ver os anexos 3, 5, 7 e 10 correspondentes às grelhas de análise de conteúdo das quatro entrevistas realizadas.

categorias devem ser “claramente formuladas e adaptadas ao problema e ao conteúdo a analisar.”

As categorias e subcategorias obtidas para as entrevistas às coordenadoras do PES-ESL foram as seguintes:

Categorias	Subcategorias
I - Perfil da coordenadora	<ul style="list-style-type: none"> - Dados pessoais - Experiências profissionais - Formação específica - Importância da temática e motivação para o cargo
II - O projecto PES-ESL	<ul style="list-style-type: none"> - A imagem do projecto na escola - Contributo dos parceiros - Participação dos professores - Participação dos pais
III - A coordenação – o exercício do cargo	<ul style="list-style-type: none"> - Temáticas prioritárias - Decisão das iniciativas - Público-alvo - Parceiros / apoios - Espaços de acção - Concretização das iniciativas - Articulações efectuadas - Divulgação
IV - Gestão e organização da escola	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação e planeamento - Gestão dos recursos humanos - A nomeação do coordenador - O PEE e a integração de projectos - Influências / pressões - Comunicação / informação
V – Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios e instrumentos de avaliação utilizados - Avaliação do projecto - Dificuldades
VI - Sugestões para o futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Motivar professores - Envolver os encarregados de educação - Recursos necessários - Aspectos a reformular - Identificação do(s) actor(es) que pode(m) melhorar o projecto

As categorias e subcategorias obtidas para a entrevista ao presidente do CE foram as seguintes:

Categorias	Subcategorias
I - Perfil do Presidente do Conselho Executivo	<ul style="list-style-type: none"> - Dados pessoais - Experiências profissionais - Formação específica - Importância da temática
II - Liderança e gestão de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Imagem da escola - Significado de projecto - Iniciativas planeadas pelo CE no âmbito do PES-ESL - Nomeação das coordenadoras - Tarefas atribuídas às coordenadoras - Motivação e incentivos às coordenadoras / ao projecto - A coordenação de estruturas - Critérios e instrumentos de avaliação das coordenadoras
III - A escola – concepção organizacional	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de objectivos do projecto - Recursos atribuídos ao projecto - O papel da AE - O papel do CP - O papel dos SEAE - O PEE e a integração de projectos - Comunicação / informação - Critérios e instrumentos de avaliação do projecto
IV - O contexto da escola	<ul style="list-style-type: none"> - A apresentação do projecto - A apresentação dos resultados / da avaliação - A incorporação de opiniões e pareceres - O papel dos pais e encarregados de educação - As ligações com organismos / entidades exteriores
V - Sugestões para o futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Motivar professores - Envolver os encarregados de educação - Recursos necessários - Aspectos a reformular - Identificação do(s) actor(es) que pode(m) melhorar o projecto

O perfil das coordenadoras e do presidente do CE⁵

O Despacho n.º 2506/2007, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, publicado no Diário da República a 20 de Fevereiro de 2007, é o primeiro normativo onde se aborda o perfil do coordenador dos Projectos de Educação para a Saúde das escolas. No ponto 2 do referido despacho refere-se que “a direcção executiva designa o professor-coordenador tendo em conta a sua formação bem como a experiência no desenvolvimento de projectos ou actividades no âmbito da saúde.” A formulação aqui adoptada parece basear-se no relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde coordenado pelo professor Daniel Sampaio. Nesse relatório refere-se, ainda, que os professores de Ciências Naturais e de Educação Física são aqueles que “surtem, à partida, como candidatos tradicionalmente, (...) mais motivados” (Sampaio, 2007: 27) para o desempenho do cargo de professor coordenador do Projecto de Educação para a Saúde. No entanto, o mesmo autor admite que qualquer professor pode assumir este papel tendo presente que neste tipo de função “a metodologia a privilegiar é o trabalho de projecto”.

Apesar de o normativo acima referido só ter aplicação no caso da nomeação da coordenadora C3 parece-nos evidente que o perfil aí apontado, bem como as considerações de Sampaio (2007), são válidos para a escolha de qualquer coordenador de um Projecto de Educação para a Saúde. Assim, ao analisarmos a formação das coordenadoras do PES-ESL (ver Quadro 7)

Quadro 7: Formação das coordenadoras

		Coordenadoras		
		C1	C2	C3
Grupo disciplinar		Grupo 330, Inglês.	Grupo 430, Economia.	Grupo 520, Biologia.
Experiência	Projectos	Nada.	Nada.	Nada.
	Projectos relacionados com a saúde	Quatro anos à frente do PES.	Já tinha participado antes.	Não.
Formação específica	Saúde	Não.	Não.	Não.
	Projecto	Trabalho em AP.	Não.	Não.

verificamos que apenas a C3 tem uma formação académica que está relacionada com a temática da saúde. Acresce que nenhuma das coordenadoras teve qualquer formação específica nas temáticas da saúde ou de trabalho de projecto.

De salientar, ainda, que a experiência, das coordenadoras C1 e C2, em qualquer das áreas antes mencionadas se resume ao trabalho desenvolvido na escola em AP ou na coordenação

⁵ Ver os anexos 3, 5, 7 e 10 correspondentes às grelhas de análise de conteúdo das quatro entrevistas realizadas.

do PES-ESL em anos anteriores. Apenas a coordenadora C3 refere saber o que é um projecto e ter já desenvolvido vários.

Quanto ao presidente do CE, tem formação para leccionar no grupo 540 – Electrotecnia e uma especialização em Administração e Gestão Escolar. Acumula ainda uma experiência diversificada da área da educação, nomeadamente a colaboração “nalguns serviços técnico-pedagógicos dos serviços centrais e regionais do ME”, “director de um colégio particular (...) e secretário da Direcção” e “presidente de uma Associação de Pais.” O presidente do CE não refere ter formação em projecto ou coordenação de projectos embora mencione algumas experiências ou trabalhos em que participou que podem de alguma forma ter-lhe facultado competências nessas áreas.

Admitindo que para se efectuar um bom trabalho deve existir uma identificação com os objectivos do mesmo e uma valorização do seu significado, procurámos perceber qual a **importância atribuída à temática da saúde e a motivação** das coordenadoras para o desempenho do cargo. Quanto à importância do projecto as três coordenadoras têm opiniões semelhantes. Assim, para exprimirem a sua apreciação sobre a temática utilizam termos como: “temas aliciantes”, “importância bastante grande” e “é um projecto muito importante para os alunos que temos cá na escola”. No que se refere à motivação apenas a coordenadora C3 refere ter ficado “bastante satisfeita” quando lhe pediram para coordenar o PES-ESL afirmando mesmo: “é uma coisa que sempre me apeteceu fazer”. Enquanto a coordenadora C1 diz que, no ano lectivo de 2005/06, “já estava um bocadinho cansada” e a coordenadora C2 refere que “não estava grandemente motivada”.

No que se refere à importância do tema do Projecto de Educação para a Saúde o presidente do CE, tal como as coordenadoras, referem que “todos os dias essa temática é mais importante” salientado ainda que as iniciativas do PES-ESL devem ser para “toda a comunidade educativa e não só a comunidade escolar.”

Atendendo ao exposto importa destacar que, quanto ao perfil das coordenadoras do PES-ESL e do presidente do CE:

- apenas no ano lectivo 2007/08 parece ter existido alguma preocupação em nomear uma coordenadora com uma formação relacionada com a saúde;
- nenhuma das coordenadoras teve qualquer formação em trabalho de projecto;
- apesar de existir uma identificação, dos quatro entrevistados, com os objectivos da promoção e educação para a saúde a falta de motivação das coordenadoras C1 e C2 terá estado presente na sua actuação à frente do projecto.

A construção e a coordenação do projecto⁶

O PES-ESL, como qualquer outro projecto, deverá passar por três fases fundamentais: a construção, a concretização e a avaliação. Neste item pretendemos perceber de que forma foi construído este projecto e como decorreu a sua concretização. Quanto à avaliação será abordada mais à frente. Assim, considerámos importante, em primeiro lugar, perceber a imagem que os principais actores fazem do PES-ESL com o objectivo de avaliar a aceitação e o apoio dado ao projecto por parte da gestão, em particular, e também da restante comunidade escolar. Em segundo lugar pretendemos compreender a natureza dos processos de orientação da ESL bem como as lógicas de acção dos seus actores e os seus efeitos sobre o PES-ESL.

As coordenadoras do PES-ESL consideram que a **imagem do projecto** na escola é pouco significativa. Assim, a coordenadora C2 afirma que “aquilo que as pessoas sentem é que não existe PES-ESL nenhum e que nada foi feito”, acrescentando que, no presente ano lectivo, ela própria não deu “conta que existisse” PES-ESL. Esta opinião acaba por ser partilhada pela coordenadora C3 ao afirmar que o projecto “deveria ter um papel muito mais importante” e “uma imagem maior”. A justificação para esta observação poderá estar, segundo a mesma coordenadora, no facto de este ser “tratado como um projecto secundário” na escola. Acresce que esta coordenadora considera a planificação do PES-ESL “pontual” e fraca o que pode ajudar a explicar a imagem tida do projecto. A coordenadora C1 refere a “falta de envolvimento” e de “vontade de trabalhar dos professores” que podem igualmente ser possíveis explicações para a imagem do PES-ESL. A coordenadora C2 afirma mesmo que as coordenadoras do projecto pensam que fizeram “alguma coisa” e que têm como objectivo que o PES-ESL “fosse visto pelos outros colegas”, até porque o “fazem porque gostam”, mas o resultado final acaba por ser “um projecto assim um bocadinho no ar”.

O presidente do CE salienta que “não se vive só de boas vontades” e que o PES-ESL “não se tem desenvolvimento tanto” por falta de “verbas”. Apesar disso aponta algumas falhas que podem justificar a forma como o PES-ESL é percebido pelos elementos da comunidade educativa, nomeadamente o “enfoque muito grande na alimentação” e a falta de abrangência temática.

No que se refere aos **contributos e apoios na construção do projecto**, as três coordenadoras mencionam que, no essencial, trabalharam com poucas ajudas de outros elementos da escola. A coordenadora C2 afirma mesmo que “cada um tem a sua capelinha” e ninguém olha para os outros” o que é, de certo modo, confirmado pela coordenadora C3 ao referir que não teve “ninguém para discutir” mas não pediu “ajuda a ninguém”. No entanto, num outro momento do seu discurso, afirma terem existido colegas que a apoiaram, nomeadamente os

⁶ Ver os anexos 3, 5, 7 e 10 correspondentes às grelhas de análise de conteúdo das quatro entrevistas realizadas.

“professores de Educação Física” e os “directores de turma” que sempre se mostraram “prestáveis para falar”. Diz também que as anteriores coordenadoras do PES-ESL “disponibilizaram os materiais” dos anos anteriores. A colaboração dos directores de turma na definição do “que era mais importante” e no “*feedback*” obtido bem como a colaboração “com o grupo de Filosofia” são os destaques feitos pela coordenadora C1 quanto ao auxílio com que contou.

O presidente do CE parece corroborar estas afirmações ao referir que “houve sugestões de professores” apesar de, noutro momento do seu discurso, salientar que “da comunidade educativa” não existiram “sugestões para alteração ou propostas ou críticas construtivas”.

Os quatro entrevistados são unânimes ao afirmarem que os pais e encarregados de educação não deram qualquer contributo para a construção do projecto. Apesar disso, as coordenadoras C2 e C3 afirmam ter existido duas sugestões dos representantes dos pais e encarregados de educação, no CP e na AE, como abordaremos no próximo item “*A gestão e a organização da escola*”.

Segundo a coordenadora C1 a participação do Centro de Saúde é “muito complicada” já que coloca “entraves à vinda de técnicos” à escola. Tal facto é, também, referido pelas outras duas coordenadoras e pelo presidente do CE que considera a “parceria com o Centro de Saúde muito fraca”.

A falta de recursos financeiros é apontada pelas coordenadoras C1 e C2 como a justificação para a inexistência de maior participação de outras entidades exteriores à escola. O que é acentuado pelo facto de no passado, segundo as mesmas coordenadoras, “existirem subsídios” enquanto agora “as escolas não têm dinheiro” pelo que tudo fica dependente da “boa vontade de professores e de instituições”.

O presidente do CE acrescenta que “não há da parte de outras entidades, nomeadamente do ME, um envolvimento que comprometa essas estruturas com as escolas”. Salienta ainda que apenas tem conhecimento do “relatório do professor doutor Daniel Sampaio” e que do exterior da escola não existem mais sugestões ou contribuições. Apesar disso, o presidente faz questão de recordar uma parceria com uma “empresa que deu formação”, em socorrismo, a todos os funcionários não docentes e que “mesmo não estando inscrita no projecto” enquadrou-se nos objectivos da promoção e educação para a saúde. O presidente salienta ainda que outros projectos existentes na escola desenvolvem “algumas parcerias que são envolventes com a educação para a saúde” e que cabe a todos, atendendo à sua “ideia de autonomia”, a procura de parcerias válidas para o PES-ESL.

Compreende-se, pelo acima exposto, que as decisões das temáticas a trabalhar, das actividades/acções a desenvolver e do público-alvo a abranger tenham sido feitas,

maioritariamente, de forma solitária pelas coordenadoras. Assim, as três coordenadoras afirmam que se apoiaram nos normativos legais para decidirem tendo ainda em atenção os recursos financeiros e as instituições exteriores disponíveis. A coordenadora C1 refere mesmo ter-se “sentido perdida” já que “não sabia para que área dirigir as suas actividades” e que só “os directores de turma” a ajudaram a perceber “o que era mais importante”. A coordenadora C3, além da capacidade financeira da escola, menciona outros critérios que utilizou, designadamente a “simplicidade” das actividades/acções e serem concretizadas “por pessoas jovens, dentro das salas de aulas e com os professores”. No que se refere à decisão quanto ao público-alvo das actividades/acções, as três coordenadoras privilegiaram os alunos já que não consideram existir interesse por parte do corpo docente nem dos encarregados de educação. De salientar que nenhuma das coordenadoras menciona os restantes funcionários da ESL como possível público-alvo do projecto.

O presidente do CE afirma ter feito algumas sugestões como por exemplo “uma acção que chegou ao CE”, no âmbito da alimentação, e que “foi transmitida” à coordenadora C3 ou ainda a sugestão feita à mesma coordenadora para que trabalhasse em parceria com outro projecto existente na escola, o projecto “Bandeira verde”. Frisou contudo que foram apenas conselhos sem que existisse uma “institucionalização, uma obrigação”.

Por tudo o acima descrito, é compreensível que quase não tenham existido articulações e coordenações com outros projectos e iniciativas existentes na escola, como já tínhamos salientado quando foi feita a análise dos PAA’s e dos Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL. A coordenadora C3, a propósito da designação do cargo que desempenha, afirma: “Mas eu sou coordenadora de quê? De quem? Eu não coordeno nada”. No entanto as coordenadoras C1 e C2 referem ter trabalhado, com os seus próprios alunos, em AP mas sem que existisse uma coordenação generalizada ao nível da escola. Segundo as coordenadoras C2 e C3 as únicas concertações de actividades/acções que ocorreram foram com os professores de educação física nos anos lectivos de 2006/07 e 2007/08. A falta de coordenação é, ainda, evidenciada pelo facto de as três coordenadoras afirmarem que o PEE não teve qualquer importância na construção do projecto, o que se torna compreensível quando o presidente do CE afirma que o “PES-ESL não está integrado no PEE” como seria desejável.

De salientar que o presidente do CE refere que a falta de coordenação e articulação “é uma lacuna” que irá “tentar modificar no próximo ano”, embora não tenha explicitado como o irá concretizar.

No que se refere à **concretização das actividades/acções**, as coordenadoras mencionam as que se encontram nos Plano e Relatórios Actividades do PES-ESL, já explicitadas no item *1.4 Os Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL* do presente capítulo. A realização das

actividades/acções ocorre, principalmente, no espaço de sala de aula atendendo, segundo a coordenadora C3, à “conveniência horária dos dinamizadores”. As coordenadoras C1 e C3 salientam ter procurado conciliar os horários das actividades/acções com as aulas de AP e de Formação Cívica.

No que se refere à divulgação das actividades/acções são mencionadas as seguintes formas/meios: *placard* de informações da sala de professores; cacifos dos docentes; afixação de cartazes noutros espaços da escola, quando a actividade/acção é dirigida aos alunos; leitura de comunicados nas aulas. A coordenadora C3 salienta, ainda, considerar que a “divulgação tem sido muito fraca”.

O presidente do CE afirma que o PES-ESL não é divulgado na página electrónica da escola “porque tudo precisa de um tempo de maturação” e “talvez” no próximo ano “faça algum sentido”. O presidente salienta, ainda, que no início do ano lectivo 2007/08 a coordenadora do PES-ESL esteve presente nas reuniões de recepção aos alunos e encarregados de educação onde apresentou o projecto.

Quanto à construção e coordenação do projecto importa destacar:

- a pouca visibilidade do PES-ESL na escola o que pode, em parte, ser explicado pelas falhas na divulgação;
- a reduzida contribuição de todos os elementos da comunidade educativa e de entidades exteriores para o PES-ESL;
- a fraca articulação e coordenação do PES-ESL com outros projectos da escola e com a AP.

A gestão e a organização da escola⁷

A gestão e a organização da escola são, também, resultado do tipo de regulação criada no interior da mesma. Como tal interessa-nos aqui perceber como são produzidas e aplicadas as regras que conduzem a acção dos diferentes actores e o modo como se apropriam dessas regras e as transformam. Assim, tentámos perceber as lógicas de acção existentes na ESL e os seus efeitos sobre o PES-ESL. Para tal procurámos conhecer a imagem que cada um dos principais actores do PES-ESL, nomeadamente o presidente do CE e as coordenadoras do projecto, têm dos diferentes órgãos de administração e gestão da escola e a sua ligação com o PES-ESL.

⁷ Ver os anexos 3, 5, 7 e 10 correspondentes às grelhas de análise de conteúdo das quatro entrevistas realizadas.

A imagem da escola, transmitida pelos entrevistados, é pouco positiva. A falta de ideias, de inovação, de participação e de entreatajuda estão presentes, em diversos momentos dos discursos produzidos por qualquer um dos entrevistados.

O presidente do CE reconhece que existem na escola “excelentes profissionais” e com “muita experiência”, no entanto aponta o “cansaço” e “a idade” como condicionantes da sua acção e iniciativa. Por isso, o presidente do CE afirma que a “escola necessita de renovação” que passa por existirem novos docentes para que possam existir “novas ideias” que contribuam para a melhoria da escola. O presidente do CE refere que este processo de renovação já foi iniciado com a criação de novos cursos uma vez que tal implica a “necessidade de mais profissionais”.

As coordenadoras do PES-ESL referem a dificuldade em envolver os docentes na planificação e mesmo na participação em actividades e iniciativas que são realizadas, como explicitado no item anterior “*A construção e a coordenação do projecto*”. No que se refere à participação dos professores as três coordenadoras utilizam expressões como “sozinha”, “pouco envolvimento”, “fiasco” e “não fazem nada”.

Os três órgãos de administração e gestão da escola (AE, CP e CE) não têm, segundo as coordenadoras, qualquer papel de relevo no projecto.

Quanto à AE apenas a coordenadora C3 refere este órgão já que numa reunião em que esteve presente afirma ter-se “sentido pressionada” pelo representante dos pais e encarregados de educação para que fossem feitas “sessões sobre alimentação e sexualidade”. De salientar que as duas outras coordenadoras não poderiam ter referido a AE uma vez que este órgão não existiu até Março de 2007, como mencionámos no item “*A ‘crise’ de poder da Escola Secundária do Lumiar*”, capítulo I.

O presidente do CE considera que a AE deve ter um “papel interveniente mas não absorvente” indicando “pistas que sejam exequíveis” e, principalmente, emitindo “mensagens positivas” e de “apoio”. O presidente do CE reforça esta ideia ao referir que a AE não deve “avaliar de forma negativista as coisas que se fazem”, não “por nós”, CE, mas sim pelos “colegas que trabalham em várias áreas”.

O CP, tal como acontece com a AE, não dá “qualquer orientação” para o PES-ESL limitando-se a aprovar o projecto sem colocar “qualquer entrave”. Apenas a coordenadora C2 refere uma única sugestão recebida, tal como aconteceu na AE, do representante dos pais e encarregados de educação no sentido que fossem efectuados “rastreios de saúde”.

O presidente do CE considera o CP “um órgão consultivo” que “deve aprovar as grandes linhas de orientação e de coordenação entre os vários órgãos”, Salienta ainda que deveria existir no CP um “representante dos projectos da escola” e que esta será uma proposta a

efectuar na “revisão do RI”. O que vai ao encontro da opinião das coordenadoras do PES-ESL, explicitado pela coordenadora C3 ao considerar que pertencer ao CP seria a melhor forma de “ter uma ideia do que se está a passar na escola” evitando que a “informação se perda” e permitindo “infiltrar o PES-ESL” noutras áreas.

No que se refere ao **papel do CE** as coordenadoras do PES-ESL salientam a “liberdade total” que sempre lhes foi dada e a aceitação de todas as actividades que propuseram. No entanto esta liberdade é, também, entendida como a inexistência de um “papel do CE” em todos os processos relacionados com o PES-ESL. Como tal, as coordenadoras lamentam a falta de sugestões e orientações uma vez que, segundo a coordenadora C1, “é do CE que parte uma série de condições e de organização”. A este propósito a coordenadora C3 afirma que, quando foi nomeada, o CE apenas lhe deu “a conhecer o material que vinha da DGIDC” (Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular) mas sem que existisse “um plano de acção concertado”

O descrito pelas coordenadoras relativamente à ausência do CE é assumido pelo presidente ao afirmar, em mais do que um momento do seu discurso, que “dá grande importância à autonomia de cada docente” acrescentando que o CE está “sempre de braços abertos para todos os que quiserem ajudar”. Como tal, o presidente diz que “vivemos do que os docentes estão dispostos a fazer”. O presidente do CE refere ainda que apenas solicitou às coordenadoras “que cumprissem o que a legislação impõe” mas afirma que também “tem feito sugestões”, como já referimos no item anterior “*A construção e a coordenação do projecto*”. Quanto à decisão de integrar a escola, no ano lectivo de 2007/08, na RNEPS o presidente afirma que esta iniciativa “partiu da coordenadora” sem que o CE tivesse qualquer intervenção.

Perante o acima exposto, o papel do CE parece estar apenas limitado à nomeação das coordenadoras do PES-ESL e à disponibilização dos recursos necessários ao projecto.

No que se refere à nomeação das coordenadoras, como já antes mencionámos, apenas no ano lectivo 2007/08 se procurou seguir as orientações dadas pelos normativos legais e bibliografia sobre a temática. Aliás, o presidente do CE refere ter tido em atenção a legislação em vigor para a escolha da coordenadora C3 bem como o facto desta, no ano lectivo anterior, ter “desenvolvido alguns projectos que tinham sido um êxito e tinham sido premiados”. Na nomeação da coordenadora C3 o presidente do CE justifica o mandato de três anos para que possa coincidir com o período temporal do mandato do CE e, afirma ainda, ter tido em consideração a identificação da coordenadora com o PEE e com uma “maneira de encarar as coisas” semelhante à do CE.

De salientar que o presidente do CE apresenta apenas “uma razão temporal” para a mudança de coordenadora do ano lectivo de 2006/07 para 2007/08. Esta mudança de coordenadora deve-se assim ao facto de 2007/08 ser o “primeiro mandato” resultante de uma eleição e, como tal, a nomeação da coordenadora C2 ter sido “uma nomeação circunscrita” a 2006/07 com a função de “executar um determinado trabalho que podia, ou não, ter continuidade em função do CE que viesse”.

A coordenadora C2 afirma que a sua nomeação apenas se deveu à “falta de horas” para todos os docentes do seu grupo disciplinar e não “por ter ou não experiência”.

Os recursos necessários ao projecto parecem nunca ter faltado apesar de serem referenciados, por todos os entrevistados, algumas necessidades que poderiam ajudar a melhorar o projecto, como explicitaremos no item “*Sugestões para o futuro*” do presente capítulo.

O presidente do CE admite que tem de “dividir o pouco” que existe resultando “sempre pouco para cada um”. No entanto faz questão de acentuar que existe “sempre alguma almofada financeira” que permite “capacidade de financiamento” para o que é considerado importante. De salientar que a coordenadora C3 é a que demonstra maior incómodo com a falta de algumas condições que prejudicam o seu trabalho, dando como exemplos “os computadores nunca estarem disponíveis” e “a falta de papel ou de impressora”. A coordenadora C3 chega mesmo a insurgir-se contra a “ideia comercialista no bar” dos alunos uma vez que a venda de determinados produtos é contrária aos objectivos do PES-ESL.

Por tudo o acima exposto, as três coordenadoras destacam a falta de organização e de coordenação existente na escola como o problema fundamental do PES-ESL. A coordenadora C3 é a que mais explana esta ideia ao referir que “a falta de coordenação da escola foi completa” e que “a escola não tem organização nenhuma em lado nenhum”. Esta coordenadora aponta alguns factos que apoiam a sua opinião, nomeadamente a não existência de planificação ao nível da escola, o cargo de coordenador do PES-ESL não fazer parte do organigrama da escola, não existir qualquer tipo de articulação ou integração de projectos e a coordenadora do PES-ESL não pertencer ao CP. Estas opiniões são compartilhadas pelas duas outras coordenadoras quando referem a falta de orientações superiores e a necessidade de existirem reuniões conjuntas com vista à coordenação de actividades que deveriam ser marcadas pelo CE.

O presidente do CE vai ao encontro de algumas das lacunas referenciadas pelas coordenadoras ao admitir que:

- as reuniões entre o CE e as coordenadoras ocorrerem por iniciativa das mesmas;
- o PES-ESL não estar integrado “como gostaria” no PEE;

- existe “uma lacuna” na articulação do PES-ESL com outros projectos e iniciativas e que pode ser constatado pelo facto do PAA ser “muito sectorial” isto é “cada professor ou grupo de professores promove uma série de actividades”;
- não existe “envolvimento dos coordenadores dos directores de turma e, por consequência, dos encarregados de educação”;
- a conexão com o SPO ser “quase uma relação institucional” e não existir “contacto com a coordenadora” do PES-ESL;
- “seria importante existirem equipas de trabalho no projecto”;
- não foi apresentado, por parte do CE, o relatório anual de avaliação das actividades ocorridas na ESL no ano lectivo de 2006/07 e, no final do presente ano lectivo, esta situação irá repetir-se embora o pretenda fazer no início do ano lectivo 2008/09.

Apesar do exposto, o presidente do CE insiste na ideia que tudo depende “da boa vontade das pessoas” e que o CE funciona “como um *pivot*”, ou seja, tem como função “transmitir uma série de boas vontades que existem e procurar articular essas intervenções” já que “as obrigações não dão grandes resultados”. No entanto o presidente realça que “passa também por directivas muito claras que têm de ser dadas sobre o que fazer” e que o CE quer “que exista maior ligação entre as várias estruturas de apoio aos alunos, às famílias e à escola”. Para que tal ocorra o presidente refere que podem ser feitas “reuniões periódicas entre o SPO, a professora do ensino especial e a coordenadora” do PES-ESL, com o objectivo de estabelecer “prioridades e detectar debilidades dos alunos e até da escola”. Acrescenta ainda que não tem conhecimento da existência deste tipo de reuniões e que irá “tentar” implementá-las “no próximo ano”. No entanto, a coordenadora C2 afirma que o SPO “quer sempre participar” e que teve reuniões com os elementos destes serviços para delinear algumas “linhas gerais” para o trabalho que as psicólogas desenvolveram com duas turmas de alunos do 7º ano (ver Quadro 5 no item 1.4 *Os Planos e Relatórios de Actividades do PES-ESL* do presente capítulo).

Da análise das entrevistas acima apresentada importa destacar quanto à gestão e à organização da escola:

- a falta de organização e de coordenação verificada na ESL;
- o fraco envolvimento dos órgãos de gestão e de todos os docentes no PES-ESL;
- a posição não interventiva nem directiva do presidente do CE, mais evidente quando não faz uso das competências que lhe são atribuídas pelos normativos legais e pelo RI, como por exemplo a convocatória de reuniões dos SEAE e a responsabilidade na elaboração do PAA;

- o reconhecimento, pelo presidente do CE, da necessidade de clarificação de funções e de tarefas atribuídas a cada actor.

A Avaliação⁸

A avaliação é, tal como sempre foi, uma constante de qualquer processo de ensino-aprendizagem, mesmo com todas as diferenças, na metodologia, nos instrumentos ou na importância que se lhe atribui, que possam ser encontradas ao longo do tempo e nos diferentes espaços escolares. Assim, a escola é talvez das instituições onde a avaliação tem uma presença permanente na sua acção, nomeadamente no que se refere à avaliação dos alunos. No entanto, a avaliação que importa para o presente trabalho está na linha da definição dada por Y. Tourneur (1986) como sendo “um processo sistemático de recolha e de interpretação das observações com a finalidade de dar a conhecer o desenrolar e os efeitos de um projecto pedagógico” (*in*: Figari, 1986: 34). Além de que, tal como já antes referido, a avaliação é parte integrante da metodologia de projecto.

Atendendo aos pressupostos acima enunciados, a avaliação deverá ser uma constante de qualquer projecto de educação para a saúde. Como tal, procurámos conhecer os critérios e os instrumentos utilizados pelas coordenadoras do PES-ESL na avaliação das iniciativas do PES-ESL e do projecto como um todo, bem como os critérios e os instrumentos utilizados por parte do presidente do CE na avaliação das coordenadoras e do projecto.

No que se refere aos **critérios e instrumentos de avaliação das iniciativas realizadas**, podemos inferir, através da análise do Quadro 8, que esta é efectuada sem a utilização de qualquer instrumento criado para o efeito e sem a definição prévia dos critérios a privilegiar.

A coordenadora C1 é a única a afirmar que promoveu “em algumas iniciativas” o “preenchimento de inquéritos” por parte dos alunos. Além deste instrumento, de que não foi encontrado qualquer exemplar, é elaborado, pelas coordenadoras, um Relatório Final a ser apresentado ao CE.

⁸ Ver os anexos 3, 5, 7 e 10 correspondentes às grelhas de análise de conteúdo das quatro entrevistas realizadas.

Quadro 8: Critérios e instrumentos de avaliação das iniciativas realizadas

Coordenadoras		
C1	C2	C3
Relatório final. Por vezes: opinião aos alunos com o preenchimento de inquéritos e parecer dos directores de turma.	Relatório final. O número de pessoas que participaram. Comentários feitos pelos participantes.	Opiniões dos alunos e dos professores. A médio prazo, o aumento do consumo no bar e na cantina.

Assim, a avaliação das iniciativas e do próprio PES-ESL é efectuada apenas com base no número de participantes e nos comentários e opiniões emitidas por alunos e professores participantes. De salientar que a coordenadora C3 é a única que parece ter definido um objectivo a médio prazo que poderá ser utilizado como um item de medida do impacto do projecto: “o aumento do consumo no bar e cantina”. Refira-se, a este propósito, que o objectivo mencionado está relacionado apenas com uma das temáticas prioritárias, definidas pelo Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006, a da alimentação.

O presidente do CE considera que as coordenadoras ao elaborarem o relatório final fazem “a avaliação de como correu o projecto” e assume que não foram definidos quaisquer critérios de avaliação nem “criada qualquer escala” tendo optado por “deixar ao critério das coordenadoras.” As justificações para este facto são, como refere o presidente do CE, “prezar muito a autonomia das pessoas” e considerar que “criar parâmetros de avaliação poderia ser inibidor da função de coordenação.” Acresce que o presidente afirma ser igualmente elaborado, pelo CE, no final do ano, um “relatório das várias actividades desenvolvidas na escola, onde se insere a educação para a saúde.” De salientar que, também neste relatório, o presidente afirma “não terem nenhum item” pré-definido e que o mesmo reflecte “a apreciação” que cada elemento do CE faz “nas várias áreas que cada um” avalia. Recorde-se a este propósito, como mencionado no item “*A gestão e a organização da escola*”, que nenhum relatório de avaliação foi, até ao momento, apresentado pelo CE na AE ou no CP.

No que se refere à **avaliação das coordenadoras** o presidente do CE diz que o “único instrumento utilizado é o Relatório Final elaborado pelas coordenadoras.” Afirma ainda que a avaliação “é feita atendendo ao que é escrito” no relatório das coordenadoras mas também “àquilo que é verificável” através do “que os membros do CE vão vendo e ouvindo.” O presidente refere, como exemplo da obtenção de “*feed-back* das coisas”, o facto de “um dos filhos de um membro do CE” ter “colaborado” em iniciativas do PES-ESL o que permitiu

saber “como é que as coisas correram e como é que foi a articulação da coordenadora com as turmas e com as pessoas que vêm falar.”

Quanto à **avaliação que fazem do projecto** podemos salientar “a fraca adesão às iniciativas por parte dos professores e encarregados de educação”, referida pelas coordenadoras C1 e C3. Quanto à participação dos alunos, segundo a coordenadora C1, só parece ser significativa quando as iniciativas coincidem com as horas das aulas ou assumem o formato de visitas de estudo. O que é reforçado pela coordenadora C2 ao afirmar que “os alunos do básico não aderem a nada” e que a maior adesão na turma do 12º ano ocorreu “porque aquilo era para nota.” A coordenadora C3 apesar de referir que “a adesão dos miúdos é boa” menciona a acção sobre a alimentação onde apenas estiveram presentes “um pai e quatro alunas.”

De salientar que a coordenadora C3 afirma, ainda, que faz uma “avaliação positiva do projecto” na medida em que fez “alguma coisa”. No entanto, considera que “os resultados são fracos” e a avaliação do seu “trabalho deste ano” é igualmente “fraca”. O que justifica através de “erros organizativos” da sua parte e por considerar que poderia “ter feito mais coisas”. A coordenadora C3 afirma ainda que “gostava de ter feito muito mais” mas que as dificuldades sentidas para que o “projecto se torne algo da escola toda” e a “péssima parceria com o Centro de Saúde” explicam que o que fez, ou venha ainda a fazer, sejam sempre “coisinhas iguais a estas, sempre pobrezinhas”. Importa aqui referir que o presidente do CE tem uma visão mais optimista do trabalho da coordenadora C3. O presidente considera que o “mínimo para se fazer alguma coisa” é um período de quatro anos, já que “um ano é de preparação, um ano de aplicação concreta dos projectos e os dois seguintes para atingir os objectivos.” O presidente salienta que a coordenadora C3, neste ano lectivo, “ganhou alicerces, conhecimentos e empatias com outras entidades” e que, no próximo ano, “é provável que isso se comece a consubstanciar em realidades e em acções.”

A coordenadora C1 é a única a afirmar que o mais positivo do projecto é ter “sentido que os alunos ficavam melhor preparados para a vida” e que os próprios referiam que “gostavam das acções” e os seus “comportamentos seriam alterados”.

As diferentes respostas das coordenadoras à questão sobre as **principais dificuldades sentidas** quase que se podem considerar complementares. A coordenadora C2 aponta a existência de “só uma pessoa no projecto” e a “falta de colaboração” como as maiores dificuldades para a concretização das iniciativas. Estes aspectos podem, de certa forma, estar associados à dificuldade em “perceber o que é que a escola queria”, mencionado pela coordenadora C1, e que pode ter implicado na dificuldade de “planificação” apontada pela coordenadora C3. Aliás, a coordenadora C3 afirma, como referido no item “*A construção e a*

coordenação do projecto” deste mesmo capítulo, que concebeu o projecto sozinha e que não teve ninguém com quem discutir ideias. Assim, esta coordenadora aponta como fundamental para o desenvolvimento do projecto o maior envolvimento de outras pessoas.

A coordenadora C1 menciona ainda a “falta de verbas” como uma das dificuldades sentidas. Este facto é, igualmente, mencionado pelas outras coordenadoras, que consideram a disponibilização de verbas como um dos recursos necessários ao PES-ESL, como será explicitado no item seguinte “*Sugestões para o futuro*”.

Quanto à avaliação importa assim destacar:

- a falta de cultura de avaliação na escola evidenciada pela não definição de critérios de avaliação nem a construção de instrumentos de avaliação, para as iniciativas do projecto, para o projecto como um todo ou para a avaliação do trabalho desenvolvido pelas coordenadoras;
- a fraca adesão às iniciativas do PES-ESL por parte de alunos, de professores e de encarregados de educação.

Sugestões para o futuro⁹

O trabalho de projecto aqui apresentado ambiciona, como já referido, provocar mudanças no PES-ESL de forma a torná-lo mais eficiente. Assim, procurámos que fosse feita alguma reflexão por parte dos principais actores do PES-ESL com o objectivo de identificarmos estratégias que possam provocar alterações no projecto. Estamos em crer que algumas dessas estratégias passam pelos recursos disponibilizados e pelo agregar de interesses em torno do PES-ESL. Assim, solicitámos às coordenadoras do PES-ESL e ao presidente do CE que apresentassem ideias/sugestões para motivar os professores e envolver os encarregados de educação e, ainda, que identificassem os actores que consideram mais importantes para o projecto. Quisemos igualmente conhecer quais os recursos que consideram necessários e os aspectos a reformular para revitalizar o PES-ESL.

A **motivação dos professores** passa, segundo, a coordenadora C1, por um maior envolvimento dos directores de turma já que estes “são as forças motrizes da escola”. Como tal, considera ser necessário a realização de “reuniões conjuntas entre os directores de turma e a coordenadora do PES-ESL” bem como “com os professores de AP”. As coordenadoras C2 e C3 acentuam que a motivação dos professores passa pela atribuição de horas nos seus horários para trabalho a realizar no âmbito do PES-ESL. Neste sentido a coordenadora C2 propõe a divisão das horas que podem ser atribuídas à coordenadora do PES-ESL por mais do

⁹ Ver os anexos 3, 5, 7 e 10 correspondentes às grelhas de análise de conteúdo das quatro entrevistas realizadas.

que uma pessoa de forma a permitir um trabalho conjunto. Já a coordenadora C3 aponta como solução a utilização das horas não lectivas dos professores para o desenvolvimento de actividades no âmbito do PES-ESL.

O presidente do CE considera “quase um milagre” conseguir motivar os professores uma vez que o que “é pedido hoje em dia à escola é tão violento que as pessoas entram quase num desespero”. O presidente do CE pensa ainda que para “existirem ideias de acção tem de existir comprometimento dos vários actores” embora não concretize como podem eles ser levados a sentirem-se comprometidos com o PES-ESL.

No que se refere ao **envolvimento dos encarregados de educação** a coordenadora C1 menciona que este só seria viável através de “convocatórias com obrigatoriedade para o encarregado de educação em conjunto com o seu educando”. A coordenadora C2 considera que é necessário existir primeiro uma Associação de Pais e Encarregados de Educação e que a sua constituição passa por um maior envolvimento da AE, do CE e do CP neste processo. Propõe, ainda, que estes órgãos, em conjunto com a coordenadora do PES-ESL, realizem reuniões de pais com o objectivo de dar a conhecer o projecto e alertar para a importância do envolvimento destes actores no mesmo. A coordenadora C3 mostra-se mais optimista referindo apenas que “os encarregados de educação vão-se envolvendo.”

O presidente do CE, tal como as coordenadoras C1 e C2, manifesta a sua dificuldade em saber como envolver os encarregados de educação e aponta como possível caminho a “criação de cursos de formação para pais”, apesar de reconhecer a dificuldade da sua implementação, principalmente, pela falta de verbas.

Os **actores que são considerados mais importantes para o sucesso do PES-ESL** são, segundo o presidente do CE e a coordenadora C1, o CE e a coordenadora do projecto. A coordenadora C1 refere também, como actores importantes, os directores de turma e os professores de AP. Esta coordenadora sugere ainda que deveria ser criado o cargo de coordenador de Formação Cívica, e que este teria, igualmente, um papel importante a desempenhar no PES-ESL.

A coordenadora C2 vai ainda mais longe ao mencionar as características do perfil que considera serem necessárias para que o coordenador do projecto desenvolva um bom trabalho, nomeadamente ser “um professor da área de Ciências ou de Filosofia”, “ser jovem, extrovertido e com ideias e vontade de as concretizar.”

A coordenadora C3 apenas menciona a necessidade de existir “uma equipa interdisciplinar”. O presidente do CE nomeia as “coordenações das direcções de turma” como tendo um papel fundamental para o projecto pela facilidade de estabelecerem contacto com os encarregados de educação e com outros professores. O presidente refere, ainda, a necessidade de existir

uma equipa composta por outros profissionais, “como por exemplo um médico, um psicólogo e um sexólogo”, que trabalhasse com a escola e com o PES-ESL.

No que se refere aos **recursos**, os quatro entrevistados coincidem ao apontarem os recursos financeiros como indispensáveis para o desenvolvimento do PES-ESL. A coordenadora C2 acrescenta a necessidade de existir um *placard* de informações apenas para o projecto e a coordenadora C3 a compra de “uma máquina de batidos de leite” para o bar dos alunos.

Quanto aos **aspectos que consideram necessitar ser reformulados** a ideia principal da coordenadora C3 é a necessidade de “colar este projecto dentro das outras áreas do organigrama da escola”. O que pode passar, como é referido pela coordenadora C1 e pelo presidente do CE, por alterar o PEE para que passe a integrar o PES-ESL. Outras ideias que podem, em parte, contribuir para o acima exposto pela coordenadora C3, são:

- A participação do SPO e do CP no projecto (mencionado pela coordenadora C2);
- A fusão do projecto Eco-escolas com o PES-ESL (referido pela coordenadora C1);
- A marcação de reuniões conjuntas entre directores de turma, professores de AP e coordenadora do PES-ESL (mencionado pela coordenadora C2);
- A existência de horas comuns para facilitar o trabalho conjunto entre os actores referidos no item anterior (mencionado pela coordenadora C2).

São ainda feitas **outras sugestões** por parte das três coordenadoras. Assim, a coordenadora C1 refere a importância de serem efectuadas acções conjuntas para encarregados de educação e alunos enquanto o presidente do CE diz ser necessário aumentar o número de acções e que estas abranjam também os docentes e os restantes funcionários da escola. As coordenadoras C2 e C3 mencionam a necessidade de ser criado o gabinete do aluno, tal como apontado pelos normativos legais. A coordenadora C2 manifesta, ainda, considerar fundamental a existência de um maior apoio por parte do ME e a criação de parcerias com outras escolas para permitir um melhor aproveitamento de recursos e partilha de ideias. A coordenadora C3 considera essencial que o lucro obtido no bar dos alunos seja utilizado para melhorar a oferta alimentar no mesmo.

O presidente do CE diz que “as escolas dão uma importância muito grande à alimentação” mas que deveriam ser, igualmente, privilegiadas outras áreas, nomeadamente “os cuidados primários”, “a prevenção de doenças” ou a “utilização de fármacos”.

Podemos afirmar que qualquer destas sugestões nos parece válida para ampliar a eficiência do PES-ESL e que, mesmo com diferentes enunciados, podemos encontrar pontos de

convergência e complementaridade nas reflexões de cada um destes quatro actores. Assim, salientamos que o que é considerado necessário para a dinamização deste projecto passa por:

- formar um grupo interdisciplinar, com a participação dos directores de turma, do SPO e outros técnicos da área da saúde, de forma a desenvolver um trabalho de parceria com a coordenadora do projecto;
- existir uma efectiva coordenação entre diferentes projectos desenvolvidos na escola, o que poderá ser facilitado com a elaboração de horários com espaços comuns para possíveis reuniões;
- diversificar o tipo de acções/iniciativas do PES-ESL bem como os destinatários das mesmas;
- disponibilizar mais recursos financeiros ao PES-ESL;
- aumentar o empenho dos diferentes órgãos de gestão e administração da escola na constituição de uma associação de pais e encarregados de educação.

Em suma, os dados parecem confluir para a necessidade de existir uma intervenção ao nível da **gestão**, de topo e intermédia, nomeadamente no que diz respeito aos mecanismos de coordenação e relações laterais – planeamento e controlo.

V – CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

O objectivo principal do nosso trabalho foi perceber em que medida a cultura organizacional da ESL possibilita, ou impede, a concretização dos objectivos do PES-ESL. Para tal, utilizando uma estratégia na linha da investigação-acção, procurámos identificar o que é imputável às componentes dessa cultura organizacional no processo de elaboração e execução do PES-ESL, não esquecendo o contexto mais amplo em que tudo se insere.

No que se refere ao quadro de referência das condutas individuais e comportamentos grupais, nomeadamente os valores, as crenças e as ideologias, das dinâmicas instituídas na ESL importa identificar o que se refere quanto aos **processos de organização da ESL**, aos **procedimentos operacionais e às lógicas de acção da ESL** e aos **procedimentos operacionais relativamente ao PES-ESL**.

Nos **processos de organização da ESL** foram detectados algumas falhas no sistema de ligações que podem constituir entraves ao pleno desenvolvimento do PES-ESL, nomeadamente:

- Nos **documentos orientadores** que consagram a orientação educativa da escola e definem o seu modo de funcionamento, a saber:
 - ✓ No **RI** não é perceptível a ligação entre os SEAE e o cargo de coordenador do PES-ESL. A coincidência de objectivos a atingir por cada um destes actores deveria pressupor uma articulação da acção entre o PES-ESL e os SEAE, o que, sendo omissos no RI, coloca problemas à sua efectivação na prática.
 - ✓ No que se refere ao **PEE**, o PES-ESL não é aí assumido, ou sequer mencionado, o que causa estranheza, quer pelo facto do projecto educativo ser o documento que consagra a orientação educativa da escola, quer porque nos objectivos do PEE se inscreverem preocupações que são partilhadas pela promoção e educação para a saúde.
 - ✓ Os **PAA's** são simples cronogramas de actividades e iniciativas previstas pelos professores, grupos e projectos existentes na escola sem qualquer tipo de articulação entre eles. De realçar que o PAA de 2007/08, apesar de ir mais além do que os anteriores PAA's, nomeadamente na defesa de um conjunto de ideias, de metas e de objectivos, não teve qualquer divulgação junto da comunidade escolar

nem foi apresentado, para apreciação, na AE. Tal facto pode ser um indicador do valor que é, na realidade, atribuído a este instrumento.

- Nos **órgãos de gestão e administração da ESL** não são exercidas as competências estipuladas nos normativos. São vários os exemplos do que afirmamos:
 - ✓ No que se refere à **AE**, lembramos que a ESL esteve sem AE durante um ano e meio. Isto poderá significar o não reconhecimento deste órgão de participação e representação da comunidade educativa, ao qual incumbe definir as linhas orientadoras da actividade da instituição escolar, ou negligência por parte do CE, em particular, e por parte de toda a comunidade educativa da ESL, em geral, já que nada foi feito no sentido de promover a eleição de uma nova AE. Constatámos, ainda, que a **AE** tem sido negligente no que se refere à emissão de pareceres e recomendações aos restantes órgãos da escola sobre a promoção e a educação para a saúde.
 - ✓ O **CP**, enquanto órgão de coordenação e orientação da vida educativa da escola, evidencia uma acção que parece constituir uma marca da conduta dos diferentes actores da ESL: a passividade demonstrada face à maioria dos assuntos abordados, em particular no que se refere ao PES-ESL, sobre os quais poderia ter um papel activo de apresentação de propostas concretas de actuação.
 - ✓ O **CE**, como órgão responsável pela elaboração do RI e dos PAA's, tem como obrigação procurar que estes documentos reflectam as metas e os objectivos propostos no PEE. Tal não parece acontecer atendendo ao que acima explicitámos em relação a estes documentos.
 - ✓ Ao **CE** são também atribuídas as funções de distribuição do serviço docente, de gestão das instalações e de outros recursos educativos e de estabelecer protocolos e acordos. No que se refere à distribuição do serviço educativo o CE tem garantido a existência do cargo de coordenador do PES-ESL embora não se denote uma preocupação na organização do horário dos docentes de forma a existir uma colaboração entre o PES-ESL e outros actores escolares. Na gestão das instalações e dos equipamentos educativos não nos parece que se esteja a fazer o seu pleno aproveitamento. Recorde-se, por exemplo, a não divulgação do PES-ESL na página electrónica da escola, ou as observações das coordenadoras quanto à falta de condições de trabalho. Finalmente, a ausência de acção por parte do CE na adesão da escola à RNEPS e no incremento da parceria com o Centro de Saúde, em nossa opinião só pode denotar falta de interesse pela temática ou fechamento da escola ao

exterior que sempre se traduz na ausência de protocolos e acordos com entidades exteriores.

Nos **procedimentos operacionais que sempre manifestam a(s) lógica(s) de acção da ESL** encontramos, igualmente, entraves ao pleno desenvolvimento do PES-ESL. A saber:

- A falta de uma cultura de reflexão e de avaliação do trabalho desenvolvido na escola, evidenciada, por exemplo, na forma como é feito o balanço do ano lectivo pelo CP, na não elaboração dos relatórios periódicos e finais de execução dos PAA's, na inexistência de critérios e instrumentos para avaliação das actividades existentes na escola ou para a avaliação dos coordenadores de projectos.
- A falta de organização, de coordenação e de articulação de actividades, patente, por exemplo, na construção e operacionalização do PAA's, nas discussões dos temas a trabalhar em AP ou no discurso produzido pelo presidente do CE.
- A forma não interventiva nem directiva do presidente do CE, salientada pelo próprio e evidente quando não faz uso das suas competências, por exemplo, na elaboração do PAA's ou na não convocação de reuniões dos SEAE. Apesar de reconhecer, no seu discurso, a necessidade de clarificação de funções e de tarefas atribuídas a cada actor, o presidente do CE parece optar por não a efectivar.
- A incapacidade da escola em criar mecanismos que possam motivar e envolver os encarregados de educação, apesar de existirem registos de intervenções pertinentes e atentas por parte dos seus representantes na AE e no CP.
- A falta de cooperação e entendimento entre os diferentes órgãos de administração e gestão da escola evidenciada, por exemplo, nos discursos do presidente do CE e das coordenadoras, ao referirem-se às funções e papeis desempenhados pela AE, pelo CP e pelo CE.
- A falta de um trabalho de equipa denotada, por exemplo, na construção do PES-ESL e no discurso das coordenadoras do PES-ESL.

Os **procedimentos operacionais relativamente ao PES-ESL**, por tudo o acima exposto, não poderiam distinguir-se da(s) lógica(s) de acção e do clima organizacional vivenciado na ESL. Como tal destacamos:

- A falta de colaboração de todos os actores da escola na construção e na operacionalização do PES-ESL que contribui, também, para a falta de articulação do projecto com outras iniciativas.

- A dificuldade em dar visibilidade ao projecto e, por consequência, motivar a participação de alunos, de professores e de encarregados de educação.
- A incapacidade em criar uma rede de contactos e parcerias com entidades exteriores à escola.

Assim, cremos estar em condições de afirmar que a cultura organizacional da ESL impede a concretização dos objectivos do projecto de educação para a saúde, até porque parece-nos evidente que não são cumpridos os pressupostos básicos da metodologia de projecto, em geral, nem da educação para a saúde em particular. A este propósito cabe aqui recordar Barroso *et al.* (s.d.: 119) quando afirma que a educação para a saúde passa, obrigatoriamente, por uma intervenção planificada e estrategicamente desenvolvida em função da especificidade dos contextos, a que Sampaio (2007: 36-37) acrescenta a necessidade de existir participação e co-responsabilização dos parceiros na construção do projecto.

Acresce que na cultura organizacional que parece predominar na ESL identificamos aspectos que podem estar a contribuir para dificultar o desenvolvimento do PES-ESL. Assim, a organização formal da escola, no que diz respeito aos regulamentos e manuais de procedimentos, enferma de um conjunto de omissões que não permitem um eficaz planeamento de forma a serem alcançados os objectivos do PES-ESL. Além disso a organização informal da ESL, no que respeita às motivações da associação dos seus actores, às estratégias criadas por esses grupos, aos papéis que desempenham e às redes de influência criadas, isto é, o clima organizacional, não nos parece estar a contribuir para melhorar o desempenho geral da ESL e, em particular, do PES-ESL.

O clima organizacional da ESL, ou as características observadas - estilo de funcionamento, processos organizacionais e atitudes predominantes - parece dar-nos a imagem de uma organização pouco articulada e coesa, o que nos remete para uma falta de identificação de alguns actores da escola com os pressupostos e valores dominantes. A existência de valores e de expectativas diferentes no interior dos grupos, terá contribuído para a ‘crise de poder’ na ESL. Aliás, estamos em crer que as dificuldades de planificação, de organização, de coordenação, de concretização de acções e de avaliação são, também, um produto dessa ‘crise de poder’, causas e consequências da manifestação de diferentes lógicas de acção por parte dos diferentes actores.

As lógicas de acção, segundo van Zanten (2006: 197), implicam um certo grau de coerência, construída ao longo do tempo, “entre as dinâmicas de diferentes domínios de acção e um mínimo de consenso entre actores escolares”; a falta de consenso, no interior dos grupos

instituídos, projecta-se no desdobramento das lógicas de acção e na sua subsequente fragilização.

Poderemos também estar a assistir na ESL a uma tentativa de mudança de paradigma, uma vez que a mudança ao nível da direcção, com a entrada em funcionamento de um novo CE, constituído por uma equipa vinda de outra escola, e o desenvolvimento de uma nova liderança, podem estar a criar novos ajustamentos entre uns e outros. Tais ajustamentos tanto podem levar à fragmentação de diferentes domínios e à quebra do envolvimento colectivo, como à integração da diferença e ao fortalecimento dos grupos. Esta hipótese torna-se mais credível quando analisamos os discursos dos diferentes actores do PES-ESL bem como as mudanças ocorridas na forma de estar dos restantes elementos da comunidade educativa, nomeadamente a crescente oposição interna a todas as acções e inovações que se tentam implementar.

Por tudo o exposto, julgamos deixar alguns caminhos em aberto para o de desenvolvimento de outros projectos de investigação nos domínios da promoção e educação para a saúde e da gestão escolar.

No campo da avaliação de escolas promotoras de saúde, Lanfranconi (2006: 11) afirma poderem ser focadas oito áreas – o espaço escolar, o ensino, a aprendizagem, o ambiente escolar, a liderança, os docentes, a qualidade da gestão e os efeitos. O trabalho agora apresentado concentrou-se, principalmente, sobre duas dessas áreas – a liderança e a qualidade da gestão. Assim, a reflexão sobre qualquer uma das restantes áreas pode ajudar a aumentar o conhecimento e compreensão do PES-ESL e, por consequência, contribuir para melhorar a sua eficácia.

No campo da gestão escolar, os dados expostos pelo nosso trabalho apontam para a necessidade de ser efectuado um estudo mais aprofundado ao nível da gestão de topo e intermédia colocando o principal enfoque nas questões que se relacionam com a coordenação, o planeamento e o controlo.

O desenvolvimento de qualquer uma destas temáticas será mais um contributo para melhorar a ESL e o seu papel na educação e formação dos seus alunos.

O propósito final do nosso trabalho é contribuir para que o projecto de educação para a saúde da ESL ganhe *PES* para andar. Assim resta-nos evidenciar o que consideramos ser necessário para que os actores da escola modifiquem os seus comportamentos e se envolvam **mais** no projecto.

Estamos em crer que deverá ser feito um caminho no sentido de garantir que existam lideranças com capacidade e competência para enfrentar os problemas que fomos explicitando. Julgamos que esta via passa por um aumento do empenho dos diferentes órgãos de gestão e administração da escola, em geral, e da coordenação do PES-ESL, em particular, no sentido de existir uma efectiva coordenação e articulação de acções.

Será, igualmente, necessário facultar todos os apoios e recursos essenciais à organização, coordenação e operacionalização do PES-ESL, de modo a efectivar as articulações escola/família/instituições exteriores e agregar os diversos interesses. Estes apoios podem passar pela constituição de um grupo de trabalho interdisciplinar, com a participação dos directores de turma, coordenadores de outros projectos, SPO e outros técnicos da área da saúde, de forma a desenvolver um trabalho de parceria com a coordenação do PES-ESL e ainda pela disponibilização de recursos financeiros e materiais ao projecto.

Finalmente resta-nos destacar que, no final do ano lectivo 2007/08, foi realizada uma reunião/acção de formação com técnicos do Centro de Saúde do Lumiar e os directores de turma com o objectivo de explicitar os objectivos da promoção e da educação para a saúde e facultar orientações para a sua implementação. Desta reunião/acção resultou a constituição de um grupo de trabalho, composto por vários professores e a coordenadora do PES-ESL, em ordem ao incremento de um trabalho de parceria com o Centro de Saúde do Lumiar no sentido de alargar a intervenção e acção do projecto na escola.

Esta ocorrência pode manifestar uma alteração significativa na forma de encarar o exterior e o trabalho a desenvolver pelo PES-ESL e que pode contribuir para aumentar o interesse no PES-ESL e poderá concorrer para dar ao projecto *PES* para andar e intervir, de forma decisiva, na formação dos jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, N. (2005). *Investigação naturalista em educação*. Porto: Edições Asa.
- BARROSO, J. (2005). *Políticas educativas e organização escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BARROSO, J. (2006). “A investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal”, in Barroso, J. (org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.
- BARROSO, T.; PEREIRA, A.; RODRIGUES, M. (s. d.). *Educação para a saúde: formação pedagógica de educadores de saúde*. Coimbra: Formasau – Formação e Saúde, L.da.
- BELL, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BERTRAND, Y.; GUILLEMET P. (1994). *Organizações : uma abordagem sistémica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CANÁRIO, M. B. (1998). Construir o projecto educativo local: Relato de uma experiência. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 10. Lisboa: IIE.
- CARVALHO, L. M. e CARREIRO DA COSTA, F. (1998), “Avaliação do Projecto ‘Viva a Escola’”, in AA. VV., *Projecto piloto “Viva a Escola”: relatórios de avaliação externa*. Lisboa: PPES/ME.
- CENTRO NACIONAL DE APOIO À RNEPS (2001). *Relatório actividades do centro de apoio nacional à RNEPS 2000*. Lisboa: CAN.
- DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALGARVE (2007). *Educação para a saúde nas escolas*. Página consultada a 21 de Dezembro de 2007, <http://www.drealg.min-edu.pt/>
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2003). *Regulamento interno da Escola Secundária do Lumiar*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2006). *Projecto educativo da Escola Secundária do Lumiar*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2007a). *Regulamento interno da Escola Secundária do Lumiar*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2007b). *Plano anual de actividades – 2007/08*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- FIGARI, G. (1996). *Avaliar: que referencial?* Porto: Porto Editora.

- FONTOURA, M. (2006). *Do projecto educativo de escola aos projectos curriculares. Fundamentos, processos e procedimentos*. Porto: Porto Editora.
- FREITAS, C. V. (1999). Gestão e avaliação de projectos nas escolas. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 7. Lisboa: IIE.
- FRIEDBERG, E. (1993). *O poder e a regra*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (2005). *O inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- LANFRANCONI, E. (2006). “The ‘Good and Healthy Schools – instruments for quality development and evaluation in schools’ Handbook”, in *Fifth Workshop on Practice of Evaluation of the Health Promoting School – concepts, indicators and evidence*. Sigriswill: ENHPS, 11 – 12.
- LARRUE C.; KNOEPFER P.; VARRONE F. (2006). *Analyse et pilotage des politiques publique*. Zurich/Chur : Verlag Ruegger.
- MORGAN, G. (1996). *Imagens da organização*. S. Paulo: Editora Atlas, 145 – 203.
- NÓVOA, A. (Coord.). (1992). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: D. Quixote/IIE.
- SAMPAIO, D. coord. (2007). *Relatório final do grupo de trabalho de educação sexual*. Lisboa: Ministério da Educação.
- SARMENTO, M. J. (2000). *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa: IIE/ME.
- SPIELDENNER, J. (2006). “Opening address”, in *Fifth Workshop on Practice of Evaluation of the Health Promoting School – concepts, indicators and evidence*. Sigriswill: ENHPS, 7.
- van ZANTEN, A. (2006). “Interdependência competitiva e as lógicas de acção das escolas: uma comparação europeia”, in Barroso, J. (org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Lei 46/86 de 14 de Outubro.

Lei 48/90 de 24 de Agosto.

Lei 190/91, de 17 de Maio.

Lei 24/99, de 22 de Abril.

Lei 120/99, de 11 de Agosto.

Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio.

Decreto-Lei 259/2000, de 17 de Outubro.

Despacho Normativo 734/2000, de 19 de Junho.

Despacho 271/98, de 23 de Março.

Despacho 15 587/99 de 22 de Julho.

Despacho 13599/2006, de 7 de Junho.

Despacho 2506/2007, de 23 de Janeiro.

Despacho do Secretário de Estado da Educação de 27 de Setembro de 2006.

Ofício-Circular n.º 69, de 20 de Outubro de 2006.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, N. (2005). *Investigação naturalista em educação*. Porto: Edições Asa.
- ALMEIDA, L. (1990), Avaliação de Projectos e Programas Educacionais: Breve descrição de considerações e aspectos metodológicos. *Revista Inovação, número III*, 14 – 31.
- ALVES, J. M. (1995). *Organização, Gestão e Projecto Educativo das Escolas*. Porto: Edições ASA
- ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA (2001). *1º Relatório de Actividades Realizadas no Âmbito do Protocolo Celebrado entre a APF e o Ministério da Educação*. Brochura da APF: Lisboa.
- ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA (2004). *8º Relatório de Actividades Realizadas no Âmbito do Protocolo Celebrado entre a APF e o Ministério da Educação*. Brochura da APF: Lisboa.
- ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA (2005). *Educação Sexual nas Escolas. Posição da APF sobre os Pareceres do CNE e do GTES*. Lisboa: APF. Página consultada a 5 de Dezembro de 2007. www.apf.pt/
- BALDAIA, J.; FERREIRA, V. (2003), O Papel das Autarquias na Promoção e Educação para a Saúde. *Revista 2000.pes*, 7, 6-7.
- BAPTISTA, M. I. M. (2006). *Educação Alimentar em Meio Escolar Referencial para uma Oferta Alimentar Saudável*. Lisboa: DGIDC.
- BARROSO, J. (1998), Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 1. Lisboa: IIE.
- BARROSO, J. (2005). *Políticas educativas e organização escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BARROSO, J. (2006). “A investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal”, in Barroso, J. (org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.
- BARROSO, J., org. (2003). *A escola pública – regulação, desregulação e privatização*. Porto: Edições Asa.
- BARROSO, J.; VISEU, S. (2006), A interdependência entre escolas: um espaço de regulação, in Barroso, J. (org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.

- BARROSO, T.; PEREIRA, A.; RODRIGUES, M. (s. d.). *Educação para a Saúde: formação pedagógica de educadores de saúde*. Coimbra: Formasau – Formação e Saúde, L.da.
- BELL, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BERNARDES, C.; MARQUES, P. (2000), Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde. *Revista 2000.pes*, 2, 2-3.
- BERNARDO, E. P. (2001), A Educação Sexual nas Escolas e os Pais. *Revista 2000.pes*, 3, 10-11.
- BERTRAND, Y.; GUILLEMET P. (1994). *Organizações: uma abordagem sistémica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BOLIVAR, A. (2003). *Como Melhorar as Escolas. Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas*. Porto: Edições Asa.
- CADETE, J.; MARQUES, A. M.; PEREIRA, A.; SILVA, B.; VILAR, D. (1999). *Orientações Técnicas sobre Educação Sexual em Meio Escolar. Contributos das equipas do projecto*. Lisboa: APF, DGS e PPES.
- CAMPOS, B. P. org. (1995). *A Investigação Educacional em Portugal*. Lisboa: IIE.
- CANÁRIO, M. B. (1998). Construir o projecto educativo local: Relato de uma experiência. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 10. Lisboa: IIE.
- CANÁRIO, R. (1992). *Inovação e Projecto Educativo de Escola*. Lisboa: Educa.
- CANÁRIO, R. (1998), Gestão da Escola: Como elaborar o plano de formação? *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 3. Lisboa: IIE.
- CARVALHO, A.; DIOGO, F. (1994). *Projecto Educativo*. Porto: Afrontamento.
- CARVALHO, L. M. e CARREIRO DA COSTA, F. (1998), “Avaliação do Projecto ‘Viva a Escola’”, in AA. VV., *Projecto Piloto “Viva a Escola”: Relatórios de avaliação externa*. Lisboa: PPES/ME.
- CASTRO, L. B.; RICARDO, M. M. C. (1992). *Gerir o Trabalho de Projecto: Um manual para professores e formadores*. Lisboa: Texto Editora.
- CENTRO NACIONAL DE APOIO À RNEPS (2001). *Relatório Actividades do Centro de Apoio Nacional à RNEPS 2000*. Lisboa: CAN
- CLÍMACO, M. C. (1991), Os Indicadores de Desempenho na Gestão e Avaliação da Qualidade Educativa. *Revista Inovação*, IV, 87-123.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE (1999). *Síntese das Conclusões do Encontro Nacional – Internacional ‘Promoção da Saúde em Meio Escolar’*. Brochura da CCPES: Lisboa.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE (2001), Seminário de Avaliação / Planificação 2002. *Revista 2000.pes*, 5, 6 – 7.

- CURADO, A. P. (1995). *A Construção do Projecto Educativo de Escola: Estudo de caso numa escola secundária*. Lisboa: IIE.
- DÍAS, A. S. (2003). *Avaliação da Qualidade das Escolas*. Porto: Edições Asa.
- DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALGARVE (2007). *Educação para a Saúde nas Escolas*. Página consultada a 21 de Dezembro de 2007, <http://www.drealg.min-edu.pt/>
- DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALGARVE (2007). *PES na DRE Algarve*. Página consultada a 5 de Dezembro de 2007. <http://www.drealg.min-edu.pt/>
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2003). *Regulamento interno da Escola Secundária do Lumiar*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2006). *Projecto educativo da Escola Secundária do Lumiar*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2007a). *Regulamento interno da Escola Secundária do Lumiar*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESCOLA SECUNDÁRIA DO LUMIAR (2007b). *Plano anual de actividades – 2007/08*. Lisboa: Brochura da Escola Secundária do Lumiar.
- ESTEVÃO, C. (1999), *Gestão Estratégica nas Escolas. Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 3. Lisboa: IIE.
- ESTRELA, A.; NÓVOA, A. orgs. (1992). *Avaliações em Educação: Novas perspectivas*. Lisboa: Educa.
- ESTRELA, A.; RODRIGUES, P. coord. (1995). *Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação*. Lisboa: Edições Colibri.
- EURYDICE (2004). *Evaluación de los Centros de Enseñanza Obligatoria en Europa*. Bruselas: Eurydice. Página consultada a 21 de Dezembro de 2007. <http://www.eurydice.org/>
- FERNANDES, D.; BRANCO, I. (1990), *Conceitos Básicos em Avaliação de Programas Educativos*. Revista *Inovação*, número III, 9-13.
- FERREIRA, F. I.; FORMOSINHO, J.; MACHADO, J. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições Asa.
- FIGARI, G. (1996). *Avaliar: que referencial?*. Porto: Porto Editora.
- FIGUEIREDO, C. C.; GÓIS, E. (1995). *A Avaliação da Escola como Estratégia de Desenvolvimento da Organização Escolar*. Lisboa: IIE.
- FONTOURA, M. (2005). *Uns e Outros: da educação multicultural à construção da cidadania*. Lisboa: Educa.

- FONTOURA, M. (2006). *Do projecto educativo de escola aos projectos curriculares. Fundamentos, processos e procedimentos*. Porto: Porto Editora.
- FREITAS, C. V. (1999). Gestão e avaliação de projectos nas escolas. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 7. Lisboa: IIE.
- FRIEDBERG, E. (1993). *O poder e a regra*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (2005). *O inquérito – teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GUARDA, L. M.; GUERREIRO, A. C. (2001), Centros de Saúde de 3ª Geração. *Revista 2000.pes*, 5, 8 – 9.
- JAKOBSEN, L.; MACBEATH, J.; SCHRATZ, M.; MEURET, D. (2005). *A História de Serena – Viajando rumo a uma escola melhor*. Porto: Edições Asa.
- JENSEN, B. B. (1998), “Evaluation in Collaboration with Students”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 60 – 70.
- JENSEN, B. B. (2006), “The HPS Resource”, in *Fifth Workshop on Practice of Evaluation of the Health Promoting School – concepts, indicators and evidence*. Sigriswill: ENHPS, 26 – 31.
- LANFRANCONI, E. (2006). “The ‘Good and Healthy Schools – instruments for quality development and evaluation in schools’ Handbook”, in *Fifth Workshop on Practice of Evaluation of the Health Promoting School – concepts, indicators and evidence*. Sigriswill: ENHPS, 11 – 12.
- LARRUE C.; KNOEPFER P.; VARRONE F. (2006). *Analyse et pilotage des politiques publique*. Zurich/Chur : Verlag Ruegger.
- LEAL, L. C.; ABRANTES, P. (1990), Avaliação da Aprendizagem/Avaliação na Aprendizagem. *Revista Inovação*, número III, 65-75.
- LIMA, L. C. (s. d.), Construindo Modelos de Gestão Escolar. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 4. Lisboa: IIE.
- LOUREIRO, I. (2000), Editorial da Revista 2000.pes. *Revista 2000.pes*, 2, 1.
- LOUREIRO, I. (2001a), Editorial da Revista 2000.pes. *Revista 2000.pes*, 3, 1-2.
- LOUREIRO, I. (2001b), Editorial da Revista 2000.pes. *Revista 2000.pes*, 5, 1-2.
- MACEDO, B. S. F. F. (1995). *A construção do projecto educativo de escola: processos de definição da lógica de funcionamento da escola*. Lisboa: IIE.
- MACHADO, R. (2006), “Educação para a saúde: o tempo e o modo”, in Hamido, G.; Luís, H.; Marques, R. E Roldão, M. C. (orgs.), *Transversalidade em Educação e em Saúde*. Porto: Porto Editora, 195 – 210.

- MARQUES, A. M.; PRAZERES, V., coord. (2000). *Educação sexual em meio escolar – linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério da Saúde.
- MARQUES, M. M. F. (2000), O Partenariado na Escola. *Cadernos de Organização e Gestão Curricular*, 5. Lisboa: IIE.
- MORGAN, G. (1996). *Imagens da organização*. S. Paulo: Editora Atlas, 145 – 203.
- NATÁRIO, E. (1993). *A escola promotora de saúde: conceitos e princípios de orientação*. Lisboa: Direcção Geral de Saúde.
- NAVARRO, M. F. (1995). *Modelos de intervenção em saúde na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário*. Comunicação apresentada no Simpósio “A Educação para a Saúde. O Papel da Educação Física na Promoção de Estilos de Vida”. Lisboa: s. e..
- NEGREIROS DE CARVALHO, J. N. (1995), “Avaliação do Projecto ‘Viva a Escola’: a percepção da sua eficácia pelos agentes de implementação do projecto”, in AA. VV., *Projecto piloto “Viva a Escola”: relatórios de avaliação externa*. Lisboa: PPES/ME.
- NEVES, A., coord. (2000). *O que é a Saúde na Escola. Guião orientador*. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério da Saúde.
- NÓVOA, A. (Coord.). (1992). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: D. Quixote/IIE.
- PATTENDEN, J. (1998), “Indicators for the Health Promoting School”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 39 – 41.
- PAULUS, P. (1998), “Overview of the Practice of Evaluation of Health Promotion in the Enhps and Results of the Survey of Persons Involved in Evaluation Within National Projects Participating in ENHPS”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 35 – 38.
- PIETTE, D. (1998), “Presentation on the EVA2 Project: tracking down the ENHPS successes for sustainable development”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 42 – 48.
- PIETTE, D. (1998), “Travelling with Christopher Columbus in Evaluation Land”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 30 – 34.
- RAMOS, A. J. (2003), Municípios e educação – Uma estratégia de articulação. *Revista 2000.pes*, 7, 8 - 9.
- ROCHA, A. P. (1999). *Avaliação de escolas*. Porto: Edições Asa.

- RODRIGUES, A. R. (2006), “Perspectiva Interdisciplinar na Formação de ‘Educadores de Saúde’”, in Hamido, G.; Luís, H.; Marques, R. E Roldão, M. C. (orgs.), *Transversalidade em educação e em saúde*. Porto: Porto Editora, 133 – 138.
- SAMPAIO, D. coord. (2007). *Relatório final do grupo de trabalho de educação sexual*. Lisboa: Ministério da Educação.
- SARMENTO, M. J. (2000). *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa: IIE/ME.
- SEIXAS, S. R. (2006), “Agressividade dos Alunos e Comportamentos de Saúde: dois casos de transversalidade em educação”, in Hamido, G.; Luís, H.; Marques, R. E Roldão, M. C. (orgs.), *Transversalidade em Educação e em Saúde*. Porto: Porto Editora, 163 – 178.
- SPIELDENNER, J. (2006). “Opening address”, in *Fifth Workshop on Practice of Evaluation of the Health Promoting School – concepts, indicators and evidence*. Sigriswill: ENHPS, 7.
- STEARNS, D. (1998), “Evaluation of the Health Promoting School: a Paradigm Shift and Way Forward”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 19 – 29.
- van ZANTEN, A. (2006). “Interdependência competitiva e as lógicas de acção das escolas: uma comparação europeia”, in Barroso, J. (org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa.
- VILAR, D. (2005), A educação sexual faz sentido no actual contexto de mudança? *Revista Educação Sexual em Rede*, 1, 8 - 14.
- WARREN, R. (1998), “Strategies for Communicating Evaluation Results”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 49 – 59.
- WEARE, K. (1998), “The Health Promoting School - an overview of concept, principles and strategies”, in *First workshop on practice of evaluation of the Health Promoting School – models, experiences and perspectives*. Bern/Thun: ENHPS, 9 – 18.

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Destinatários: Coordenadoras do PES-ESL.

Objectivos:

- Compreender a natureza dos processos de organização da ESL e os seus efeitos sobre o PES;
- Compreender a(s) lógica(s) de acção e os processos de organização da escola no PES-ESL;
- Avaliar o apoio da gestão da ESL à promoção e educação para a saúde;
- Identificar parceiros e aliados na concepção, concretização e avaliação do PES-ESL;
- Identificar formas de agregar interesses e leva-los a convergir para a melhoria do PES;
- Identificar as necessidades do PES-ESL na organização, coordenação e operacionalização.

Bloco Temático	Objectivos	Aspectos a abordar
I Legitimação da entrevista e motivação da entrevistada	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar os objectivos da entrevista e do estudo que se pretende realizar. - Sensibilizar a entrevistada para a importância da sua colaboração na concretização do estudo. - Garantir a gravação da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o tema e os objectivos do trabalho. - Informar a razão da escolha do tema. - Explicar a importância e o papel da entrevistada para a realização do estudo. - Realçar o valor da colaboração para a concretização do projecto. - Garantir a autorização para gravar a entrevista e que a mesma, após transcrita, será dada a conhecer à entrevistada para a sua revisão e aprovação.

<p style="text-align: center;">II A concepção do projecto de educação para a saúde da Escola Secundária do Lumiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a formação da coordenadora e a sua motivação. - Identificar parceiros e aliados na concepção do PES-ESL. - Justificar as opções do PES-ESL. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo disciplinar e tempo de serviço. - Outros projectos em que participou/participa. - Formação em Educação para a Saúde. - Formação em Trabalho de Projecto. - Motivação e importância da temática. - Como surgiu o cargo de coordenadora? - O que lhe foi solicitado pela CE? - Dificuldades sentidas na concepção do projecto. - Com quem concebeu o projecto? - Papel do CE. - Alguém fez sugestões para o projecto? Quem? - Importância do PEE na concepção do projecto. - Importância do ocorrido em anos anteriores com o PES-ESL. - Sentiu alguma forma de condicionamento do CE, do CP, dos encarregados de educação ou outros? Que condicionamentos? - Como foram decididas as iniciativas propostas no projecto? - Razões das escolhas efectuadas. - Razões da escolha do público-alvo. - Participou na apresentação do projecto no CP? - Existiu coordenação com outros projectos ou actividades da escola? - Porque não existiu adesão à RNEPS?
---	--	--

<p style="text-align: center;">III A concretização do PES-ESL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a forma de concretização do PES-ESL. - Identificar parceiros. - Compreender as relações entre parceiros. - Conhecer as dificuldades. - Conhecer a adesão ao projecto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como foi feita a divulgação das iniciativas? - Espaços utilizados (disciplinares, não disciplinares, extracurriculares, outros). - Papel das áreas curriculares não disciplinares. - Dinamizadores e colaboradores na concretização. - Apoios efectivos. - Professores ou grupos mais envolvidos. - Papel do SPO. - Papel do CE. - Funcionamento de parcerias (Centro de Saúde e outras organizações e instituições exteriores). - Articulações efectuadas. - Dificuldades sentidas na concretização do projecto. - Adesão do público-alvo às iniciativas.
<p style="text-align: center;">IV A Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as formas de avaliação utilizadas. - Avaliar o projecto. - Conhecer dificuldades. - Conhecer aspectos positivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de avaliação feita de cada iniciativa. - Medição do grau de satisfação dos intervenientes. - Medição do grau de cumprimento de objectivos. - Reacções obtidas de alunos, professores, CE, encarregados de educação. - Maiores dificuldades. - O mais positivo. - Balanço feito.

<p>V As sugestões para o futuro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar possíveis parceiros, recursos e estratégias para melhorar o PES-ESL. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como motivar professores para o projecto? - Como envolver os encarregados de educação? - Como melhorar a coordenação? - Como agregar interesses em torno do PES-ESL? - Que alterações são necessárias? - Que melhorias podem ser introduzidas? - Que recursos são necessários? - Que estratégias poderiam ser utilizadas? - Quem terá mais importância para melhorar o papel do projecto?
---	--	---

ENTREVISTA AO PROFESSOR COORDENADOR DO PES-ESL**NO ANO LECTIVO 2005/06****Realizada no dia 23 de Abril de 2008**

Entrevistador (E) – Gostaria de te conhecer um pouco mais, nomeadamente o grupo disciplinar a que pertences, tempo de serviço, outros projectos em que já tenhas participado, ou participas, além deste, que formação possas ter tido ao nível da educação para a saúde.

Professor Coordenador (C1) – Grupo 330, Inglês. Outros projectos relacionados com a saúde?

E – Não obrigatoriamente. Outros projectos em que possas ter participado e que, de alguma forma, te tivessem dado alguma bagagem de trabalho em projecto.

C1 – Que eu me lembre... Assim projecto, projecto, que tivesse durado assim tanto tempo, nunca tinha participado. Tenho 26 anos de serviço. Mas, que eu me lembre, nunca tinha participado num projecto durante tanto tempo.

E – Mas depois disso criaste outro projecto na escola...

C1 – Sim, exactamente. Depois disso fiquei ligada ao projecto “Partilhar” mas ele só apareceu o ano passado. Antes disso não tinha qualquer experiência de projectos. Aliás, eu fui apanhada assim um bocadinho sem querer. O presidente do Conselho Executivo (CE) chamou-me uma vez e disse-me: olha tu vais ficar com o projecto PES. Eu disse assim: mas porquê eu? Se eu não tenho qualquer experiência. Se não estou ligada nem à biologia, nem às ciências, nem à educação física. Porque razão é que sou eu a eleita? E ele: porque tu tens perfil. Mas eu não tenho perfil nenhum. Não tenho experiência. Ah, mas eu sei que tu vais trabalhar e que vais conseguir. Está bem, pronto. Mas isto depois de não sei quantas semanas a tentar escapar-me. Eu até lhe arranjava outras candidatas. Mas ele sempre: essa não porque isto, a outra por aquilo...

E – E acabaste por ficar quantos anos?

C1 – Acabei por ficar quatro anos à frente do PES.

E – E antes não tinhas tido qualquer formação em projecto? Ou em saúde?

C1 – Não. Não tinha tido nada. Nada. Apenas o projecto com os alunos, ao nível da Área de Projecto.

E – Já percebi que tentaste ao máximo...

C1 – Fugir...

E – Mas existia da tua parte alguma motivação, ou importância, sobre a área da saúde?

C1 – Eu sempre gostei. Aliás, os temas até os considerava aliciantes. E até os costumava trabalhar, com os miúdos, em Formação Cívica. Mas não me sentia, minimamente, preparada para... para conseguir organizar uma série de actividades ao nível da escola porque sentia que faltava ali qualquer coisa.

E – E quais achas que foram essas dificuldades, nomeadamente na concepção do projecto?

C1 – Primeiro... as primeiras dificuldades que eu tive foi perceber o que é que a escola queria. Foi só através de conversas com os directores de turma, principalmente. Mas, nessa altura, também havia uma espécie de guião, que vinha directamente, do ministério e que me serviu como orientador para a escolha das diversas actividades. Mas senti-me assim um bocadinho perdida. Porque não sabia se havia de dirigir mais as actividades para uma determinada área ou para outra. Mas foi mais, como te disse, através de contactos com os directores de turma que me fizeram sentir o que é que era mais importante na altura.

E – Portanto, no fundo as únicas sugestões que tiveste foram os...

C1 – Sim, foram os directores e turma. E, no fundo, as necessidades que eu sentia, também como directora de turma, que era já nessa altura, do que é que os miúdos, de facto, precisavam e o que os professores, também, sentiam que era necessário fazer.

E – E o papel do CE, nesse processo, de alguma forma te dirigiu ou te fez sentir o que queria?

C1 – Não. Não. Nada. Nada. Nada. Deu-me total liberdade para eu fazer aquilo que eu quisesse. Nos primeiros anos até havia uma verba financeira, não sei se sabias disso, mas havia uma verba. E eles disponibilizaram, sempre, essa verba sem qualquer entrave. E, inclusivamente depois de acabar essa verba, disponibilizavam mais verba, se fosse necessário. Portanto eles eram o mais abertos possível às iniciativas. Só que, de facto, deixavam-me assim solta; resolve, decide, faz as articulações... sem qualquer orientação.

E – E não tiveste nenhuma orientação do Conselho Pedagógico, da Assembleia de Escola, de encarregados de educação?

C1 – Não. Nada. Nada. Absolutamente nada. Eu apresentava o projecto no início do ano. O CE analisava-o e depois o presidente do CE levava-o a Conselho Pedagógico. E era aprovado. Sempre foi aprovado sem que alguém levantasse algum entrave. Depois fazia o relatório, sempre no final, e nunca tive qualquer *feed-back* de parte nenhuma.

E – E essa apresentação do projecto e do relatório, eras tu que ias fazer ou o presidente do CE?

- C1 – Não. Não. Era o presidente do CE que o apresentava.
- E – E em relação ao Projecto Educativo de Escola (PEE), teve alguma importância na concepção do projecto?
- C1 – Não. Não teve nada. Até porque, na altura, calculo eu, há três anos, nem sei se havia, nem sei se existia, se já estaria concluído...
- E – O que está actualmente em vigor é de 2006.
- C1 – Pois, então não havia. Havia assim uma coisa... uma coisa muito vaga.
- E – E, de alguma forma, existiu algum *feed-back* daquilo que se tinha passado antes de seres tu a coordenadora?
- C1 – O que me disseram... Quando o presidente do CE me chamou lá disse-me: olha o PES não tem funcionado. Portanto tu vais agora pegar no PES e pôr isto a funcionar. Porque as coisas não têm andado nada bem e a ver se consegues dinamizar, de facto, isto. E o que eu sabia, de quando estive como assessora do CE, era que, de facto, as coisas não funcionavam com a colega que estava lá anteriormente. Penso que um pouco por desinteresse em relação ao projecto. Se calhar porque já devia estar farta. Porque ela também esteve uns dois ou três anos antes de mim. E, antes dessa coordenadora, o projecto era outra coisa, era o “Viva a Escola” e estava com outra colega. Mas esse projecto era muito diferente. Era uma coisa mais prática, mais ligada à parte mais material da escola do que propriamente a organização de actividades. E depois quando eu contactei a anterior coordenadora, ela disse-me: isso fazes aí qualquer coisa assim. Mas não pode ser assim qualquer coisa. Depois comecei a pensar e a contactar as pessoas e decidi organizar uma série actividades. Mas tudo carolice minha.
- E – E o que é que te levou a decidir cada uma das actividades que foste fazendo, nomeadamente no último ano?
- C1 – Olha, no último, se queres que te diga, já estava assim um bocadinho cansada. Porque as portas iam-se fechando cada vez mais. Nos primeiros anos, como havia dinheiro e era a primeira vez que estava a contactar aquelas instituições, havia boa vontade. Depois quando se ia repetindo ou solicitando para virem cá fazer coisas, havia sempre qualquer coisa a pagar. E depois, como não havia verba, as portas iam-se fechando. E neste último ano, de facto, já não se fez grande coisa. Ainda se continuou com uma espécie de sessões de atendimento aos adolescentes. Era um gabinete de apoio onde eles iam lá falar, iam desabafar. E ainda consegui fazer umas actividades... se queres que te diga já nem tenho assim muito presente o que é que fiz nesse último ano. Ah, fomos ao INEM, ... Eram as pessoas que eu conseguia trazer cá à escola a custos zero e outras que conseguia levar os

alunos também a custo zero.

E – Portanto eram os custos o que mais condicionavam as escolhas.

C1 – Sim, eram. Não só mas principalmente.

E – E ao nível do público-alvo que era escolhido?

C1 – Eu, essencialmente, tentava objectivar, ou concretizar, nos alunos. É evidente que os directores de turma, quase sempre, eram envolvidos mas, principalmente os alunos. Até porque já tinha tentado, em anos anteriores, fazer sessões só para professores e tinha sido, praticamente, um fiasco. Apareciam só dois ou três e aquilo não servia para nada. E pais e encarregados de educação também ainda tentei, no primeiro ano, e apareceu um ou dois e desisti. Desisti.

E – E, nesse último ano, ainda ao nível da concepção, existiu alguma coordenação com outras actividades ou projectos da escola?

C1 – Não. Que eu me lembre não. Não me lembro de absolutamente nada.

E – E nesse ano o projecto esteve integrado na Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS)?

C1 – Estava num ano em que não se sabia se existia ou não. Não existia coordenador na RNEPS. E as escolas estavam assim em autogestão nesse aspecto. Nós continuamos a funcionar com o PES. Mas sem qualquer directiva de cima. Eu ainda contactei o ministério umas quatro vezes. E diziam-me sempre a mesma coisa: não há coordenador, não se sabe de nada, tem de aguardar. Mas nós fomos fazendo as coisas. Não ficámos parados. Fomos fazendo as actividades.

E – E como era feita a divulgação das iniciativas?

C1 – A divulgação... Havia várias maneiras, mas digamos que a mais comum era eu afixar, no quadro da Sala de Professores ou na Sala dos Directores de Turma, a realização da actividade e deixava um espaço para quem, estivesse interessado, escrever o nome. E, a partir dali, a partir das inscrições, eu tentava organizar para aquelas turmas, para aqueles directores de turma ou para aqueles professores que estavam interessados em participar na actividade. Às vezes também punha, nos livros de ponto, uma folha. Depois também havia o gabinete e isso aí, como era mais dirigido aos alunos, fiz cartazes para divulgar e foi também lido um aviso nas turmas. O CE também passava avisos, nas turmas, sempre que havia a realização de actividades. E era, essencialmente, dessa maneira.

E – No teu projecto estava também mencionado um *placard* do PES...

C1 – Ah, sim. Também tinha. Tinha, mas não era propriamente para as actividades da escola. Era mais para divulgar artigos ou colóquios, por exemplo relacionados com o PES. Artigos

que eu achava interessantes e que punha ali. Que os miúdos, ou os colegas, que passavam ali, podiam ler. Mas, às vezes, também punha lá que se ia realizar uma determinada actividade aqui na escola. Mas era, principalmente, para alertar sobre questões de saúde. Também chamava à atenção para os dias mundiais de várias coisas. Principalmente era isso. Sim, havia um *placard*. Mas, de vez em quando, desaparecia o *placard*. Tiravam-me o *placard*. Porque era também usado para a biblioteca e para mais não sei quê e desaparecia. E eu tinha que andar à procura dele.

E – E que espaços eram usados para a realização das iniciativas? Eram os espaços disciplinares? Extracurriculares?

C1 – Era, principalmente, a nível disciplinar. Tentávamos sempre que calhasse na hora de Formação Cívica ou de Área de Projecto. Ou, se os professores não se importassem, que calhasse em cima da disciplina deles.

E – E houve alguma iniciativa que fosse coordenada e realizada em conjunto com Área de Projecto?

C1 – Que eu me lembre... Houve alguns... Por exemplo, quando fomos ao INEM eu aproveitei e trabalhei com os meus alunos em Área de Projecto. Isso trabalhei. E sei que houve colegas que também trabalharam. Não foram assim coisas que durassem muito. Mas trabalhamos. Fizemos cartazes...

E – E ao nível de colaboradores na concretização, com quem contactaste mais?

C1 – Houve uma pessoa que, de facto, me ajudou muito, uma colega de Filosofia. Não foi mesmo nesse último ano, foi mais no início. E era uma pessoa que sugeria várias coisas quando via que era preciso melhorar. Por exemplo, os painéis que estão à entrada dos pavilhões, com as salas, foi uma sugestão dessa colega. Que era importante que as pessoas que chegassem ali vissem o que existia em cada bloco. E também colaborei com o grupo de Filosofia, em acções que foram feitas cá na escola. Sobre artes marciais, também tivemos cá Capoeira. Logo no início colaborei muito com essa colega de Filosofia. Também os directores de turma que eram as pessoas que mais colaboravam comigo. E pronto, não estou a ver assim mais ninguém.

E – E o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)?

C1 – Não. Não. O SPO não. Eu dava-lhes a conhecer as actividades que se realizam, principalmente, o gabinete de apoio ao aluno em que elas poderiam realmente participar. Mas nunca houve assim grande interesse.

E – Essa gabinete era dinamizado por quem?

C1 – Era uma psicóloga do Movimento de Defesa da Vida (MVD). Uma vez apareceu-me um

folheto do MDV na minha gaveta em que diziam que faziam sessões. Eu telefonei para lá. Eles vieram cá à escola e falou-se na necessidade de haver um espaço aqui na escola onde os alunos pudessem ir tirar dúvidas e aconselhar-se. E como ela disse que podia vir. Disponibilizou-se. Disse que tinha disponibilidade e que viria cá a custo zero, o que era importante. E a partir daí abriu-se o gabinete.

E – E outras parcerias que tenham existido, por exemplo o centro de saúde?

C1 – O centro de saúde foi sempre muito complicado. A doutora responsável punha sempre muitos entraves à vinda dos técnicos cá. Eu pedi, várias vezes, para ela vir cá fazer sessões junto dos alunos ou dos pais. Dizia sempre que não, que tinham que ser os professores. Eu dizia que os professores não tinham formação. E ela dizia que também não tinha tempo para dar a formação. E remetia-nos sempre para outras associações. A única coisa que eu fazia era levar lá as turmas do 9º ano para fazerem o reconhecimento dos diversos serviços do centro de saúde. E houve uma ano, que foi assim uma lança em África, que eu consegui trazer cá uma enfermeira e um higienista oral para fazerem um *chek-up* dos 12 aos 13 anos, e até consegui que alargassem aos 14 anos. E viram os miúdos todos. Elaboravam o relatório que eles depois levavam ao médico de família. Mas isso foi um ano. De resto a colaboração era sempre... fazia chamadas e chamadas e era sempre para o mês que vêm, para o mês que vêm, para o mês que vêm... E depois as coisas não se efectuavam. E, nesse último ano, eu já nem contactei o centro de saúde. Porque vi que não valia a pena. Porque é que eu havia que continuar a insistir com pessoas que eu via que não tinham vontade nenhuma de colaborar com a escola.

E – E o CE, tinha algum papel ao nível da concretização?

C1 – Não. Nada. Nada. Dava-me total liberdade. Eu fazia o que queria. Espera... nesse ano foi assim. Mas no primeiro ano, em que estava uma outra vice-presidente, essa vice-presidente chegou a ir a uma reunião entre escolas, as escolas que pertenciam aqui a esta zona. Nesse dia acompanhou-me. Mas foi só acompanhar e ouvir do que se tratava.

E – Ao nível da adesão das pessoas à iniciativa que eram feitas, para os professores e encarregados de educação já vi que...

C1 – Pois, isso de facto não resultava. Mas para os miúdos resultava. Porque desde que calhasse em cima das horas das aulas ou quando se faziam visitas de estudo eles iam.

E – E quais foram as maiores dificuldades sentidas ao nível da concretização das iniciativas?

C1 – As maiores dificuldades... A falta de verba é uma. E depois conseguir organizar as turmas... organizar um horário, para que quem viesse cá não passasse cá muitas horas e conseguir abranger o maior número de turmas. A organização dos horários era o que me

dificultava mais a vida.

E – E como era feita a avaliação das iniciativas realizadas? Como é que tu medias o grau de satisfação das pessoas que intervinham nas iniciativas?

C1 – Em algumas iniciativas pedia aos alunos que dessem a sua opinião, com o preenchimento de inquéritos. Outras também solicitava aos directores de turma que dessem o seu parecer. E outras era o contacto individual. Se tinha ou não resultado, junto dos directores de turma.

E – E por aí obtinhas também algumas reacções dos alunos, dos professores, dos encarregados de educação, do CE...

C1 – Do CE não. Também era uma dificuldade porque se realizavam várias coisas cá na escola. E eu convidava sempre o CE a aparecer, mas também não apareciam. Não apareciam.

E – Ao nível da avaliação, qual é o balanço que fazes de tudo isto? O mais positivo? O menos positivo?

C1 – O mais positivo era ver que os miúdos conseguiam ficar mais bem preparados para a vida. Agora, mais negativo... Não estou a ver assim nada de muito negativo. Acho que... As maiores dificuldades já te disse. Agora o mais positivo é que, de facto, eu sentia que..., e outros directores de turma também, os miúdos diziam que tinham ficado mais esclarecidos e que tinham gostado das acções. E que os comportamentos iam ser alterados. E pronto, isso é o principal.

E – E em relação àquilo que será o futuro, e das três coordenadoras tu és a que estiveste mais tempo à frente do projecto e agora até já com algum distanciamento, o que achas que se pode fazer para tentar motivar os professores para este projecto?

C1 – Eu acho que os professores... Em primeiro lugar, acho que isso tem de passar mais pelos directores de turma do que pelos professores em geral. Se tu fizeres uma reunião com os professores em geral não vai resultar em nada. Eu acho que os directores de turma, de facto, são as forças motrizes aqui da escola. E penso que deveria haver, talvez, reuniões conjuntas entre os directores de turma e a coordenadora do PES. E também com os professores da Área de Projecto. Acho que, também, é importante os professores da Área de Projecto. Se houvesse uma colaboração mais estreita entre directores de turma, a coordenadora do PES e a Área de Projecto e, se possível, o centro de saúde, que isso sim era o ideal, acho que se conseguia fazer coisas muito interessantes. Principalmente porque se tu fores fazer reuniões com os professores em geral, já sabes que metade desliga a outra metade diz que sim mas depois, quando viram as costas, também, não vai fazer nada.

E – Porque é que disseste há pouco que os directores de turma são a força motriz desta escola?

C1 – Porque era aquilo que eu tenho sentido. De onde eu tenho recebido, de facto, colaboração e *feed-back* era, principalmente, dos directores de turma. Não via assim grande envolvimento, grande vontade de participar, dos outros professores. Lá havia assim um ou outro, um ou outro caso, que tinha vontade de participar. Depois também há aí um outro projecto, o Eco-Escolas, que também acho que se podiam quase que se fundir, juntar essas pessoas todas. E acho que todos juntos são mais fortes. E às vezes em Área de Projecto as pessoas andam a fazer trabalhos idiotas, como o *Tunning*, que eles gostam muito. E, se calhar, há coisas muito mais interessantes que se podiam fazer.

E – E como é que achas que se podia envolver mais os encarregados de educação?

C1 – Úi... Isso é complicado. Isso é muito difícil. Às tais sessões, como te disse, não aparecem. Mesmo quando são convocados por causa de problemas disciplinares ou de faltas dos alunos, também, muitas vezes, não aparecem. Para lhes ir falar em temas de saúde, acho que não aparecem mesmo. Não sei. Não sei, mesmo. Não sei, sinceramente. Só se houvesse mesmo... tipo... convocatórias directas, com obrigatoriedade, de vir, por exemplo, o encarregado de educação em conjunto com o menino, ou com a menina, aí talvez... Como eram convocados os dois... E penso que era exequível fazer acções em que estivessem encarregados de educação e educandos ao mesmo tempo. Acho que de outra maneira não sei se conseguirá. Pelo menos aqui na escola. Sabes como são os encarregados de educação dos nossos meninos...

E – E como achas que pode ser melhorada toda a coordenação do PES?

C1 – Pois, a coordenação... Acho que passa essencialmente por haver mais reuniões conjuntas. E o CE tem um papel fundamental na coordenação dessa reuniões e na cooperação dessas actividades. E, evidentemente, a pessoa que está à frente do PES também. E a coordenadora da Área de Projecto. E se houvesse um coordenador para Formação Cívica também não seria má ideia. Pessoas que pudessem trabalhar em conjunto. Mas para isso também era preciso que as pessoas tivessem horas nos horários para se poderem coordenar. Não se podem fazer omeletes sem ovos.

E – E ao nível de recursos o que achas que era necessário? Verbas?

C1 – A verba acho que era bom. Mas, principalmente, as tais horas que pudessem ser comuns, pelo menos aos coordenadores dessas áreas, para que pudessem trabalhar em conjunto. E depois os directores de turma que, também, pudessem ter algumas horas disponíveis para colaborarem. Mas tudo isso passa por horas.

E – E também pelo papel do CE. Não?

C1 – Exactamente. Ao nível da coordenação das coisas.

E – E quem é que achas que terá o papel mais importante para melhorar o projecto? Alguém? Algum grupo?

C1 – Eu acho que é o CE. Eu acho que sim. É daí que parte uma série de condições e de organização.

E – Como é que achas que se podia fazer com que o PES se tornasse mais central na escola? Como é que podíamos agregar os vários interesses, existentes na escola, em torno do PES?

C1 – Eu penso que a coordenadora ainda não tem assento no Conselho Pedagógico. Eu acho que se calhar passar a estar representado no pedagógico, se calhar, era importante. E depois, como te disse, as reuniões dos vários elementos. Mas a passagem pelo pedagógico era importante. Que se ouvisse lá a voz do representante. Assim dinamizaria muito mais o projecto. Porque, se calhar, chegar lá o presidente e ler um papel que vai do PES, entre tanto papel, cai em saco roto.

E – E, já que estamos numa altura em que vão ter de ser alterados o PEE e o Regulamento Interno, estes dois documentos podem ter alguma importância?

C1 – Eu acho que sim. Isso era muito importante. Deve constar lá o PES. E agora até vamos ter de passar a ter oito horas, obrigatórias, em Formação Cívica, dedicadas à sexualidade. Por isso o PES tem cada vez mais importância. Por isso era importante que o PES já constasse do PEE e do Regulamento Interno.

FIM DA ENTREVISTA

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA À COORDENADORA C1

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perfil da coordenadora	Dados pessoais	<i>Grupo 330, Inglês. 26 anos de serviço.</i>
	Experiências profissionais	<i>nunca tinha participado num projecto durante. Depois disso fiquei ligada ao projecto “Partilhar”. Antes disso não tinha qualquer experiência de projectos. Acabei por ficar quatro anos à frente do PES.</i>
	Formação específica	<i>formação em projecto? Ou em saúde? Não tinha tido nada. Apenas ao nível da Área de Projecto. não me sentia, minimamente, preparada para conseguir organizar uma série de actividades ao nível da escola</i>
	Importância da temática e motivação para o cargo	<i>Eu sempre gostei. Aliás, os temas até os considerava aliciantes. E até os costumava trabalhar em Formação Cívica. no último ano já estava assim um bocadinho cansada.</i>

O projecto PES-ESL	A imagem do projecto na escola	<i>Não via assim grande envolvimento, grande vontade de participar, dos outros professores. reuniões com os professores em geral metade desliga a outra metade diz que sim mas depois também, não vai fazer nada.</i>
	Contributo dos parceiros	<i>os directores de turma é que me fizeram sentir o que era mais importante. De onde recebi, de facto, colaboração e feed-back foi, principalmente, dos directores de turma. o projecto esteve integrado na RNEPS? Estava num ano em que não se sabia se existia ou não. Não existia coordenador na RNEPS. E as escolas estavam em autogestão. Nós continuamos a funcionar com o PES. Mas sem qualquer directiva de cima. O SPO não. Eu dava-lhes a conhecer as actividades que se realizavam, principalmente, o gabinete de apoio ao aluno em que poderiam participar. Nunca houve grande interesse. orientação do CP, da AE? Absolutamente nada.</i>
	Participação dos professores	<i>Já tinha tentado, em anos anteriores, fazer sessões para professores e tinha sido, praticamente, um fiasco. Apareciam só dois ou três e aquilo não servia para nada.</i>
	Participação dos pais	<i>Absolutamente nada.</i>
A coordenação – o exercício do cargo	Temáticas prioritárias	<i>havia uma espécie de guião do ministério e que me serviu como orientador para a escolha das diversas actividades.</i>
	Decisão das iniciativas	<i>Foi só através de conversas com os directores de turma, principalmente. (...) senti-me assim um bocadinho perdida. (...) não sabia se havia de dirigir mais as actividades para uma determinada área ou para outra. os directores de turma que me fizeram sentir o que é que era mais importante na altura. eram os custos o que mais condicionavam as escolhas.</i>

	Público alvo	<i>essencialmente, tentava objectivar, ou concretizar, nos alunos. (...) os directores de turma, quase sempre, eram envolvidos</i>
	Parceiros / apoios	<i>como não havia verba, as portas iam-se fechando. colaborei com o grupo de Filosofia. os directores de turma eram as pessoas que mais colaboravam. uma psicóloga do Movimento de Defesa da Vida (...) que tinha disponibilidade para vir a custo zero (...) e abriu-se o gabinete. O centro de saúde foi sempre muito complicado. A doutora responsável punha sempre muitos entraves à vinda dos técnicos cá.</i>
	Espaços de acção	<i>Tentávamos sempre que calhasse na hora de Formação Cívica ou de AP. Ou, se os professores não se importassem, que calhasse em cima da disciplina deles.</i>
	Concretização das iniciativas	<i>gabinete de apoio onde eles iam lá falar, iam desabafar. as pessoas que eu conseguia trazer cá à escola a custo zero e outras que conseguia levar os alunos também a custo zero.</i>
	Articulações efectuadas	<i>Não me lembro de absolutamente nada. eu aproveitei e trabalhei com os meus alunos em AP. E sei que houve colegas que também trabalharam.</i>
	Divulgação	<i>afixar no quadro da Sala de Professores ou na Sala dos Directores de Turma. Às vezes, nos livros de ponto. mais dirigido aos alunos, fiz cartazes para divulgar. O CE também passava avisos. placard do PES (...) para divulgar artigos ou colóquios. Mas também que se ia realizar uma determinada actividade aqui na escola. Mas era, principalmente, para alertar sobre questões de saúde.</i>

Gestão e organização da escola	Coordenação e planeamento	<i>(CE) Nada. Deu-me total liberdade para fazer aquilo que eu quisesse. Portanto eles (CE) eram o mais abertos possível às iniciativas. Só que, de facto, deixavam-me assim solta; resolve, decide, faz as articulações... sem qualquer orientação.</i>
	Gestão dos recursos humanos	<i>E se houvesse um coordenador para Formação Cívica também não seria má ideia. era preciso que as pessoas tivessem horas nos horários para se poderem coordenar.</i>
	A nomeação do coordenador	<i>(...) eu fui apanhada assim um bocadinho sem querer. O presidente do CE chamou-me e disse-me: olha tu vais ficar com o projecto PES. (...) mas porquê eu? Se eu não tenho qualquer experiência. Se não estou ligada nem à biologia, nem às ciências, nem à educação física. Porque razão é que sou eu a eleita? E ele: porque tu tens perfil. Mas eu não tenho perfil nenhum. Não tenho experiência. Mas eu sei que tu vais trabalhar e que vais conseguir. Está bem, pronto. Mas isto depois de não sei quantas semanas a tentar escapar-me. Eu até lhe arranjava outras candidatas. Mas ele sempre: essa não porque isto, a outra por aquilo...</i>
	O PEE e a integração de projectos	<i>Não teve importância alguma. Nada.</i>
	Influências / pressões	<i>Sempre foi aprovado sem que alguém levantasse algum entrave.</i>
	Comunicação / informação	<i>Era o presidente do CE que o apresentava no CP.</i>

Avaliação	Critérios e instrumentos de avaliação utilizados	<p><i>adesão das pessoas às iniciativas que eram feitas.</i></p> <p><i>o relatório, sempre no final.</i></p> <p><i>Em algumas iniciativas pedia aos alunos que dessem a sua opinião, com o preenchimento de inquéritos.</i></p> <p><i>também solicitava aos directores de turma que dessem o seu parecer. E o contacto individual. Se tinha ou não resultado, junto dos directores de turma.</i></p>
	Avaliação do projecto	<p><i>O mais positivo era ver que os miúdos conseguiam ficar mais bem preparados para a vida.</i></p> <p><i>os miúdos diziam que tinham ficado mais esclarecidos e que tinham gostado das acções. E que os comportamentos iam ser alterados.</i></p> <p><i>para os professores e encarregados de educação (...) de facto não resultava. Mas para os miúdos resultava.</i></p> <p><i>Porque desde que calhasse em cima das horas das aulas ou quando se faziam visitas de estudo eles iam.</i></p> <p><i>Do CE não.</i></p>
	Dificuldades	<p><i>perceber o que é que a escola queria.</i></p> <p><i>A falta de verba.</i></p> <p><i>organizar um horário, para que quem viesse cá não passasse cá muitas horas e conseguir abranger o maior número de turmas. A organização dos horários era o que me dificultava mais a vida.</i></p>
Sugestões para o futuro	Motivar professores	<p><i>tem de passar mais pelos directores de turma do que pelos professores em geral. Os directores de turma são as forças motrizes da escola. (...) uma reunião com os professores em geral não vai resultar em nada. Reuniões conjuntas entre os directores de turma e a coordenadora do PES. E também com os professores de AP.</i></p>
	Envolver os encarregados de educação	<p><i>Isso é complicado. Isso é muito difícil.</i></p> <p><i>Só se houvesse convocatórias com obrigatoriedade de vir o encarregado de educação em conjunto com o menino, ou com a menina, aí talvez...</i></p>

	Recursos necessários	<i>A verba acho que era bom.</i>
	Aspectos a reformular	<p><i>fazer acções em que estivessem encarregados de educação e educandos ao mesmo tempo.</i></p> <p><i>passar a estar representado no CP era importante.</i></p> <p><i>há aí um outro projecto, o Eco-Escolas que podiam-se quase que fundir.</i></p> <p><i>em AP há coisas muito mais interessantes que se podiam fazer.</i></p> <p><i>horas comuns para que pudessem trabalhar em conjunto.</i></p> <p><i>tudo isso passa por horas.</i></p> <p><i>colaboração mais estreita entre directores de turma, a coordenadora do PES e a AP e, se possível, o centro de saúde, que isso sim era o ideal, acho que se conseguia fazer coisas muito interessantes.</i></p> <p><i>era importante que o PES já constasse do PEE e do Regulamento Interno.</i></p>
	Identificação do(s) actor(es) que pode(m) melhorar o projecto	<p><i>Eu acho que é o CE. É daí que parte uma série de condições e de organização.</i></p> <p><i>E o CE tem um papel fundamental na coordenação e na cooperação. E, evidentemente, a pessoa que está à frente do PES também. E a coordenadora da AP. E se houvesse um coordenador para Formação Cívica.</i></p>

**ENTREVISTA AO PROFESSOR COORDENADOR DO PES-ESL
NO ANO LECTIVO 2006/07**

Realizada no dia 23 de Abril de 2008

Entrevistador (E) – Gostaria de te conhecer um pouco mais, nomeadamente o grupo disciplinar a que pertences, tempo de serviço, outros projectos em que já tenhas participado, ou participas, além deste, que formação possas ter tido ao nível da educação para a saúde.

Professor Coordenador (C2) – Estou aqui na escola desde 92. Sou do antigo 7º Grupo – Economia, agora 430. E, basicamente, isto foi-me dado tendo em atenção a falta de horas que o meu grupo tem tido. Não é por ter experiência ou não foi por experiência. Nem nada dessas coisas. O ano passado já se começou tarde, até porque se pensava que já nem havia PES. Já nem devia haver PES. Depois, só lá para Novembro é que apareceram aí uns papéis vindos do ministério para se fazer um projecto. Ou para ser aplicado tendo em atenção a educação para a saúde.

E – Mas tu já antes tinhas participado...

C2 – Já. Já tinha mas aí era mais planeado. Estava bem mais planeado. Havia um livrinho, havia suportes e havia uma pessoa indicada pela DREL para determinadas escolas. Quer dizer, pretendeu-se fazer um grupo de escolas. E essas escolas que fizessem, mais ou menos, um projecto e que fosse bem estruturado e bem aplicado.

E – Nessa altura já havia a Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde...

C2 – Era. E a escola estava incluída. E depois havia verbas e fizeram-se vários melhoramentos. As mesas e as cadeiras que estão no bar dos alunos, o armário da sala de estudo, a aparelhagem que a associação de estudantes teve... Faziam-se vários melhoramentos ao nível da escola mas para proveito, de facto, dos alunos. Benefícios, digamos assim... quase que numa vertente social. E eu acho que aí era bem estruturado e era acompanhado. Porque nós tínhamos reuniões periódicas com outras escolas. E o centro de dia de Telheiras também entrava. Há lá um centro de dia, em Telheiras, que também entrava. Então entrava uma rapariga de lá, que fazia parte da animação, e tinha muitos contactos com a escola de Telheiras, com a antiga. E, depois, aqui com a doutora do centro de saúde. Ela de facto... Eram escolas mas também com o centro de saúde. Porque tem a ver com a educação mas também com a saúde. E então havia o destacamento de médicos

que apoiavam, de facto, as escolas.

E – E antes tinhas tido alguma formação relacionada com a saúde ou com trabalho de projecto?

C2 – Não. Nada.

E – Mas estavas motivada para o projecto?

C2 – Não. Não estava grandemente motivada.

E – Mas consideras esta temática importante?

C2 – Acho que o projecto, tendo uma boa equipa, é bom. Há muita falta de educação, de formação dos nossos alunos. O projecto devia ter este peso de educação, de formação e de atitudes. Até porque depois vêm todos os outros temas. Acho que a base é esta. É um projecto muito importante para os alunos que temos cá na escola. Mas tem de ter uma vertente mais forte, com mais dinâmica e com mais colaboradores. Isso é o que falta.

E – O que é que te foi pedido pelo Conselho Executivo (CE) quando ficaste o ano passado à frente do projecto?

C2 – Olha disse-me, assim de um dia para o outro, para arranjar, de facto, um projectozinho que tinha que ir para Conselho Pedagógico (CP)... E fiz umas acções, digamos assim... O projecto era mais... Observar aquilo que se podia fazer com determinadas acções. Foi só isso que foi feito. Não foi feito nenhum projecto para um ano ou para dois. Foram acções que eu achei... Sozinha. Porque isso não devia ser só uma pessoa. Acções que se poderiam implementar na escola.

E – No fundo não tiveste ninguém com quem trabalhar na escola para fazer o projecto. E nunca ninguém te sugeriu nada? Nem o CE?

C2 – Não. Porque aquilo vem... O próprio papel que vem do ministério trás alguns itens...

E – As áreas temáticas...

C2 – É. É. E trás muito... sexualidade, substâncias psicotrópicas...E eu introduzi, basicamente, foi saúde tendo em atenção aquilo... No fundo é um rasteio que o centro de saúde pretende fazer aos miúdos. A nível da visão, da audição... É um exame completo que eles fazem dos 11 aos 13 anos. E, pronto, isso foi feito. Fui ao centro de saúde, levei os alunos que estavam, no máximo, nos 13 anos, que é aquilo que eles pretendem. Depois a doutora responsável encaminhava-os para os outros centros de saúde, aqueles que não eram daqui do Lumiar, e mandou para os médicos de família dos alunos para fazerem aqueles exames. Foi dado aos directores de turma... Isso é a coisa que ainda tem funcionado assim, um bocadinho, melhor. Embora o *feed-back* seja quase nenhum. Meia dúzia de alunos trouxe depois a carta para ser entregue à doutora responsável por aquilo.

E – E o CE não te orientou em nada? Dizendo que queria que fizesses mais isto ou aquilo?

C2 – Não. Nada.

E – E em relação ao CP?

C2 – Em relação ao CP... Aí no CP... O que eles pretendiam... O que eu fiz... Foi até uma colega que me disse, por causa da filha que andava na Escola de Medicina Dentária... Veio cá a filha mais um colega fazer um rasteio a duas turmas. Foi mais no sentido até de explicar. Não foi assim de visualizarem. Foi mais de informação. E o pai, que era representante no CP, queria que não fosse só a nível da higiene oral. Queria que fosse também dos olhos, dos ouvidos, do nariz, queria... No fundo, era que viessem médicos aqui à escola para observarem os miúdos. No fundo, por vezes, há aqueles rasteios... Queria que isso fosse feito. É quase impossível porque não há assim disponibilidade para virem. O centro de saúde não vem. Outros centros a gente nem sabe... Não é assim muito fácil. A única coisa que se fez foi, de facto, ao nível da higiene oral.

E – E essa sugestão partiu do CP ou dos encarregados de educação?

C2 – Foi do encarregado de educação que estava no CP.

E – E estavas presente quando o projecto foi apresentado no CP? Ou foi o presidente do CE?

C2 – Não. Era o presidente do CE.

E – Tu, de alguma forma, tiveste em conta o Projecto Educativo de Escola (PEE) na concepção do projecto?

C2 – Não.

E – E aproveitaste alguma coisa dos anos anteriores? Fizeste algum contacto com a colega do ano anterior? De alguma forma o que se tinha passado nos anos anteriores condicionou o teu projecto?

C2 – Como eu tinha um bocadinho de experiência, isto foi feito até com base no que eu já sabia dos anos anteriores. Mas digo-te... Não houve... Não houve tempo para que algumas instituições pudessem vir, como a APAV... Já não há disponibilidade. Porque antigamente... Não sei quem é que lhes pagava ou tinham subsídios do Estado... Deixaram de ter esses subsídios do Estado e deixaram de vir às escolas. Mesmo a nível da sexualidade, das substâncias de drogas e isso, eles vinham e agora são mais renitentes. Porque nós vamos mas é se formos pagos. Ora as escolas não têm dinheiro para pagarem. Acho que agora é mais, digamos assim, uma boa vontade de um conjunto de... ou de aqui de professores ou de instituições. E mesmo que não tenham fins lucrativos, às vezes, vêm. Mas já não é como era dantes.

E – E como é que decidiste as iniciativas a incluir no projecto?

C2 – Como tu sabes, o meu grupo só dá aulas ao secundário mas o ano passado tinha duas turmas do básico. E introduzi outras vertentes: os comportamentos, as atitudes, o relacionamento, a indisciplina... Introduzi isso. De facto, eles eram alunos do 7º ano... Os comportamentos inadequados... E introduzi isso para fazer o projecto. Mas depois, falando com a médica do centro de saúde, ela é mais apologista que, primeiro, seja um conjunto de professores que se predisponham a dialogar, a conversar, digamos assim uma vez por mês, e depois são esses próprios professores que vão introduzindo nas aulas um comportamento e umas atitudes diferentes. Não é chamar os alunos e dar uma palestra. Não. São os professores... E fizeram-se umas três ou quatro reuniões mas um número muito reduzido, muito reduzido, de professores, que eu consegui aqui, para falarmos com ela. Ela até é uma pessoa muito aberta. Uma pessoa até disponível. E que gosta, de facto, de ajudar. Mas não gosta de trabalhar com os alunos, na minha perspectiva. Ela gosta, muito mais, de trabalhar com os professores. E depois somos nós que fazemos o trabalho de campo, digamos assim. Só que umas vezes iam duas outras vezes três... Um número muito reduzido, muito reduzido de professores. No fim e ao cabo, depois o que se consegue fazer é muito pouquinho. Muito pouquinho.

E – E as iniciativas do projecto foram apenas dirigidas a alunos?

C2 – Sim.

E – Existiu alguma forma de coordenação com outros projectos, ou actividades, que existissem na escola?

C2 – Não.

E – E na concepção do projecto, quais as maiores dificuldades que sentiste?

C2 – Foi, precisamente, como é que eu sozinha... Só com duas turmas que eu tinha do básico... O projecto é para a escola, não diferencia o básico do secundário, só que, normalmente, é mais para o básico... E a minha experiência com o básico é pouca. E necessitava de outra pessoa para formularmos ideias. A pessoa às vezes, embora tendo ideias, não sabe como concretizar. E se houvesse, de facto... Digamos que, até o próprio CE podia nomear duas professoras. E, se isto até dá horas, podiam-se dividir essas horas por essas duas pessoas. E, talvez, se conseguisse, pela junção dessas duas pessoas, e depois convidarem outras, fazer-se alguma coisa. Agora assim uma pessoa sozinha não consegue fazer nada, por muito boa vontade que tenha e que queira, é muito difícil. É muito complicado.

E – E como é que era feita a divulgação das iniciativas?

C2 – Aquilo ficava sempre ali no *placard* da sala de professores. Havia sempre informação

que ia existir uma acção para professores ou para alunos. Houve sempre a divulgação.

E – E essas iniciativas eram realizadas nas horas de aulas? Em Formação Cívica? Em Área de Projecto? Extracurriculares?

C2 – Chegaram a ser mesmo nas horas das aulas. O professor que estava a dar aquela disciplina à hora a que as pessoas vinham... Foram esses professores que foram. Eu tentei, de facto, conciliar as horas das vindas com essas áreas mas era impossível.

E – E não houve nenhum trabalho mais próximo com os professores que davam a Área de Projecto? Ou Formação Cívica?

C2 – Não. Não. Quer dizer, eu tinha duas Áreas de Projecto e tentei fazer isso.

E – Mas isso era porque tu eras a coordenadora e também professora de Área de Projecto?

C2 – Sim. Claro.

E – No fundo, não existia nada a nível de escola...

C2 – Não. Não. Exacto.

E – E com quem é que tu contaste mais na dinamização das iniciativas?

C2 – Foram mais as pessoas do meu grupo.

E – E outros apoios da escola?

C2 – Não. Não senti.

E – E do SPO?

C2 – Sim. Aí tive. Porque falei com a colega responsável e havia essa parte dos comportamentos... E havia cá duas estagiárias de psicologia e elas trabalharam muito bem. Mesmo muito bem. Ao nível das atitudes, dos comportamentos. Elas iam na hora de Formação Cívica trabalhar com duas turmas do 7º ano. Nós reunimo-nos e traçamos as linhas gerais. Depois a colega do SPO orientou-as. E elas fizeram um trabalho meritório.

E – E isso foi apenas com duas turmas?

C2 – Sim.

E – E porque essas duas turmas?

C2 – Porque eram as minhas e eram as mais problemáticas daquele ano. Embora elas também tivessem trabalhado com outras turmas mas estas eram as que eu tinha mais conhecimento.

E – E o CE, como é que foi a nível da concretização?

C2 – Eles nunca puseram obstáculo nenhum. Mas também digamos que... É mais... Além de eles dizerem: sim faça, pode fazer. Não põem entraves. Muitas vezes não sei se eles podem ajudar de alguma maneira. Também não sentimos assim muito apoio. Parece que é um projecto assim um bocadinho no ar... As pessoas fazem porque gostam de fazer. É a ideia que eu tenho.

E – Não sentes que exista uma coordenação entre as pessoas ou com o CE a dar mais orientações?

C2 – Não. Não.

E – E ao nível das parcerias, além do centro de saúde, existiram outras?

C2 – Não. A não ser com a Faculdade, com o Hospital de Santa Maria. Já noutra base. Era com os alimentos, com a roda dos alimentos, uma alimentação equilibrada. Tentei fazer isso mas já não era com os pequenitos foi mais com o 12º ano que tinha Área de Projecto. Aí foi um bocadinho mais desenvolvido. E a divulgação de cartazes nos pavilhões e no bar dos alunos... Eles fizeram, realmente, divulgação da roda dos alimentos e refeições equilibradas. E depois era transmitido às minhas turmas de Área de Projecto. Mas quem concretizou mais essa parte da alimentação foi o 12º ano.

E – Além da alimentação trabalhaste também a violência ou foi só as actividades do SPO com essas turmas do 7º?

C2 – Foi. Foi.

E – Os outros temas propostos nesse ano como a sexualidade, o consumo de substâncias psicoactivas...

C2 – Isso foi tudo falado mais nas nossas reuniões com a doutora do centro de saúde. Não foi depois... Não chegou a ser bem concretizado com as turmas.

E – E ao nível da actividade física, que era também um dos temas propostos?

C2 – Era... Mas... Não sei já quem eram, exactamente, as pessoas de Educação Física com quem falei... Mesmo ao nível de jogos... Não sei exactamente depois o que se fez. Porque eu pedi-lhe... nas relações de interacção... e a violência. Combater a violência através de jogos. Isso foi proposto.

E – Tentaste fazer uma articulação entre o projecto e a Educação Física?

C2 – Exacto. Mas depois eles eram.. Nem na Educação Física... Eles não aceitavam bem. A ideia que nós temos é que eles gostam de Educação Física e que fazem. Mas nem da Educação Física eles gostavam. Portanto, ela trabalhou pouco com eles porque eles não aderiam. Eles não aderiam a nada.

E – Então em relação à adesão dos alunos...

C2 – Era muito, muito difícil. Eles não gostavam de nada. Era só parvoíce. É pena dizer isto...

E – Mas isso era com as tuas duas turmas do 7º?

C2 – Sim.

E – Só houve maior adesão da turma do 12º?

C2 – Sim. Foi. Foi.

E – E ao nível da concretização quais as maiores dificuldades que sentiste?

C2 – A maior dificuldade é sentirmo-nos isolados. Não ter colegas que queiram aderir às nossas ideias e fazer... Aderir e participar. Se calhar é falta de divulgação. Não sei se é ou não. Mas eu divulguei. E depois punha ali no *placard* e vamos falando com as pessoas... Vamos fazer esta acção, não queres vir? Ou participar nisto ou naquilo. Não sei. Acho que aqui na nossa escola as pessoas gostam de fazer, e fazer bem, só as suas actividades e o resto é para quem queira fazer.

E – Achas que há falta de colaboração?

C2 – Acho que sim. Acho que sim.

E – E não há capacidade de trabalhar em grupo?

C2 – Não. Até pode haver. Só que as pessoas gostam só de fazer o seu trabalho. Já da outra vez, a única aceitação boa... há sete ou oito anos, quando também estive à frente do PES, foi com um colega de Educação Física porque estava a fazer estágio. E aí nós conseguimos. Tínhamos uma turma de 10º ano e a maioria da turma era de origem africana... E o tema que fizemos foi tratar disso. E aí correu muito bem. Mas porque era uma obrigação porque tinha necessidade de mostrar trabalho porque estava a fazer estágio. Aí sim. Esse ano correu muito bem. O projecto foi concretizado. Depois, no final do ano, houve um almoço de comida africana e os miúdos é que serviam e iam vestidos a rigor. Correu muito bem. Nos outros anos já não. Já não houve a participação dessas pessoas que, quase que obrigatoriamente, participam e gostam de participar, quase que obrigatoriamente.

E – Tu foste coordenadora já há muitos anos atrás. Tiveste no projecto desde o início?

C2 – Não. Não. Antes de mim estive um rapaz que era de Matemática e tinha falta de horas. Já nem me lembro do nome do rapaz.

E – E sabes quando é que o projecto começou, exactamente, cá na escola?

C2 – Não sei. Não sei.

E – É que eu não consegui encontrar isso em lado nenhum e pensei que tu soubesses porque sabia que tinhas estado há mais anos.

C2 – Mas não sei.

E – E quanto à avaliação do projecto do ano passado, como era feita a avaliação de cada uma das iniciativas que foram feitas?

C2 – Fazia isso, basicamente, com a participação. O número de pessoas que participaram. Ora, tendo por base isso, eu diria que a participação foi reduzida. A não ser o 12º ano que participaram todos. A não ser quando vieram cá fazer a acção da higiene oral que também

foi uma boa participação. Essa parte dos comportamentos e da violência, com as duas turmas, também aderiram... Quer dizer... Foi média. Foi assim uma participação média.

E – E como é que medias o grau de satisfação dos intervenientes?

C2 – Ficaram. Os pequenitos, foi uma turma de 7º e outra de 8º, na higiene oral, mostraram-se muito participativos, fizeram muitas perguntas. Como é que deviam lavar os dentes... Aí eles gostaram. Os do 12º ano gostaram, também, porque aquilo era para nota. Eles participaram bem. Fizeram o seu trabalho com gosto mas porque necessitavam da nota. E quanto mais elevada fosse melhor.

E – E como é que medias o cumprimento dos objectivos?

C2 – Isso era mais a reacção. Não era quantitativo. Era pelo que as pessoas... Disseste. Fizeste. Vi.

E – E tiveste reacções também dos professores? Do CE?

C2 – Sim, um bocadinho. Até apoio. O CE achou que os cartazes estavam bem. Uma das vice-presidentes do CE participou também nessa acção da higiene oral. Digamos que estavam atentos. Não foi dizer: toma lá o projecto, agora faz o projecto e agora está entregue. Não tive essa noção. Embora não tivessem uma participação muito activa mas colaboraram dentro das suas possibilidades. E dizer que estavam atentos. Isso eu senti.

E – E em relação aos encarregados de educação tiveste algum...

C2 – Não. Não.

E – De tudo o que foi feito, qual o balanço que fazes? As maiores dificuldades? O mais positivo?

C2 – Eu acho que a maior dificuldade é só existir uma pessoa no projecto. No mínimo deveriam ser duas. Depois, se calhar, que houvesse uma maior divulgação ou meios para fazer essa divulgação. E não ser só um papelinho ali pendurado no *placard*. Não sei como. Também não sei como é que se poderia fazer isso. Mas pelo facto de serem duas pessoas já podem falar uma com a outra. E depois já essas duas pessoas falam com outras... O boca-a-boca às vezes funciona. E depois parte muito também da própria pessoa. Uma pessoa muito mais extrovertida, com ideias boas e com vontade de as concretizar. Pessoas diferentes de mim. Eu acho que não sou uma pessoa... Claro que eu posso ter ideias, mas acho que preciso sempre ter um apoio atrás. Que dê assim um empurrão. Duas pessoas conseguem entusiasmar-se uma à outra e discutir as coisas. É o tal apoio que tem de se ter sempre. E depois a colaboração das pessoas, a predisposição das próprias pessoas. Muitas vezes, mesmo que saibam das coisas, não aderem, por vezes com inércia ou por preguiça.

E – E o mais positivo?

C2 – Ai... O que foi mais positivo? O mais positivo para mim é que eu aprendo sempre com estas coisas. Aprendo sempre. Aprendi com a colega do SPO que é uma pessoa muito bem disposta e que nos consegue transmitir conhecimentos de uma maneira fácil. E com a doutora do centro de saúde também aprendi. Não é uma pessoa de trato muito fácil mas consegue transmitir às pessoas que nós somos capazes. Se vocês quiserem são capazes de fazer um bom projecto e aplicar isso. É entusiasta. Ela é uma pessoa que de facto nos entusiasma. Se nós aqui na escola tivéssemos um suportezinho, se calhar, até eramos capazes de fazer coisas engraçadas. O pior é a aderência dos colegas e, muitas vezes, até dos próprios miúdos. Nós podemos trazer uma pessoa que seja agradável e depois não haver aderência.

E – O que é que queres dizer com um suportezinho?

C2 – Nem que fosse só uma sala para isso. Ou um espaço onde se arranjassem... Se se arranjassem pessoas de diferentes disciplinas... Um indivíduo de higiene, ou até de apresentação, ou até de atitudes... E um estar lá 45 minutos outro outros 45 minutos. E divulgar-se que existia um gabinete onde os alunos podiam ir e falar sem medo.

E – E como podíamos motivar os professores para este projecto? O que pode ser feito? Ou por quem?

C2 – Eu o ano passado disse a uma das vice-presidentes que achava melhor que fosse um professor de Ciências para coordenador do projecto. Por causa da vertente... Está mais orientado para os miúdos, do que propriamente uma pessoa de Economia. E por isso indiquei a coordenadora C3. E acho que até deve estar a resultar. Pessoas assim nessas áreas é que devem estar à frente. E de Filosofia ou de Psicologia. Nós temos aí pessoas de Filosofia, de Psicologia e de Ciências. Eu acho que estas pessoas é que deviam estar a orientar estes projectos. As outras pessoas só por carolice podem ir. Estas coisas, às vezes, funcionam mais na base da carolice.

E – Mas achas que esses professores teriam mais capacidades para motivar os outros para o projecto?

C2 – Isso eu já não sei. Não sei responder. Assim, uma pessoa... Quem é que existe aqui na escola capaz de motivar os outros para esses projectos? Se calhar tu. Eu acho que sim. Uma pessoa mais jovem com ideias.

E – E como podemos envolver mais os encarregados de educação?

C2 – Isso aí... Enquanto não houver uma associação de pais é difícil. Enquanto os pais não tiverem convencidos que é bom pertencer à associação e que é bom colaborar com a escola, não sei se vamos conseguir o apoio deles. Mas temos de ir aos pouquinhos. Estas

coisas... Se calhar, começar pela associação de pais, já é um princípio. E, às vezes, tirar 3 ou 4 pais que tenham uma profissão que possa ajudar na escola...

E – E de quem pode partir isso?

C2 – Eu acho que tem de partir... Sei lá... Do CP... Não sei. Nós professores pouco podemos fazer para convidar os pais. Eles logo nas primeiras reuniões de pais, se houvesse uma boa aderência, e nós começássemos por falar sobre isso, talvez, fosse uma primeira coisa. Depois um conjunto de professores mais o presidente do CE, mais alguém da Assembleia de Escola e do CP, que fossem falar nessas reuniões e motiva-los para trabalhar na escola.

E – Já falaste da necessidade de um espaço, e que outros recursos achas necessários?

C2 – Os recursos financeiros era bom. Antigamente existiam recursos financeiros e se existissem agora, se calhar, conseguia-se arranjar um espaço.

E – E o que é que achas fundamental para melhorar o projecto?

C2 – Aí... Não sei. Se não houver apoios por parte do Ministério a tendência disto, acho, que é para acabar. Acho que isso é o principal. Apoio no sentido de mais esclarecimento e apoio financeiro. Enquanto não houver essas duas coisas... Aquilo que eles pretendiam era as escolas em agrupamento. E as escolas, em agrupamento, fazerem um projecto. E eu acho que é isso que o Ministério quer. Deixou de dar o dinheiro, deixou de haver pessoas para virem coordenarem e que fossem as próprias escolas, em agrupamento, a fazerem um projecto. E aí, se calhar, é fácil. Enquanto para nós é difícil que somos só uma, se houver 3 ou 4 escolas, se calhar, é muito mais fácil. Porque também já são mais pessoas a entrar no projecto e não é só uma. E mesmo que seja necessário verbas, se calhar, até se consegue. As escolas no agrupamento, se calhar, até conseguem ter essas verbas.

E – E ao nível da nossa escola, já que não estamos em agrupamento, o que é que poderia a escola...

C2 – Eu acho que o essencial é pôr um grupo de pessoas. Só um não funciona. Agora pondo a pergunta ao contrário: tu tens sentido que existe PES na escola e alguma vantagem desse PES?

E – Não.

C2 – Pronto. Lá está! Aquilo que as pessoas sentem é que não existe PES nenhum. E que não foi feito nada. Enquanto, se calhar, nós pensamos que fizemos alguma coisa e que queríamos que isso fosse visto por outros colegas.

E – E achas que esse grupo podia ser constituído, por exemplo, pela coordenadora do PES, pelo SPO e por outros professores?

C2 – Olha que o SPO quer participar sempre. Pelo menos enquanto estive eu, participou

sempre.

E – E assim até pode ser uma maneira de começar as coisas...

C2 – Pode ser. O primeiro diálogo deve ser a coordenadora, ou um grupo de professores, com o SPO.

E – E qual é o papel do CE em tudo isto?

C2 – Não tenho sentido que exista, assim, um papel...

E – Não tens sentido da parte do CE que o PES é importante?

C2 – Não. Não sei. Era bom que eles participassem, mas não sei... Se calhar, deixar o gabinete lá em baixo e construir outro cá mais em cima ao nível dos professores e dos alunos e deixar as chefias lá em baixo. E só lá ir para dar a conhecer tudo e pedir licença para isto e para aquilo. Às vezes funciona melhor assim.

E – Sem existir a intervenção do CE?

C2 – Exacto. Sem ter a intervenção... o que é que fizemos, o que é que deixamos de fazer... Ideias são sempre boas, pressão é que não.

E – E o CP?

C2 – O CP também é importante. Também pode ter e dar ideias.

E – Achas que é importante o coordenador estar no CP?

C2 – Acho que sim. Até para apresentar o projecto, devia de ir. E porque o CP tem, depois, a função de divulgar o projecto. Porque se não for através do representante do grupo nem os professores ficam a saber. Pelo menos ir lá ao CP para apresentar o projecto.

E – Achas que seria necessário fazer mais alguma coisa para melhorar o projecto?

C2 – Acho que não. Não sei. Eu também... A minha experiência não foi assim muita. Não tenho grande experiência nisto. Tive à frente do projecto mas não tenho grande experiência destas coisas.

E – Mas, estando hoje fora do PES, com a distância que tens e olhando de fora e como professora da escola, o que achas que podia ser feito?

C2 – Para te dizer a verdade, já estou como tu: nem dei conta que existisse PES. Nem sei quais são os temas que existem este ano. Se calhar, outra coisa era existir um *placard* só para o PES e estar lá o projecto bonito com umas cores lindas, vistosas, fluorescentes. Qualquer coisa assim. Mas, às vezes eles arrancam... pomos nas portas dos pavilhões e no intervalo seguinte já não está. Foi o que me aconteceu, também, a muitas coisas dessas. Dá-me impressão que eles devem a trabalhar... O quê? Não sei... Havia aqui um *placard* que tinha lá qualquer coisa escrita mas... olha, não te sei dizer o que era. Lá está. Cada um tem a sua capelinha, sabe que os outros estão a trabalhar e poderia dar a sua contribuição,

mas não liga. Eu acho que é uma falta de olhar para as coisas e de olhar para os outros.
Ninguém olha para os outros.

FIM DA ENTREVISTA

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA À COORDENADORA C2

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perfil da coordenadora	Dados pessoais	<i>7º Grupo – Economia, agora 430.</i>
	Experiências profissionais	<i>já antes tinha participado.</i>
	Formação específica	<i>Nada.</i>
	Importância da temática e motivação para o cargo	<i>Não estava grandemente motivada. o projecto, tendo uma boa equipa, é bom. Há muita falta de educação, de formação dos nossos alunos. É um projecto muito importante para os alunos que temos cá na escola.</i>
O projecto PES-ESL	A imagem do projecto na escola	<i>Aquilo que as pessoas sentem é que não existe PES nenhum. E que não foi feito nada. nós pensamos que fizemos alguma coisa e que queríamos que isso fosse visto por outros colegas. nem dei conta que existisse PES. Parece que é um projecto assim um bocadinho no ar... As pessoas fazem porque gostam de fazer.</i>
	Contributo dos parceiros	<i>ninguém com quem trabalhar na escola para fazer o projecto. E ninguém sugeriu nada. (CE) colaboraram dentro das suas possibilidades. o SPO quer participar sempre. Pelo menos enquanto estive eu, participou sempre. Nós reunimo-nos e traçamos as linhas gerais.</i>
	Participação dos professores	<i>Foram mais as pessoas do meu grupo.</i>

	Participação dos pais	<i>E o pai, que era representante no CP, queria que viessem médicos aqui à escola para observarem os miúdos.</i>
A coordenação – o exercício do cargo	Temáticas prioritárias	<i>basicamente foi saúde tendo em atenção as temáticas prioritárias. um rastreio que o centro de saúde pretende fazer aos miúdos. alimentação equilibrada. Os outros temas propostos nesse ano como a sexualidade, o consumo de substâncias psicoactivas... Não chegaram a ser bem concretizados com as turmas. a actividade física, não sei já quem eram, exactamente, as pessoas de Educação Física com quem falei... Combater a violência através de jogos. Isso foi proposto.</i>
	Decisão das iniciativas	<i>Não foi feito nenhum projecto para um ano ou para dois. tinha duas turmas do básico. E introduzi outras vertentes: os comportamentos, as atitudes, o relacionamento, a indisciplina... E introduzi isso para fazer o projecto.</i>
	Público alvo	<i>O projecto é para a escola, não diferencia o básico do secundário, só que, normalmente, é mais para o básico... duas turmas do 7º ano. Porque eram as minhas e eram as mais problemáticas daquele ano. com o 12º ano que tinha AP.</i>

	<p>Parceiros / apoios</p>	<p><i>E outros apoios da escola? Não. Não senti.</i></p> <p><i>Cada um tem a sua capelinha, sabe que os outros estão a trabalhar e poderia dar a sua contribuição, mas não liga. Ninguém olha para os outros.</i></p> <p><i>É quase impossível porque não há assim disponibilidade para virem. O centro de saúde não vem.</i></p> <p><i>Não houve tempo para que algumas instituições pudessem vir. Porque antigamente... Não sei quem é que lhes pagava ou tinham subsídios do Estado... Deixaram de ter esses subsídios do Estado e deixaram de vir às escolas. Ora as escolas não têm dinheiro para pagarem. Acho que agora é mais uma boa vontade de professores ou de instituições.</i></p> <p><i>do SPO tive. Porque falei com a colega responsável.</i></p> <p><i>parcerias, além do centro de saúde, o Hospital de Santa Maria.</i></p>
	<p>Espaços de acção</p>	<p><i>Chegaram a ser mesmo nas horas das aulas. Eu tentei, de facto, conciliar as horas das vindas com as áreas não disciplinares mas era impossível.</i></p> <p><i>As psicólogas iam na hora de Formação Cívica trabalhar com duas turmas do 7º.</i></p> <p><i>com o 12º ano tinha AP.</i></p>

	Concretização das iniciativas	<p><i>Escola de Medicina Dentária... Veio cá. Foi mais no sentido até de explicar.</i></p> <p><i>Isso (rastreios de saúde) é a coisa que ainda tem funcionado assim, um bocadinho, melhor. Embora o feed-back seja quase nenhum. Meia dúzia de alunos trouxe depois a carta para ser entregue à doutora responsável.</i></p> <p><i>Aí foi um bocadinho mais desenvolvido. E a divulgação de cartazes nos pavilhões e no bar dos alunos com a roda dos alimentos e refeições equilibradas. E depois era transmitido turmas de AP. Mas quem concretizou foi o 12º ano.</i></p>
	Articulações efectuadas	<p><i>Existiu alguma forma de coordenação com outros projectos, ou actividades, que existissem na escola? Não.</i></p> <p><i>Tentaste fazer uma articulação entre o projecto e a Educação Física? Exacto. Mas depois eles nem na Educação Física aceitavam bem.</i></p> <p><i>trabalho mais próximo com os professores de AP? Ou Formação Cívica? Não. (...) eu tinha duas AP e tentei fazer isso. (...) não existia nada a nível de escola.</i></p>
	Divulgação	<p><i>no placard da sala de professores.</i></p> <p><i>falando com as pessoas.</i></p>
Gestão e organização da escola	Coordenação e planeamento	<p><i>o CE não orientou em nada.</i></p> <p><i>Não há uma coordenação entre as pessoas.</i></p> <p><i>Não tenho sentido que exista, assim, um papel do CE.</i></p> <p><i>Não tens sentido da parte do CE que o PES é importante? Não.</i></p>
	Gestão dos recursos humanos	<p><i>(O CE) Disse-me, assim de um dia para o outro, para arranjar, de facto, um projectozinho que tinha que ir para CP.</i></p>
	A nomeação do coordenador	<p><i>foi-me dado tendo em atenção a falta de horas que o meu grupo tem tido. Não é por ter experiência ou não foi por experiência.</i></p>

	O PEE e a integração de projectos	<i>Tiveste em conta o PEE na concepção do projecto?</i> <i>Não.</i>
	Influências / pressões	<i>Eles (CE) nunca puseram obstáculo nenhum.</i> <i>Além de eles dizerem: sim faça, pode fazer. Não põem entraves.</i> <i>Também não sentimos assim muito apoio.</i>
	Comunicação / informação	<i>o presidente do CE quando o projecto foi apresentado no CP.</i>
Avaliação	Critérios e instrumentos de avaliação utilizados	<i>Fazia isso, basicamente, com a participação. O número de pessoas que participaram. Ora, tendo por base isso, eu diria que a participação foi reduzida.</i> <i>E como é que medias o cumprimento dos objectivos?</i> <i>Isso era mais a reacção. Não era quantitativo.</i>
	Avaliação do projecto	<i>Os pequenitos, foi uma turma de 7º e outra de 8º, na higiene oral, mostraram-se muito participativos, fizeram muitas perguntas.</i> <i>Os do 12º ano gostaram porque aquilo era para nota. Fizeram o trabalho com gosto mas porque necessitavam da nota.</i> <i>E tiveste reacções também dos professores? Do CE?</i> <i>Sim, um bocadinho. Até apoio. O CE achou que os cartazes estavam bem.</i>
	Dificuldades	<i>E necessitava de outra pessoa para formularmos ideias.</i> <i>A maior dificuldade é sentirmo-nos isolados. Não ter colegas que queiram aderir às nossas ideias e fazer...</i> <i>Aderir e participar.</i> <i>as pessoas gostam só de fazer o seu trabalho.</i> <i>a maior dificuldade é só existir uma pessoa no projecto.</i> <i>O pior é a aderência dos colegas e, muitas vezes, até dos próprios miúdos.</i>

Sugestões para o futuro	Motivar professores	<i>As outras pessoas só por carolice podem ir. o CE podia nomear duas professoras. E podiam-se dividir essas horas por essas duas pessoas. E, talvez, se conseguisse, pela junção dessas duas pessoas, e depois convidarem outras, fazer-se alguma coisa.</i>
	Envolver os encarregados de educação	<i>Isso aí... Enquanto não houver uma associação de pais é difícil. um conjunto de professores mais o presidente do CE, mais alguém da AE e do CP, que fossem falar nessas reuniões e motiva-los para trabalhar na escola.</i>
	Recursos necessários	<i>Os recursos financeiros eram bons. existir um placard só para o PES e estar lá o projecto.</i>
	Aspectos a reformular	<i>Se se arranjassem pessoas de diferentes disciplinas (...) um gabinete onde os alunos podiam ir e falar. mais colaboradores. maior divulgação ou meios para fazer essa divulgação. E as escolas, em agrupamento, fazerem um projecto. E aí, se calhar, é fácil. Porque também já são mais pessoas a entrar no projecto e não é só uma. E mesmo que seja necessário verbas, se calhar, até se consegue. O primeiro diálogo deve ser a coordenadora, ou um grupo de professores, com o SPO. O CP também é importante. Também pode ter e dar ideias. Pelo menos ir lá ao CP para apresentar o projecto.</i>
	Identificação do(s) actor(es) que pode(m) melhorar o projecto	<i>Uma pessoa muito mais extrovertida, com ideias boas e com vontade de as concretizar. Uma pessoa mais jovem com ideias.</i>

**ENTREVISTA AO PROFESSOR COORDENADOR DO PES-ESL
NO ANO LECTIVO 2007/08**

Realizada no dia 22 de Abril de 2008

Entrevistador (E) – Gostaria de te conhecer um pouco mais, nomeadamente o grupo disciplinar a que pertences, tempo de serviço, outros projectos em que já tenhas participado, ou participas, além deste, que formação possas ter tido ao nível da educação para a saúde.

Professor Coordenador (C3) – De educação para a saúde não tive nenhuma formação específica, pelo menos que me esteja a lembrar. Tenho uma licenciatura em Biologia, fiz um mestrado em Ciências da Terra e da Vida em 2002. Estava a pensar fazer uma formação da APF este ano, ou talvez para o ano. Mais nada. Simplesmente dentro da Biologia parece-me que esta área está bastante bem coberta.

E – Já tinhas participado em outros projectos deste género, noutra escola, ou outro projecto que possa de alguma forma estar relacionado com este?

C3 – Não. Simplesmente este projecto não é um projecto único. Este projecto é um projecto que se faz de um conjunto de pequenos projectos. Não é um projecto em si que se faça sozinho. Ele é um conjunto de outros projectos. Portanto, nós aqui na escola colaborávamos com outras acções. O que se perde inclusivamente nos projectos do PES aqui na escola, e que se perdeu este ano, é a coordenação que se faz entre o PES e outros projectos que possam existir aqui na escola.

E – E alguma formação mais específica em trabalho de projecto?

C3 – Não. Eu desenvolvi um projecto investigação quando fiz o mestrado. Fiz um projecto de campo e científico, portanto desenvolvi um projecto. Mas já desenvolvi vários projectos, como por exemplo o Ciência Viva. Portanto sei o que é um projecto, sei esquematiza-lo, sei desenvolve-lo e sei fazer um relatório final.

E – E qual é a importância que atribuis a esta temática da educação para a saúde e a tua motivação para coordenar este projecto?

C3 – Primeiro a importância. A importância para mim deste tema é bastante grande. Aliás eu fiquei bastante satisfeita quando me pediram a mim para coordenar isto. Apesar de, neste momento, sentir que os resultados são fraquinhos. E fazer uma avaliação fraquinha do meu trabalho deste ano. No entanto, era uma coisa que eu sempre me apeteceu fazer. A nível de

escola é tratado como um projecto secundário. Como alguém que trata do correio que vem dos projectos que são lançados.

E – Mas tu achas que devia ter um papel mais...

C3 – Eu acho que devia ter um papel muito mais importante. Não só da coordenação das pequenas implementações mas dum incentivo maior. Dar-lhe uma imagem maior. Mas isso não pode ser feito por uma pessoa. Tem de ser feito por uma equipa. E essa equipa tem de ser interdisciplinar. E este ano tive, em várias ocasiões, dificuldade em fazer contactos com as várias pessoas e outras vezes, até inclusivamente por minha culpa, quando ia fazer os contactos as alturas apropriadas já tinham passado. Por exemplo, com a coordenadora dos directores de turma do básico, quando eu me lembrava de a contactar acontecia ela me dizia que o devia ter dito no dia anterior. E isto porque eu sou uma pessoa que está paralela às coisas que se vivem na escola e eu não sabia que tinha havido uma reunião de directores de turma no dia anterior. Isto são erros meus organizativos.

E – Mas consideras que esses erros são só teus ou podem ser, também, apontados à forma de organização da escola?

C3 – Tem a ver com a organização. Se eu fosse uma super-mulher, com uma super-cabeça, talvez eu conseguisse suplantar isto tudo. Mas não sou.

E – Então a escola também tem um papel...

C3 – Exactamente. E depois é evidente que eu também tenho de preparar aulas no meio de isto tudo. E depois não tenho redução nenhuma para fazer este trabalho. Depois as pessoas vão tendo vários erros. Vão cometendo várias gafes no seu trabalho e o total vai tendo várias fraquezas.

E – Já mencionaste que te tinha sido pedido pelo Conselho Executivo (CE) para coordenares este projecto. Quando te solicitou para seres coordenadora foi-te dada alguma indicação sobre o que era pretendido?

C3 – Exactamente. Foi-me solicitado que ficasse coordenadora do PES durante três anos. E nada mais me solicitou. Apenas me deu a legislação. Eu consultei também o que estava disponível no site da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC). Também, por duas ou três vezes, uma das vice-presidentes do CE deu-me a conhecer material que vinha da DGIDC, oralmente ou por escrito. Mas não fazendo parte de um plano de acção concertado. Eu já não me recordo se respondi logo ou apenas no dia seguinte.

E – Houve alguém, ou de alguma forma, tiveste a ajuda de alguém para a concepção deste projecto?

- C3** – Eu perguntei às colegas do ano anterior e elas disponibilizaram os materiais. Mas não tive nenhuma ajuda. Como as coisas estão feitas aqui na escola... Inclusive o presidente do CE disse-me que eu não tinha assento no Conselho Pedagógico (CP) e antes as colegas dos anos anteriores iam ao CP. Isso é, de uma certa forma, a oportunidade de se ter uma ideia do que se está a passar na escola. Mas ele disse-me que não. Eu na altura também não fiz força quando ele me disse que não. Se calhar devia ter feito pressão.
- E** – Então quando foi feita a apresentação do PES no CP, não foste tu que a fizeste?
- C3** – Não, foi o presidente. Mas na realidade eu agora noto que isso se perde muito. Porque há uma série de informações que nos fogem.
- E** – Quer as informações do CP para ti quer as tuas informações para o CP...
- C3** – E não só. Uma série de coisas que nos fogem da organização da escola e que eu poderia aproveitar para o meu próprio projecto. São coisas onde eu me poderia “infiltrar” para infiltrar o PES como deve ser. Estás a perceber o que eu quero dizer? Deixar de ver o PES de forma isolada. Se eu souber quando são as reuniões de cada grupo eu consigo lançar a malha para que seja visível o projecto e para que as coisas apareçam.
- E** – Então o papel do CE foi apenas o convite e a apresentação em CP do projecto que tu elaboraste?
- C3** – Exactamente. Neste momento tem-me dado suporte quando eu apresento as coisas que vou apresentar. Estas pequenas acções que vou fazer eles têm dito que sim a todas as acções.
- E** – Todas as acções têm sido aceites?
- C3** – Do leite, da Cruz vermelha, do iogurte, de todas estas coisas pequeninas, tudo tem sido aceite. Tenho tido sempre a porta aberta.
- E** – Ainda quanto à concepção do projecto, houve alguém que tivesse feito alguma sugestão para o projecto?
- C3** – Não. A concepção eu fi-la sozinha. Não tive ninguém para discutir. Mas também não pedi a ajuda de ninguém.
- E** – Mas há pouco disseste que tinhas visto, pelo menos, os projectos anteriores...
- C3** – Sim. Consultei e tirei todas as entidades e contactos com que tinham trabalhado. Tentei fazer uma colagem de tudo aquilo que já tinha sido feito. Mas fiz sozinha. Porque as pessoas, que eu acho, que me poderiam dar mais ajuda também estão sobrecarregadas com outros trabalhos.
- E** – E em relação ao Projecto Educativo de Escola (PEE), teve alguma importância na tua concepção do PES?

C3 – Não estou a perceber a tua pergunta.

E – Isto é, existe um PEE. De alguma forma o consultaste ou te condicionou na concepção do PES?

C3 – Não. Não porque eu fui principalmente às áreas prioritárias de intervenção do DGIDC buscar o que eles, este ano, estão a tentar desenvolver, nomeadamente a intervenção ao nível da sexualidade e da alimentação. São as coisas que eles estão a tentar desenvolver este ano. E, portanto, são as coisas que eu poderia ter maior acção este ano. E, portanto, não fui sequer ver. Mas tenho a certeza, daquilo que eu conheço do PEE, que não me desviei dos objectivos do PEE.

E – Já percebi, pelo que foi dito anteriormente, que não existiu qualquer condicionamento, ou sugestão, do CE sobre o que podias, ou devias, fazer. E de outras pessoas da escola, instituições, encarregados de educação; sentis-te alguma pressão, ou condicionamento, para fazer, ou não fazer, algumas actividades?

C3 – Para fazer senti-me pressionada. Para fazer umas sessões sobre alimentação e sobre sexualidade.

E – E pressionada por quem?

C3 – Pela Associação de Pais.

E – Mas não existe Associação de Pais na escola.

C3 – Então... Os representantes dos pais na Assembleia de Escola.

E – Estás a referir-te à última reunião da Assembleia de Escola?

C3 – Sim. Claro tu estavas lá.

E – Sim, claro. Quando a senhora fez a observação sobre o facto que nesta escola não se fazia nada com o Centro de Saúde.

C3 – Aliás, quando a senhora fez a observação eu já tinha organizada a acção sobre alimentação. E só apareceu um pai e quatro alunas. Mas depois combinamos uma outra acção mas agora tenho de trabalhar aquilo para aquilo não se evaporar.

E – E de que forma é que tu decidiste as iniciativas que propões no teu projecto deste ano? Isto é, o que é que te levou a propor aquelas iniciativas?

C3 – Foi...

E – No fundo tu já disseste que foram as temáticas prioritárias...

C3 – Os temas propostos pela própria legislação, a importância dos temas, a capacidade de a escola comportar a vinda de determinadas pessoas, a importância do tema e a simplicidade com que elas se podiam desenrolar na escola... Por exemplo, o projecto da Cruz Vermelha, que estiveram cá na semana passada, pareceu-me que era bastante interessante. Um

projecto de prevenção do alcoolismo. Já eram para ter vindo no primeiro período. Outras condições eram serem feitos por pessoas jovens, serem feitos dentro das salas de aulas, para grupos de poucos alunos, não serem feitos para grandes massas. Serem coisas pequenas e serem acompanhados pelo seu professor dentro da sala de aula. Depois os teatros também nos foram chegando. E acho que é uma maneira diferente e que toca muito as pessoas. É mais fácil que a mensagem passe. O orador deve ser de sala de aula e não de outros espaços maiores. E disso já eles têm bastante. Depois gostaria de arranjar outros, por exemplo acho que nos falta a música na escola. A música é muito importante e a educação para a saúde também passa por aí. E, por exemplo, acho que a questão do bar dos alunos também é importante. Ainda há pouco disse ao presidente do CE que o bar dá lucro e que é necessário, por exemplo, comprar uma máquina de batidos. Nós não podemos estar a promover a comida saudável e a vender bolas de Berlim. Eles têm de comprar uma máquina de batidos para vender coisas saudáveis e boas. É que continuamos a associar a comida saudável a couves. Não pode ser.

E – E ainda em relação às temáticas prioritárias, não tens nada previsto, no projecto para este ano, ao nível da actividade física nem nas infecções sexualmente transmissíveis.

C3 – Em relação à actividade física, eu falei com a colega da educação física, do desporto para a saúde. E, como eles tinham várias coisas programadas, eu achei que seria de uma maneira mais objectiva que isso ficasse com eles. Pelo menos este ano. Depois para o próximo ano, como o projecto vai sendo desenvolvido... Eu este ano iria ainda ficar com a alimentação e eles com a actividade física. As doenças sexualmente transmissíveis foram abordadas pelas senhoras da Jonhson que vieram cá fazer palestras para os alunos do 8º e 9º ano. Não apanhou todos os alunos. E isso é que nós temos de pensar, nem todos os alunos foram abrangidos. E todos os alunos devem ser abrangidos. É evidente que poder-se-ia ter feito mais coisas. E eu aí realmente, foi... até podia ter pedido a outras pessoas para terem vindo cá.

E – Mas não houve alguma forma de condicionamento de alguém?

C3 – Não. Não. Foi desleixo. Podia ter pedido a mais alguém. Foi assim um bocado... As turmas do 7º ano são muito turbulentas. Os outros... toda a gente... nas reuniões de turma... não me peças isso... Enfim, tem de ser alguém de fora.

E – E no teu projecto, o público-alvo é, essencialmente, os alunos e também algumas coisas para os encarregados de educação.

C3 – Pois, os encarregados de educação foram essas da alimentação. Depois tinha algumas coisas projectadas com a médica do Centro de Saúde. Este ano tive três reuniões com ela.

A primeira foi em Outubro e a última foi a semana passada. Ela em Outubro adiou para a reunião seguinte, depois adiou para a outra, e agora adiou de novo. Tem andado a passar de umas reuniões para as outras e agora atirou para o princípio do próximo ano lectivo.

E – Mas estás a referir-te a quê?

C3 – À médica do Centro de Saúde. Primeiro tinha umas acções projectadas para os alunos, depois era só para os pais. Depois que era melhor fazer só para os do secundário. E agora quer organizar o gabinete do aluno. E isso é uma coisa que eu também já disse, ao presidente do CE, que é necessário fazer para o próximo. Já disse ao presidente que tínhamos de organizar, para o próximo ano lectivo, o início do ano lectivo e o gabinete do aluno. O gabinete do aluno é uma das propostas que a DGIDC faz para se organizar na escola. E nós temos de organizar a entrada dos alunos do 7º ano na escola para não ser o desastre que foi este ano.

E – E sempre foi feita a adesão à Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde?

C3 – Sim. Fiz aquilo de uma maneira muito simples. Muito simplório. Porque o projecto este ano... E obviamente, de alguma maneira... eu já a conheço há muitos anos e quando eu descii com ela as escadas disse-me: sabe nós (que é ela e a escola ali de cima) concorreremos ao projecto da DGIDC, que acabou agora no dia 10 de Abril, e a C3 não concorreu. E eu disse-lhe: concorri, concorri. E ela: ah concorreu? Fez muito bem.

E – No fundo o centro de saúde tem um trabalho mais próximo com a outra escola.

C3 – Exactamente. E está-me sempre a dar tacadas. Que nós não recebemos muito bem os alunos que chegam cá no 7º ano. E isso eu até concordo. Que nós não temos um gabinete dos alunos Realmente não temos e até podíamos ter. Que nós não fazemos as tais reuniões de pais. Mas eu fui lá para ela vir cá fazer as tais reuniões de pais e ela disse-me: Não que agora se eu for lá ninguém vai lá ouvir-me, enquanto na escola de cima já me conhecem e vão lá.

E – E em relação à concretização das iniciativas. Já falamos um pouco sobre isto. Mas, por exemplo, em relação à divulgação das iniciativas, como é que tens feito?

C3 – Essa divulgação tem sido muito fraca. Porque eu tenho tentado fazer essa divulgação junto dos directores de turma, como te disse há bocado. Mas essa divulgação podia ser feita através do coordenador dos directores de turma. É o que eu acho que devia ser feita. Do coordenador dos directores de turma para os directores de turma e daqui chegar às turmas. E nem sempre chega ao coordenador dos directores de turma. Para além de, eu acho, que o coordenador dos directores de turma devia estar tão entusiasmado com o projecto como eu estou. E, possivelmente, não está. Não que entenda que o projecto não

seja importante mas porque está muito mais preocupado com o seu próprio projecto. O que é normal. E portanto dá essa informação de tal maneira que... Aliás, com esta acção sobre o alcoolismo houve pessoas que me garantiram que a coordenadora tinha dado a informação, enquanto outras, que estavam na mesma reunião, garantiram-me que não tinha sido dada. Isto porque as pessoas dão a informação de uma forma monocórdica. E, portanto, ou vou eu às reuniões dar a informação, e é uma hipótese, e se eu apareço terá mais visibilidade, ou então as pessoas fazem parte do projecto, fazem parte da equipa do projecto. Isso é uma coisa que eu tenho de falar com o presidente do CE. Outra, eu pus uns papeis nos cacifos dos directores de turma. Outra, eu fiz um cartaz. Mas eu realmente não tenho jeito para fazer cartazes. Aquilo estava escrito à mão e foi colocado nas costas do expositor para ninguém o ver. O único cartaz que se via era o cartaz dos passeios. Depois os computadores aqui na escola nunca estão disponíveis, ou estão avariados, ou não há papel, ou não há impressora... Eu acho que a divulgação devia ser uma coisa deste tipo. E depois se precisas de papel de cor tens de ir lá abaixo pedir. E com tudo isto passas horas com este tipo de tarefas.

E – E em relação aos espaços que são utilizados para a concretização das iniciativas. Tens privilegiado mais as áreas disciplinares ou as não curriculares?

C3 – Isso depende. Tem sido as disciplinas que calharam. Por exemplo, nas acções da Jonhson foram usadas as aulas das disciplinas que os alunos estavam a ter nas horas marcadas pelos formadores. Na acção sobre o alcoolismo foram realizadas nas aulas de Educação Física porque os professores se disponibilizaram. Nas acções em que foram ao teatro, foram com os directores de turma e os professores de Ciências. Portanto, tem sido mais ou menos a conveniência horária dos dinamizadores e as disciplinas que os alunos têm nessas horas.

E – Portanto não tem existido uma articulação, ou coordenação, mais forte com, por exemplo, Área de Projecto ou Formação Cívica?

C3 – Não. Com Área de Projecto vamos agora fazer uma acção sobre a alimentação com as alunas que estiveram presentes na sessão que houve sobre alimentação. Vem cá também uma equipa da FENALAC fazer uma sensibilização ao consumo de leite. Eles vão pedir aos miúdos que ilustrem um pacote de leite e têm muitos prémios para dar. É um concurso simples. Têm de responder a umas perguntas sobre os benefícios do leite. E isso talvez se possa fazer na disciplina de Educação Visual ou de Área de Projecto.

E – Consegues destacar algum grupo disciplinar os professores mais envolvidos no PES?

C3 – Os professores de educação física são um grupo bastante dinâmico. É um grupo muito

jovem. Bastante desembaraçado. É um grupo bastante dinâmico. Depois... Depende... Acho que não posso falar em grupos, em grupos disciplinares. Posso falar mais em pessoas. Mas eu tenho tido receptividade. Sempre. Os directores de turma do básico e do secundário têm-se mostrado sempre prestáveis para falar. Mas acho que além da prestabilidade tem de haver um suporte legal ou até mesmo de obrigação. Quer dizer: eu tenho o dever de fazer isto. De ajudar. Eu pertenço a este grupo, a este projecto. Portanto, eu tenho que fazer isto.

E – Exacto. Haver um grupo e não só um cargo de coordenadora...

C3 – Porque isso de ser coordenadora, acho que é uma conversa de treta. Eu sou coordenadora de quê? De quem? Não coordeno nada. Isto não tem jeito absolutamente nenhum. Por exemplo, agora para fazer os horários da vinda dos voluntários da Cruz Vermelha, da acção sobre o alcoolismo, duas colegas ajudaram-me a tirar os horários dos colegas todos de Educação Física, dos livros de ponto. E só isso foi uma tarde de trabalho. Quem olha para aquilo pensa: isto foi 10 minutos. Mas não foi, foi uma tarde inteira. Mete aqui, sai daqui, aqui não pode ser... É perda de tempo. Quer dizer, não me estou a queixar. Eu própria pensava que era mais rápido. E são pequenas coisas que de modo nenhum se podem fazer naqueles tempos que estão previstos.

E – E em relação aos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), teve ou tem algum envolvimento?

C3 – Não. Eu pedi-lhes. Já falei com elas para que me ajudassem em dois momentos que vão ser decisivos: na organização do gabinete de apoio ao aluno e na organização da abertura do próximo ano lectivo. Já falei com a nossa colega.

E – Mas em relação às coisas que foram feitas até agora, ou que tens previstas no projecto, não existiu qualquer tipo de articulação?

C3 – Não. Só falei com elas.

E – Se te pedir para me dizeres quais os apoios efectivos que tiveste nesta escola...

C3 – Apoios?

E – Apoios na escola para concretização do projecto até ao momento. Ou articulações que melhor funcionaram. Ou de onde sentiste mais apoios...

C3 – Mas apoios de quê? De pessoas?

E – De pessoas, ou de grupos, por forma a sentires que não estavas sozinha.

C3 – Eu tive colegas que me apoiaram. Há colegas que eu chego ao pé: dá-me aqui uma ajuda. E sei que me vão ajudar.

E – E parcerias. Já falaste por exemplo do Centro de Saúde e das dificuldades...

C3 – Esse tem sido uma péssima parceria.

E – E com outras instituições e organizações exteriores à escola?

C3 – Tenho tido boas parcerias com a maioria. Estava a tentar lembrar-me de uma má. Agora não consigo. Com o Instituto da Droga e Toxicoddependência não consegui. Eles agora acho que não estão a funcionar com as escolas.

E – E portanto trabalhaste com a Cruz Vermelha, com a FENALAC, o teatro...

C3 – Sim, isso é com a Escola Técnica Psicossocial de Lisboa. A Jonhson.

E – Tinhas ainda outras acções planeadas ao nível da sexualidade com outras organizações...

C3 – A APF e o Movimento da Vida não consegui que viessem cá. Agora estou a tentar contactar também com a Ajuda de Mãe.

E – E quais foram as maiores dificuldades que sentiste ao nível da concretização do projecto?

C3 – As maiores... As maiores dificuldades são... É a concretização. É a planificação de ideias. É a planificação mesmo.

E – Quando se passa para a concretização...

C3 – Pois, está bem. Mas essa planificação, se tu vires, é uma planificação que não tem... Se tu reparares essa planificação não é uma planificação forte.

E – O que é isso?

C3 – É uma planificação pontual. Tem poucas interligações.

E – Dentro do próprio projecto ou com o resto da escola?

C3 – Com outras coisas da escola.

E – E achas que isso se passa também dentro do teu projecto?

C3 – É mais geral, ao nível da escola. E isso faz com que este projecto seja um projecto fraco.

E – Por não existir essa articulação?

C3 – Mas isso não passa tanto pelo projecto. Passa pela coordenação da planificação.

E – Mas estás a falar de que planificação?

C3 – Da planificação ao nível de escola. Pela coordenação escolar.

E – Pela falta de coordenação no Plano Anual de Actividades?

C3 – Sim. E eu não consigo sair disto se o resto não se passar. É evidente que posso fazer mais coisinhas iguais a estas. Mas hão-de ser sempre assim, pobrezinhas.

E – Porque sentes dificuldade em que o projecto se torne algo da escola toda?

C3 – É isso. Exactamente.

E – E a adesão do público-alvo às iniciativas?

C3 – O público-alvo é bom. A adesão dos miúdos é boa. Eu posso fazer mais coisas. E, para o ano, acho que consigo fazer mais coisas. Porque já estou um pouco mais encarrilhada na

comunicação, na descoberta de outras coisas, na comunicação aos outros parceiros. Até porque tive um primeiro período um bastante atribulado. No entanto, o que me custa um bocado é este vazio. Este: ora vem o leite, ora vem o IDT, ...

E – Mas o que queres dizer com esse vazio?

C3 – Não há interligações com outros planos dentro da escola. Acho que isto devia estar ligado com outros trabalhos. Por exemplo, a FENALAC vem fazer a acção sobre o leite e deviam estar turmas a trabalhar, por exemplo, na Área de Projecto sobre a alimentação e sobre o leite.

E – Então achas que a melhor forma de trabalhar neste projecto seria com a Área de Projecto ou noutras disciplinas?

C3 – Não sei. Acho que sim. E acho que teria que haver outra coordenação aqui. E isto envolvia também mais estes outros professores e a perceberem mais o que era a coordenação do PES. Não é uma coisa que aparece, de vez em quando, ali um cartaz a dizer que há um senhor que vem falar de alimentação aos pais.

E – No fundo, achas que o grande problema do projecto, nesta escola, tem a ver com a coordenação de todas as actividades da escola.

C3 – Acho que sim. Não sei se será só. Mas acho que é.

E – E o que é que achas que se podia fazer para melhor as coisas?

C3 – Portanto, na prática... Eu estou a ver isto, na minha cabeça, a três dimensões. E é colar este projecto dentro das outras áreas do organigrama da escola. E, se tu tiveres o organigrama da escola, e colares as partes deste projecto às outras partes do organigrama, ficamos com o PES nas outras partes.

E – E como podemos motivar os professores para isso?

C3 – Se essas áreas forem as que eles estão a trabalhar... Isso seria outra coisa. Porque é que não os tiram daquelas coisas que têm de dar horas a... horas não lectivas. Vai-se continuar nestas horas até quando? Estas horas de acento. Essas horas que as pessoas têm podiam ser atribuídas ao PES. Eu tenho 12 horas de assento. Isto é uma barbaridade.

E – Tens 12 horas de redução da componente lectiva?

C3 – Nesta horas estão 3 horas, não lectivas, do PES. Mas isto implica que eu saia daqui e ainda vá trabalhar para casa. E depois são as viagens para casa.

E – E como podem envolver-se mais os encarregados de educação no projecto?

C3 – Os encarregados de educação vão-se envolvendo. O facto de só ter vindo aquele encarregado de educação à sessão sobre a alimentação não quer dizer que eu, para o ano, não faça outra. Eles virão, ou não, consoante podem. Os encarregados de educação desta

escola é o que é. Mas eu, pessoalmente, também já faltei a imensas coisas fantásticas na escola do meu filho. Porque depois de um dia de trabalho estamos cansados. E a escola do meu filho até dá cafézinho e bolinhos. E, às vezes, até há fados a seguir. E eu não vou.

E – Já falaste em algumas coisas que achas que podem ser feitas para melhorar o projecto.

Achas que ao nível dos recursos sentes alguma falta para que o projecto melhorasse?

C3 – A nível de recursos, acho que não devemos ter preconceitos. Por exemplo, ao nível do bar eu, este ano, pactuei com as ideias do presidente do CE. Mas não foi de boa vontade. Ele tem uma ideia comercialista do assunto. Ele acha que aos alunos não devemos retirar tudo, devemos deixar algumas coisas, que são proibidas pelo Ministério da Educação, para que eles não as comam lá fora. Não sei. Possivelmente sim. Se calhar o que ele defende é defensável. Eu acho que aquilo que devemos deixar é suficiente para eles verem que é um bar diferente. E podemos deixar coisas boas. Como por exemplo, aquilo que eu disse há pouco, comprar uma máquina para fazer batidos de leite. Porque o bar dá lucro. E se o bar der lucro o lucro, é para ser gasto ali e não noutra sítio. E podemos vender umas coisas boas e baratas. Uns sumos de laranja, que os miúdos gostam de beber. Os batidos de leite de morangos, de pêsego, que vem aí agora, ou até mesmo em calda. Batidos de banana que não dá trabalho nenhum às empregadas para fazer. Batidos de maçã com canela, que são ótimos e não dá trabalho nenhum. Acho que podíamos dar um aspecto mais luxuoso aquilo e os miúdos, se calhar, gostavam. Eu agora pedi-lhe para comprar as máquinas dos batidos para dar uma ênfase ao bar e continuar a dar uma ênfase à cantina. Vamos lá ver o que é que sai. E depois, às vezes, precisava de ter um dinheirito para fazer uns cartazes e umas visitas de estudo. Acho que estarmos sempre a pedir dinheiro aos miúdos é um bocado mau.

E – Se existissem recursos próprios do projecto...

C3 – Pois. Para uma visitas de estudo.

E – E, para melhorar este projecto, quem é que pode ter um papel mais importante na escola?

C3 – Quem é que tem mais importância? Uma pessoa?

E – Uma pessoa ou um grupo? Quem terá o poder para melhorar?

C3 – Uma pessoa para melhorar o projecto... Acho que se pode arranjar um grupo de pessoas.

E – Achas que parte mais da existência de um grupo de pessoas envolvidas no projecto?

C3 – Eu acho que isto é um trabalho de grupo. Muito mais que uma pessoa sozinha. Uma pessoa fica pateta. Eu, às vezes, sinto-me perdida com tanta coisa para fazer. Acho que devia ser um grupo de pessoas que desse dinâmica. Isto devia ser um trabalho de equipa. Quem é que faz um projecto destes, com uma escola deste tamanho, com uma pessoa?

Aliás, o termo coordenador é um bocado desadequado. E, aliás, o coordenador só se vê... Se houvesse uma grande equipa e o coordenador serviria para tomar decisões, para assinar papeis, para atender os telefonemas, para estar contactável, para não haver grande dispersão de nomes. Eu acho que se pode, inclusivamente depois destas entrevistas, apresentar ao presidente do CE e fazermos uma equipa com várias pessoas.

E – Aliás, o objectivo final do meu trabalho é conseguir apontar alguns caminhos possíveis para melhorar o projecto.

C3 – Eu gostava de continuar. E temos de conseguir envolver outras pessoas que gostassem de estar, de trabalhar. Não vou apontar nomes.

E – Qual é o tipo de avaliação que tens feito das iniciativas? Como é medido o grau de satisfação dos intervenientes? Como é medido o grau de cumprimento dos objectivos?

C3 – Um dos objectivos que eu queria atingir, mas isso não é para este ano, é que os alunos frequentassem mais o bar e a cantina. A forma como eles se alimentam lá fora é muito grave. A outros níveis tenho feito os meus pequenos registos. Tenho contactado os professores que tem estado com eles nas diferentes sessões, tenho-lhes perguntado como é que as coisas tem corrido. Se eles gostaram ou não. Por acaso sei que aquela peça de teatro que foram ver sobre a depressão, não gostaram muito. Mas acho que, de uma forma geral, eles tem gostado muito. Tem sido bons. Eles gostaram muito destas sobre o álcool, os miúdos eram muito giros. Era muito voltado para: vai beber mas bebe com cuidado.

E – No fundo a avaliação que tens feito das iniciativas é com base nas opiniões que tens tido dos alunos e dos professores. E acaba por ser uma avaliação positiva.

C3 – É. E nos outros é, a médio prazo, que venha a aumentar o consumo no bar e na cantina.

E – E em relação ao CE, tens tido algum *feed-back* sobre alguma forma de avaliação do trabalho que está a ser feito?

C3 – Não. Não. Mas no outro dia o presidente do CE... Agora a técnica do ASE foi embora e quem vai provar a comida, no refeitório, é uma das vice-presidentes. E ela é mais condescendente em relação à comida do que a técnica do ASE. E então, deixa as senhoras da cantina tratarem das coisas de outra maneira. Além disso, no dia da alimentação as miúdas que estavam lá propuseram-se a fazer um inquérito, aos alunos, sobre o que gostassem mais. E o sujeito que estava lá, que era da DGIDC, propuseram-lhe enviar-lhe, por mail, o resultado desses inquéritos e que ele adaptasse nutricionalmente esses pratos aqui para a cantina. E o presidente do CE riu-se: ah, isso é que era bom! E eu não gostei da atitude. Não sei se foi assim... Às vezes nós rimos e não é... É uma coisa sem querer. Todos nós temos os nossos dias piores. Mas eu não gostei muito. Achei que, se fosse conseguido,

era uma atitude muito interessante e responsável vindo dos miúdos da escola. Porque o nosso objectivo é que eles vão lá comer aquilo que eles gostam.

E – Se eu te pedir para fazeres um balanço do que foi feito até agora e das maiores dificuldades...

C3 – O mais positivo é que fiz alguma coisa. Gostava de ter feito muito mais mas paciência. Para o ano vou fazer muito mais.

E – Achas que não fizeste mais porquê?

C3 – Porque comecei tarde. Eu empatei o primeiro período.

E – Teve também a ver com a coordenação na escola, ou da organização...

C3 – A falta de coordenação da escola foi toda. Foi completa. A escola não tem organização nenhuma, em lado nenhum. Mas isso eu já estou habituada. Em qualquer estrutura da escola tu és lançado aos bichos. Mas isso faz parte. No dia em que tu entras na escola e dizem-te: és professor. No dia em que tu entras na escola e dizem-te: agora vais ser director de turma. Por exemplo, aqui há uns anos, entrei na escola e disseram-me: agora vais ser coordenadora dos professores do Estudo Acompanhado. Eu vinha de uma escola só com ensino secundário. Nunca tinha dado Estudo Acompanhado. Nem sabia o que era Estudo Acompanhado. Quis falar, várias vezes, com uma das vice-presidentes da altura e ela nem quis falar comigo. Que é que eu hei-de fazer? Eu já estou habituada a ser lançada à barafunda. E se tu fores ver o organigrama da escola este cargo não está lá. Portanto isto diz tudo.

FIM DA ENTREVISTA

ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA À COORDENADORA C3

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Identificação da coordenadora	Dados pessoais	<i>licenciatura em Biologia (...) mestrado em Ciências da Terra e da Vida.</i>
	Experiências profissionais	<i>participado em outros projectos (...) que possa de alguma forma estar relacionado com este? Não.</i>
	Formação específica	<i>educação para a saúde não tive nenhuma formação específica. formação em trabalho de projecto? Não. (...) já desenvolvi vários projectos (...) sei o que é um projecto.</i>
	Importância da temática e motivação para o cargo	<i>importância deste tema é bastante grande. fiquei bastante satisfeita quando me pediram para coordenar isto. uma coisa que sempre me apeteceu fazer.</i>
O projecto PES-ESL	A imagem do projecto na escola	<i>A nível de escola é tratado como um projecto secundário (...) devia ter um papel muito mais importante. Dar-lhe uma imagem maior.</i>
	Contributo dos parceiros	<i>A concepção eu fi-la sozinha. Centro de Saúde (...) tem andado a passar de umas reuniões para as outras.</i>
	Participação dos professores	<i>colegas do ano anterior disponibilizaram os materiais. coordenador dos directores de turma devia estar tão entusiasmado com o projecto como eu estou. E, possivelmente, não está. Educação Física porque os professores se disponibilizaram. directores de turma têm-se mostrado sempre prestáveis para falar.</i>
	Participação dos pais	<i>Nesta escola não se faz nada com o Centro de Saúde (observação do representante dos pais na AE)..</i>

A coordenação – o exercício do cargo	Temáticas prioritárias	<i>temas propostos pela própria legislação.</i>
	Decisão das iniciativas	<i>Consultei e tirei todas as entidades e contactos com que tinham trabalhado. Tentei fazer uma colagem de tudo o que já tinha sido feito.</i> <i>a capacidade de a escola comportar a vinda de determinadas pessoas, a importância do tema e a simplicidade com que elas se podiam desenrolar.</i> <i>pessoas jovens, serem feitos dentro das salas de aulas, para grupos de poucos alunos. Serem coisas pequenas e serem acompanhados pelo seu professor dentro da sala de aula. Depois os teatros também nos foram chegando.</i> <i>não é uma planificação forte. É uma planificação pontual. Tem poucas interligações.</i>
	Público alvo	<i>essencialmente os alunos.</i> <i>os encarregados de educação foram as da alimentação.</i>
	Parceiros / apoios	<i>Não tive ninguém para discutir. Mas também não pedi a ajuda de ninguém.</i> <i>adesão à Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde? Sim.</i> <i>professores de educação física são um grupo bastante dinâmico.</i> <i>Eu tive colegas que me apoiaram.</i>
	Espaços de acção	<i>Tem sido as disciplinas que calharam. (...) conveniência horária dos dinamizadores e as disciplinas que os alunos têm nessas horas.</i> <i>acções sobre o alcoolismo foram realizadas nas aulas de Educação Física.</i> <i>teatro, foram com os directores de turma e os professores de Ciências.</i>

	Concretização das iniciativas	<p><i>a acção sobre alimentação. Só apareceu um pai e quatro alunas.</i></p> <p><i>projecto de prevenção do alcoolismo.</i></p> <p><i>doenças sexualmente transmissíveis foram abordadas pelas senhoras da Jonhson que vieram cá fazer palestras para os alunos do 8º e 9º ano.</i></p> <p><i>sensibilização ao consumo de leite.</i></p>
	Articulações efectuadas	<p><i>actividade física (...) falei com a colega da educação física (...) tinham várias coisas programadas (...) ficasse com eles.</i></p>
	Divulgação	<p><i>tem sido muito fraca (...) papeis nos cacifos dos directores de turma. Outra, eu fiz um cartaz.</i></p>
Gestão e organização da escola	Coordenação e planeamento	<p><i>Eu sou coordenadora de quê? De quem? Não coordeno nada.</i></p> <p><i>falta coordenação no PAA.</i></p> <p><i>Não há interligações com outros planos dentro da escola.</i></p> <p><i>Participação do SPO (...) Não.</i></p> <p><i>tem existido uma articulação, ou coordenação, mais forte com, por exemplo, AP ou Formação Cívica? Não. acho que teria que haver outra coordenação aqui.</i></p> <p><i>tem a ver com a coordenação de todas as actividades da escola. Passa pela coordenação da planificação. A falta de coordenação da escola foi toda. Foi completa. A escola não tem organização nenhuma, em lado nenhum.</i></p>
	Gestão dos recursos humanos	<p><i>(CE) deu-me a conhecer material que vinha da DGIDC. Mas não fazendo parte de um plano de acção concertado. E nada mais me solicitou.</i></p> <p><i>Estas pequenas acções que vou fazer eles (CE) têm dito que sim a todas as acções.</i></p> <p><i>no CP apresentação do PES foi o presidente.</i></p> <p><i>tenho redução 3 horas, não lectivas, do PES.</i></p>
	Nomeação do coordenador	<p><i>Foi-me solicitado que ficasse coordenadora do PES durante três anos.</i></p>

	O PEE e a integração de projectos	<i>PEE, teve alguma importância? Não. (...) não fui sequer ver. Mas tenho a certeza, daquilo que eu conheço do PEE, que não me desviei dos objectivos do PEE.</i>
	Influências / pressões	<i>senti-me pressionada pelo representantes dos pais na AE.</i>
	Comunicação / informação	<i>tive, em várias ocasiões, dificuldade em fazer contactos com as várias pessoas. divulgação podia ser feita através do coordenador dos directores de turma.</i>
Avaliação	Critérios e instrumentos de avaliação utilizados	<i>a avaliação das iniciativas é com base nas opiniões dos alunos e dos professores. a médio prazo, que venha a aumentar o consumo no bar e na cantina.</i>
	Avaliação do projecto	<i>os resultados são fraquinhos. avaliação fraquinha do meu trabalho deste ano. erros meus organizativos. É evidente que poder-se-ia ter feito mais coisas. O mais positivo é que fiz alguma coisa. Gostava de ter feito muito mais mas paciência. posso fazer mais coisinhas iguais a estas. Mas não-de ser sempre assim, pobrezinhas. dificuldade em que o projecto se torne algo da escola toda. Centro de Saúde tem sido uma péssima parceria. A adesão dos miúdos é boa.</i>
	Dificuldades	<i>É a concretização. É a planificação de ideias. É a planificação mesmo.</i>
Sugestões para o futuro	Motivar professores	<i>horas que as pessoas têm podiam ser atribuídas ao PES.</i>
	Envolver os encarregados de educação	<i>Os encarregados de educação vão-se envolvendo.</i>

	Recursos necessários	<i>comprar uma máquina para fazer batidos de leite. precisava de ter um dinheirito para fazer uns cartazes e umas visitas de estudo.</i>
	Aspectos a reformular	<i>se o bar der lucro o lucro, é para ser gasto ali e não noutra sítio. organizar, para o próximo ano lectivo, o início do ano lectivo e o gabinete do aluno. colar este projecto dentro das outras áreas do organigrama da escola.</i>
	Identificação do(s) actor(es) que pode(m) melhorar o projecto	<i>Acho que se pode arranjar um grupo de pessoas. Tem de ser feito por uma equipa interdisciplinar.</i>

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Destinatário: Presidente do Conselho Executivo da ESL.

Objectivos:

- Compreender a natureza dos processos de organização da ESL e os seus efeitos sobre o PES;
- Compreender a(s) lógica(s) de acção e os processos de organização da escola no PES-ESL;
- Avaliar o apoio da gestão da ESL à promoção e educação para a saúde;
- Identificar parceiros e aliados na concepção, concretização e avaliação do PES-ESL;
- Identificar formas de agregar interesses e leva-los a convergir para a melhoria do PES;
- Identificar as necessidades do PES-ESL na organização, coordenação e operacionalização.

Bloco Temático	Objectivos	Aspectos a abordar
I Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> - Explicar os objectivos da entrevista e do estudo que se pretende realizar. - Sensibilizar o entrevistado para a importância da sua colaboração na concretização do estudo. - Garantir a gravação da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o tema e os objectivos do trabalho. - Informar a razão da escolha do tema. - Explicar a importância e o papel do entrevistado para a realização do estudo. - Realçar o valor da colaboração para a concretização do projecto. - Garantir a autorização para gravar a entrevista e que a mesma, após transcrita, será dada a conhecer ao entrevistado para a sua revisão e aprovação.

<p style="text-align: center;">II A liderança e a gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a formação do Presidente do CE e o significado do projecto. - Justificar as opções definidas para o PES-ESL. - Conhecer o tipo de coordenação de estruturas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo disciplinar e tempo de serviço. - Projectos em que participou. - Participação em projectos relacionados com a temática. - Formação em Administração e Gestão Escolar. - Formação em Trabalho de Projecto. - Formação em Coordenação de Projectos. - Importância da temática. E importância no contexto da ESL. - Imagem do PES-ESL. - Iniciativas planeadas pelo CE que se enquadram nas temáticas prioritárias da promoção e educação para a saúde. - Que critérios teve em conta para a escolha das coordenadoras? Formação em projecto? Formação em saúde? Características pessoais? Relações pessoais? Confiança no trabalho a desenvolver? - Motivos para mudança de coordenadora. - Justificação da nomeação por três anos da actual coordenadora. - Existiu resistência à nomeação? - Motivação / incentivos dados. - Atribuição de horas para o cargo. - Existência de reuniões para definição de objectivos. - Articulação do PES com outros projectos da escola. - Existência de grupos / equipas de trabalho. - Relação entre o PES-ESL e os SEAE. - Representação do PES-ESL no CP.
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as orientações dadas ao PES-ESL. - Conhecer o papel das diferentes estruturas no PES-ESL. - Identificar relações entre o PEE e o PES-ESL. 	<ul style="list-style-type: none"> - O que foi solicitado às coordenadoras? - Que orientações foram prestadas às coordenadoras. - Integração na RNEPS. - Destinatários das iniciativas. - Definição das iniciativas. - Relação das iniciativas com as áreas temáticas. - Recursos materiais e financeiros atribuídos ao PES-ESL. - Papel da AE. - Papel do CP. - Papel dos SEAE. Normativos (RI e Legislação dos SEAE) estipulam necessidade de coordenação. - Relação entre o PEE e o PES-ESL. - Definição de temas das ACND. - Articulação entre PAA e iniciativas do PES-ESL.
<p style="text-align: center;">III</p> <p>O contexto da escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as formas de comunicação. - Compreender a relação com parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quem efectua a divulgação do PES-ESL? - Locais utilizados. - Meios utilizados. - Página electrónica da escola. - Apresentação do PES-ESL à AE / CP / EE. - Apresentação dos resultados / da avaliação. - Existência de sugestões / pareceres / opiniões. De quem? Quais? Viabilidade? - Contribuição dos EE. - Quem deve fazer contactos com EE? - Funcionamento de parcerias (Centro de Saúde e outras organizações e instituições exteriores). - Quem deve ter a iniciativa de procurar parceiros?

<p>IV A Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as formas de avaliação utilizadas. - Conhecer opinião sobre o PES-ESL. 	<ul style="list-style-type: none"> - Critérios usados na avaliação do trabalho das coordenadoras. - Instrumentos utilizados na avaliação do trabalho das coordenadoras. - Critérios usados na avaliação do PES-ESL. - Instrumentos utilizados na avaliação do PES-ESL. - Quem define os critérios de avaliação? - O mais positivo. - O menos positivo - Balanço feito.
<p>V As sugestões para o futuro</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar possíveis parceiros, recursos e estratégias para melhorar o PES-ESL. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como motivar professores para o projecto? - Como envolver os encarregados de educação? - Como melhorar a coordenação? - Como agregar interesses em torno do PES-ESL? - Que alterações são necessárias? - Que melhorias podem ser introduzidas? - Que recursos são necessários? - Que estratégias poderiam ser utilizadas? - Quem terá mais importância para melhorar o papel do projecto?

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO DA ESL**Realizada no dia 24 de Junho de 2008**

Entrevistador (E) – Gostaria de te conhecer um pouco mais, nomeadamente o grupo disciplinar a que pertences, tempo de serviço, outros projectos em que já tenhas participado.

Presidente do Conselho Executivo da ESL (PCE) – Tenho 30 anos de serviço. Estou posicionado no 10º escalão da carreira como professor titular desta escola. Ao longo da minha vida exerci quase todos os cargos ao nível do ensino. Colaborei nalguns serviços técnico-pedagógicos a nível dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação. Fui Director de um colégio particular. Fui também secretário da Direcção nesse colégio e depois Director. Primeiro em substituição, como Director, e depois os outros cargos ao fim de dois anos quando o Director voltou. Isto quanto à minha carreira profissional. Sou professor de Electrotecnia, grupo 540, do ensino secundário, profissionalizado. Tenho também uma especialização em Gestão e Administração Escolar.

E – Tens alguma formação em trabalho de projecto e/ou coordenação de projectos?

PCE – O meu trabalho final da especialização versou o Projecto Educativo – um instrumento de gestão. E esse trabalho foi muito importante porque eu analisei escolas de todos os níveis de ensino. Ou seja, escolas (naquela ocasião não havia agrupamentos) jardins de infância, do 1º ciclo, escolas de 2º e 3º ciclo e também escolas secundárias. Esse trabalho foi muito bom porque permitiu ter uma abertura e outra visão de como as coisas aconteciam. E esse trabalho que fiz, e que depois o defendi, considero que tive um contributo importante. E ao nível do ensino, foi a minha passagem como presidente de uma Associação de Pais. Eu estive 3 anos e lançamos os fundamentos daquilo que são hoje as AEC's, as Actividades de Enriquecimento Curricular. Que, no âmbito dessa associação, versou o complemento de horário entre as 8h e as 9h e depois entre as 15h30 e as 20h. Bem como, o que nós denominávamos de Escola Aberta, que era... Nos dias em que as escolas estão encerradas, no Natal, Carnaval e na Páscoa, tínhamos essas actividades durante todo o dia. E depois também a Escola de Verão durante o mês de Julho. Isso foi enriquecedor porque, sendo eu profissionalizado do secundário, deu-me uma grande abertura para compreender os outros níveis e os outros profissionais dos outros níveis. E eu tenho uma abertura... Gosto imenso dessas pessoas, não esquecendo os que estão por este lado, mas

gosto imenso porque, de facto, são pessoas que têm uma vivência da escola absolutamente diferente da que nós temos no 3º ciclo e no secundário.

E – Participas-te alguma vez em projectos relacionados com a temática da saúde? Com o Projecto de Educação para a Saúde (PES) ou outros?

PCE – Não muito. Não era muito vulgar. Durante os meus 30 anos de serviço só na parte mais recente da carreira é que houve um maior envolvimento das escolas na educação para a saúde. De facto o que acontecia antes, em relação à saúde, e por ter feito esta ponte que te falei há pouco sobre os diferentes níveis de ensino, ainda consegui ver uma coisa que existia, que considero que era boa nas escolas e terminou entretanto, que eram os médicos escolares. Nomeadamente nos jardins de infância e escolas do 1º ciclo onde isso era muito frequente. Nessas escolas, é engraçado que havia, e ainda há em muitas delas aqui na cidade de Lisboa, uma grande ligação entre os Centros de Saúde e as escolas. Através do que eles enviavam para as escolas que eram os médicos de saúde escolar e também as enfermeiras. Ainda hoje na cidade de Lisboa, tanto quanto eu sei, a participação nas escolas desse nível de ensino é diferente da nossa participação. Nós aqui estamos sempre de braços abertos para todos que nos queiram ajudar mas parece-me existir uma maior predisposição dos Centros de Saúde para acompanhar os níveis mais baixos e não tanto os nossos.

E – Qual é a importância que tem a temática da educação para a saúde nas escolas?

PCE – Obviamente que todos os dias essa temática é mais importante. A própria maneira de ser e de estar dos alunos no seio das famílias, nas escolas e na sociedade é diferente. Há alguns riscos para a saúde que nós sabemos, por exemplo no aspecto sexual. Mas também era importante que houvesse da parte dos serviços de saúde, em conjugação com as escolas, acções, por exemplo, de formação. Até porque eu noto que há muitas famílias, muitos encarregados de educação que necessitariam, também eles, de vir à escola, de estar na escola, de serem alunos nessa temática.

E – E mais concretamente na nossa escola, achas que essa temática tem uma importância maior, menor ou igual?

PCE – Infelizmente não é aquela que gostaríamos de ter. Porque as escolas são bombardeadas com imensos projectos o que pulveriza muito a vontade das escolas. Ou seja, as solicitações sobre as escolas são tantas, e tão frequentes, que resta pouco tempo. Ao querer subscrever todos os projectos caísse no erro de fazer um bocadinho apenas de cada.

E – E qual é a imagem que tens do PES aqui na escola?

PCE – A imagem é: casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão. E o PES é um

pouco isso. Se nós tivéssemos dinheiro, e vamos sempre ao “se tivéssemos dinheiro”, as coisas seriam absolutamente diferentes. Porque, de facto, não se vive só de boas vontades é necessário também verbas para se terem os projectos. E o que acontece é que se pulverizam as boas vontades pelos vários projectos, como já disse, mas também o dinheiro pelos vários projectos. E um projecto destes obviamente devia ter um reforço financeiro substancial, não pode viver só de boas vontades. É o que tem acontecido e por isso não se tem desenvolvido tanto como gostaríamos.

E – E ao nível do Conselho Executivo (CE), foram planeadas algumas iniciativas da vossa parte integradas nas temáticas prioritárias da educação para a saúde?

PCE – Eu entendo a gestão e, nomeadamente, o CE como um órgão de coordenação de actividades mas nem sempre pode ser um fomentador de acções. E eu dou uma grande importância à autonomia de cada docente e de cada grupo. Daí que nós também vivemos um pouco do que os docentes estão dispostos a fazer. Obviamente que temos feito sugestões. Foi da nossa responsabilidade a nomeação da actual coordenadora do PES, até porque a lei assim o exige. Mas, de facto, a actual coordenadora tem um ano à frente do projecto e as coisas não se fazem num ano. Eu considero que no mínimo, para se fazer alguma coisa, precisamos de 4 anos. Um ano é de preparação, um ano de aplicação concreta dos projectos e os dois seguintes é de atingir os objectivos a que nos propomos inicialmente. Vamos entrar, no próximo ano, no segundo ano do projecto. É provável que o que nós temos actualmente seja absolutamente diferente no ano que vem porque a pessoa que está com essa responsabilidade ganhou alicerces, conhecimentos e empatias com outras entidades e é provável que isso agora se comece a consubstanciar em realidades e em acções. Mesmo assim a escola, este ano, trabalhou com todas as entidades que nos bateram à porta para fazerem acções, para desenvolverem acções com alunos. Uma série de actividades que se fizeram e deram bons resultados.

E – A nomeação da coordenadora por 3 anos está ligada com o que acabaste de dizer sobre a necessidade de preparação...

PCE – É.

E – E quais os critérios que tiveram em conta para a nomeação das coordenadoras, deste e do ano anterior?

PCE – Há aqui uma diferenciação em termos de gestão: nós estamos no segundo ano mas este é o primeiro de um mandato eleito. O primeiro era um mandato meramente transitório e tínhamos como obrigação pôr uma série de estruturas da escola a funcionar, porque a lei assim o obriga, e não podíamos ter qualquer horizonte além disso. Teria de ser uma

nomeação circunscrita aquele ano para executar um determinado trabalho que depois podia, ou não, ter continuidade em função do CE que viesse. Quando concorremos ao CE... E também um pouco pelo que está no nosso programa, a ideia é essa, havia um horizonte de 3 anos. Que está em disfunção com o que disse há pouco de 4 anos porque acho que em termos de gestão o ideal é ser 4 anos. Mas nesses 3 anos que a lei na altura estipulava, e que agora vão ser cortados, tivemos a intenção no PES, como noutras actividades, de nomear pessoas para o mesmo ciclo de vigência do CE, para que esse trabalho fosse coerente. Para que tivesse finalidade e para que tivesse uma articulação capaz conhecendo os coordenadores e conhecendo os coordenadores o CE. E é isso. É isso que nos leva a manter a mesma pessoa. O critério da escolha baseou-se, numa primeira fase, num professor que estivesse incluído numa área curricular afim à área da saúde e pareceu-nos que essa área, na nossa escola, seria a de Biologia, e daí termos escolhido a actual coordenadora. E também porque no ano anterior tinha desenvolvido alguns projectos que tinham sido um êxito e tinham sido premiados. E portanto havia todas as condições: pela sua dedicação à escola, pelo seu comprometimento com o Projecto Educativo e com a nossa maneira, CE, de encarar as coisas que era esta a coordenadora que devíamos nomear e assim fizemos.

E – Mas houve uma mudança de coordenadora do ano passado para este ano, houve alguma razão para isso?

PCE – Não houve uma razão. Houve apenas uma razão temporal e esse temporal ajustado aos objectivos que nós pretendíamos que se alcançassem no final.

E – E existiu alguma resistência à nomeação por parte das coordenadoras?

PCE – O problema da aceitação dos cargos... Temos por hábito convidar as pessoas e ouvi-las primeiro. Fazemo-lo sempre. Não encontrámos, tanto na anterior como na actual, qualquer comprometimento de escusa. Claro que tiveram um certo tempo. Especialmente a actual coordenadora pensou um pouco mas não foi muito demorado, foi muito rápida a aceitação e do que se pretendia. Não encontramos alguma dificuldade.

E – Existiu nesse convite alguma motivação que lhes tenha sido dada?

PCE – O problema dos incentivos na gestão escolar é sempre o mesmo. Os incentivos são apenas aquilo que lhes podemos dar e é pouco. Eu considero que é pouco. São reduções horárias que estão contempladas na lei mas não há de facto... Não é por aí que os professores ao fim e ao cabo... Não há mais nada do que isso. Não há uma grande motivação adicional porque também não há uma forma de premiar. A única coisa que há é o exercício do cargo com uma determinada redução. E infelizmente não temos outros

meios para apoiar as pessoas e para dignificar a acção que têm.

E – Existiram algumas reuniões para definição de objectivos do PES?

PCE – Inicialmente sim. E depois, parcialmente, num envolvimento do projecto a coordenadora toma sempre a iniciativa de nos contactar, de nos pôr a par do que está a fazer e de nos procurar muitas vezes com algumas orientações, com algumas autorizações que tem de ser dadas. E isso tem sido feito no dia a dia.

E – Existe, ou tem existido, alguma articulação do PES com outras iniciativas ou projectos da escola?

PCE – Não. Consideramos que é uma lacuna que vamos tentar modificar. Há de facto apenas um caso, que foi sugerido por mim, à coordenadora do PES e a um outro projecto que é a Bandeira Verde, no âmbito da ecologia, que as duas pessoas trabalhassem. De alguma forma, uma e outra, fizeram-no. Tanto quanto eu sei. Mas não há, digamos assim, uma institucionalização, uma obrigação. Até porque eu também acho que as obrigações não dão grandes resultados, de terem de articular este projecto com aquele e etc. Contudo consideramos que no próximo ano uma das vias a corrigir é o que diz respeito à coordenação das direcções de turma que devem ser... Fizeram um excelente trabalho, mas devem ser mais operantes e mais incisivas no trabalho com a educação para a saúde. Porque é uma das maneiras de ligar a escola às famílias e não só aos alunos.

E – Mas qual é que pensas que pode ser esse papel da coordenação das direcções de turma?

PCE – Estabelecer uma articulação mais próxima entre a escola, as famílias e os alunos. Embora o professor coordenador seja um professor, como outro qualquer da escola, tem alguns alunos da escola. Mas não tem todos. Daí que como se costuma dizer: cada um vê o seu quintal e eu tenho a obrigação de ver a floresta. E, portanto, acho que neste momento há necessidade de saltarmos a cerca do quintal para podermos ver um bocadinho, cada um de nós, mais longe.

E – Isso implica, se calhar, a existência de equipas de trabalho no projecto...

PCE – É importante. É importante. No entanto vamos bater sempre ao mesmo problema. É que há uma redução para o coordenador do PES. Não há reduções para outras actividades adicionais que pudéssemos encarregar outros professores ou equipas. Claro que isto se faz, não havendo essas contrapartidas, da boa vontade das pessoas. E às vezes falha aqui e ali porque essa boa vontade é isso mesmo, não é nenhuma obrigação e, por vezes, há coisas que falham.

E – E como é que vocês, CE, poderiam ajudar nisso? Aliás as três coordenadoras referiram o facto de ser mais benéfico para o projecto e para a escola se existisse uma equipa e não

apenas um coordenador.

PCE – Aquilo que eu digo do envolvimento dos coordenadores dos directores de turma, e provavelmente para o ano teremos outro dos cursos profissionais,... A ideia de envolver os coordenadores é de alguma forma, como eu disse, envolver as famílias mas também conseguirem estabelecer uma ponte através dos directores de turma com os conselhos de turma ou com pequenos grupos de professores que possam actuar em áreas muito concretas da educação para a saúde. E uma das coisas que nós temos em carteira para o próximo ano. E fazer um conjunto de actividades, fizemos já este ano mas não ainda com o significado que gostaríamos, que é trazer cá alguns especialistas. Já o fizemos para os pais mas infelizmente apareceu só um pai ou uma mãe apenas. Fizemos depois com os alunos algumas palestras no âmbito da saúde. Mas eu acho que se deve ir mais longe. Deve-se criar um maior envolvimento. E isso através de visitas de estudo ou da vinda de técnicos especializados cá à escola que possam motivar a comunidade escolar e educativa da escola.

E – Existe alguma relação entre PES e os Serviços Especializados de Apoio Educativo da escola?

PCE – Há. Há. A relação que há é quase uma relação institucional. Alguns, muito poucos... Nessa área da saúde, o que é pedido, por exemplo, em termos de psicologia e psiquiatria passa pelo gabinete do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e, por vezes, os directores de turma falam um bocadinho com a psicóloga mas não se entra, sendo um problema do foro da saúde, em contacto com a coordenadora da educação para a saúde. E, no nosso entender, fazia todo o sentido até para motivarem outras entidades, hospitais, etc. Para fazerem a ligação a esses miúdos que necessitam.

E – No regulamento interno da escola e na legislação desses serviços falasse da necessidade de existir articulações entre esses serviços e os projectos. O que é que o CE pode fazer para fomentar isso?

PCE – Podem ser feitas, por exemplo, reuniões entre o SPO, que neste caso a nossa escola é sede dos SPO, e com a nossa professora de ensino especial, realizar reuniões periódicas que possam informar ambas as partes, num sentido e noutro, tanto do PES para o SPO e do SPO para o PES, estabelecendo aí prioridades e vendo algumas debilidades que os alunos demonstrem ou que até a escola tenha e que se possam colmatar. Isso vamos tentar fazer no próximo ano. Reuniões espaçadas que as pessoas têm imensas reuniões. Mas vamos tentar fazer.

E – Não existiu nenhuma reunião nestes dois anos?

PCE – Nestes dois anos não. Que eu tenha conhecimento, não.

E – Não está representada a coordenação do PES no Conselho Pedagógico (CP). O que pensas sobre o assunto?

PCE – No novo diploma de gestão estão contemplados apenas 15 membros, incluindo o Presidente, no CP, isso leva a uma redução drástica uma vez que há um número muito grande de entidades a representar. Como o número é grande obviamente que o número de cada um deles tem de diminuir. Nós iremos propor na altura da revisão do Regulamento Interno, (não na actual que a Assembleia de Escola estabeleceu até 30 de Setembro) que o CP tenha uma pessoa que seja o representante dos projectos da escola. E, entre os coordenadores dos vários projectos, as pessoas escolherão, ou nós nomearemos, isso ainda é uma coisa que se tem de chegar a uma conclusão... Nomearemos uma pessoa para a representação desses projectos. Embora, repita que o número é tão reduzido que isto, por vezes, vai colidir, por exemplo, com o representante da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos, que faz todo o sentido que esteja lá. Vai ser complicado. Mas vamos tentar arranjar um representante dos projectos. Um deles será este do PES.

E – Quando nomeaste as coordenadoras que orientações é que lhes foram dadas?

PCE – Que cumprissem o que a legislação impõem. Como eu disse, na nomeação da primeira coordenadora era uma absoluta necessidade de cumprimento da lei e já foi nomeada depois do ano ter começado. A actual coordenadora já foi outra forma de nomeação. Era uma nomeação, não só porque tinha que existir, mas também porque já havia um trabalho a desenvolver com objectivos a mais longo prazo.

E – A escola encontra-se, este ano, integrada na Rede Nacional de Escola Promotoras de Saúde. Essa iniciativa partiu de quem?

PCE – Partiu da coordenadora.

E – Consideras que as iniciativas do PES devem destinar-se a quem?

PCE – Devem ser para toda a gente. E sublinho toda a gente. Toda a comunidade educativa e não só a comunidade escolar. Tivemos este ano um problema relacionado com a saúde. Um problema com um aluno que teve tuberculose. E toda a gente sentiu dificuldade quando tratou do assunto. Sentiu dificuldade no tratamento do assunto. E sentiu dificuldade na maneira como se tratava isso. E sentiu dificuldade a escola, por sua vez, em relacionar-se, nós e em sentido contrário, com outras entidades públicas, nomeadamente o Ministério da Saúde.

E – E achas que o PES podia ter tido uma maior importância no tratamento desse assunto?

PCE – Sim. Se nós tivéssemos numa fase mais avançada dos objectivos a que nos propomos a longo prazo, obviamente que deveria ter tido outro papel de resposta que neste momento

ainda não foi possível ter. Aí notou-se uma desarticulação, ou não articulação, melhor dizendo, entre a direcção de turma, a coordenação da direcção de turma e a coordenação do PES. E é isso que eu já disse há pouco que nós queremos emendar. Que exista maior ligação entre as várias estruturas de apoio aos alunos, às famílias e à escola.

E – E isso passa por quê? Por mais reuniões?

PCE – Não passa só por reuniões. Passa também por directivas muito claras que têm de ser dados sobre o que fazer. Estas coisas por vezes acontecem e levam a que se tome consciência do que aconteceu e dos meios que, no futuro se voltarem a acontecer, tenham outra abordagem. Vamos criar um... Não é um manual... Um roteiro de procedimentos. E daí a tal coordenação entre a Educação para a Saúde e a coordenação dos directores de turma de forma a criar um roteiro de procedimentos que nos permita ter procedimentos de quando existe determinada coisa, o que é que se faz, quem se deve contactar e quem deve falar em nome da escola em relação ao assunto.

E – As iniciativas planeadas pelo PES foram da iniciativa da coordenadora ou também do CE?

PCE – Não. Grande parte foi o próprio CE. Recordo-me agora que, já no fim do ano, a escola foi apetrechada com um novo computador novo. Isso deveu-se a uma acção que chegou ao CE, no âmbito do PES, que foi transmitido por nós à coordenadora e que ela desenvolveu em parceria com a Federação Nacional dos Produtores de Leite. Essa acção foi vantajosa para os alunos e premiou a escola, pela sua participação, com esse computador.

E – Existiu algum outro tipo de apoios materiais ou financeiros que tenham sido atribuídos ao PES?

PCE – Como eu já disse, nós temos que dividir o pouco que temos por todos. E fica sempre pouco para cada um. E cada um pensa que é sempre pouco. Não tendo nós recursos ilimitados torna-se sempre muito difícil gerir aquilo que não existe. De qualquer forma nós, na nossa gestão, temos sempre alguma almofada financeira que permite, quando verificamos que, de facto, é importante para a escola, qualquer actividade nós temos. E até agora não nos faltou. Pequena, mas temos sempre capacidade de financiamento.

E – E qual o papel que a Assembleia de Escola (AE) deve ter no PES?

PCE – A AE deve de ter um papel interveniente mas não absorvente. Ou seja, não deve ser um mero espectador mas deve de indicar pistas que se possam... Que sejam exequíveis, por um lado, sem contudo avaliar de forma negativista as coisas que se fazem. Não por nós mas mais pelos colegas que trabalham nas várias áreas. É muito importante que se passe uma mensagem, como nós estamos a tentar fazer com os alunos, positiva. E a mensagem

positiva passa-se por duas formas: por críticas, é um facto, construtivas, mas também pelo apoio do que é bem feito. Porque isso é essencial. A AE tem um papel muito importante no apoio, nomeadamente daquilo que se faz bem dentro da escola e aqui na educação para a saúde.

E – E o Conselho Pedagógico (CP)?

PCE – O CP, sendo um órgão consultivo, necessitando ter lá alguém representante dos projectos, como eu já disse, deve ser um órgão que deve aprovar as grandes linhas de orientação e de coordenação entre os vários órgãos, nomeadamente aquilo que há pouco falava.

E – E achas que o PES está integrado no Projecto Educativo da Escola (PEE)?

PCE – Ainda não está da forma que nós queríamos. O que nós estamos este ano a fazer não é um novo PEE é, digamos assim, uma actualização do PEE em função dos desafios, da avaliação de professores, etc., que a escola tem. E, neste momento... Ainda ontem decorreu uma reunião do CP, que vai continuar dentro de algumas horas, e uma das coisas é alterarmos o PEE em alguns aspectos, nomeadamente na educação para a saúde que ainda não temos uma visão boa em relação à actualização que nós temos. Temos que melhorar. E isso vamos conseguir.

E – Mas quais são essas melhorias que consideras estarem a faltar?

PCE – É assim, tem que se enunciar concretamente o que é que a escola pode dar em termos de educação para a saúde. Quais as abordagens que se podem fazer e isso em função dos níveis etários dos alunos que cá temos. Porque temos alunos que são do 7º ano com 12/13 anos, que seria o normal, e estamos a falar em termos de idades normais, e depois temos alunos, se tudo corresse bem, com 18 anos. E, portanto, o que nós pedimos para uns não pode ser o mesmo do que pedimos para outros em termos de conhecimentos de saúde.

E – E na definição dos temas das Áreas Curriculares Não Disciplinares achas que poderia existir uma articulação com a educação para a saúde?

PCE – Eu acho que sim. Acho que sim. Recordo-me, por exemplo, que este ano, embora não seja numa área não disciplinar, mas numa disciplina do curso tecnológico de Desporto, veio cá uma pessoa e, creio que com os alunos do 11º ano, fez um pequeno curso de socorrismo com os alunos. Os funcionários, por exemplo, também fizemos um curso de socorrismo, de técnicas de socorrismo, para todos os funcionários não docentes. E, fora da escola, num fim-de-semana, os alunos mais velhos, do 10º, 11º e 12º anos, fizeram fora da escola, mas no âmbito da nossa escola, digamos assim, com a AMI, um outro curso de socorrismo. Esse foi pago por eles. Mostrando interesse por ter sido pago pelos alunos.

E – Isso foram iniciativas planeadas pelo CE?

PCE – Foram planeadas, directamente, no caso da do pessoal não docente, pelo CE, e envolveu todos os funcionários incluindo o pessoal administrativo. Foi planeado pelo professor da disciplina no caso que falei da acção que houve cá. E foi planeado por outro projecto que temos cá na escola, o Projecto Partilhar, relativo ao voluntariado, a formação que os alunos fizeram fora.

E – Mas todas essas iniciativas, que estão no âmbito da temática da educação para a saúde, não estão integradas no PES...

PCE – Não estão totalmente integradas. É o que eu digo que falta a integração entre os vários intervenientes.

E – Isso verifica-se também ao nível do Plano Actual de Actividades (PAA)...

PCE – O PAA quando é pedido... É sempre um plano muito sectorial. Ou seja, cada grupo, cada professor, cada grupo de professores, promove uma série de actividades. Gostaríamos que, por exemplo, para o ano mudasse o dia da escola, para uma parte mais final do ano, e que se desenvolvesse de outra forma e aí tivéssemos o contributo, também, que não temos tido, relativo à saúde. Dos vários projectos que existem na escola faz todo o sentido que se exponham, que falem, que divulguem, que façam o que entender... No âmbito do dia da escola.

E – Mas qual é o papel que o CE tem na articulação desses projectos?

PCE – Nós funcionamos como um pivôt. Nós nunca temos a bola. A ideia é passá-la sempre. E aqui é a mesma coisa. A nossa ideia é ir ao encontro dos colegas e transmitir-lhe uma série de boas vontades que existem, deste e daquele, e procurando articular essas intervenções. E até de pedidos, porque o CE é um repositório fundamentalmente de pedidos. E o que nós fazemos, por vezes, é adequar os vários pedidos uns aos outros e resolvermos os problemas uns dos outros.

E – E quem é que faz a divulgação do PES?

PCE – É a coordenadora. No início deste ano... O CE tem por hábito... No primeiro mandato provisório nós fomos a todas as reuniões com alunos e pais no início do ano. Este ano, como já tínhamos feito isso com todos os alunos, fomos apenas aos do 7º e aos do 10º, que é onde está o maior número de alunos novos para a escola. E fizemos essas reuniões com os alunos e com os pais. E a coordenadora do PES esteve presente e falou um pouco sobre o projecto.

E – O PES não está divulgado na página electrónica da escola...

PCE – Não. O motivo é porque tudo o que é feito precisa de um tempo de maturação. Ainda

não atingimos aquele tempo em que, obviamente, vai estar na página electrónica da escola. É a tal coisa que eu falei dos 3 ou 4 anos. Talvez neste segundo ano faça sentido e as coisas tenham uma outra dinâmica.

E – E em relação à apresentação do projecto na AE e no CP?

PCE – É assim: a escola funciona também um bocadinho através de vasos comunicantes. Muitas das coisas que são faladas nesses órgãos já foram dissecadas, internamente, através da sala de professores, da sala de trabalho... De qualquer forma, nesses mesmos órgãos o que passa é aquilo que se produz. A nível de CP o PAA, o PEE... E são esses grandes documentos que depois passam, têm obrigatoriamente que passar, pelo conhecimento da AE e onde estão inscritas as várias actividades e os vários projectos.

E – Existe uma apresentação mais individualizada do PES na AE ou no CP?

PCE – Não existe. Não existe. Por exemplo, uma vez que vai reduzir o número de pessoas no CP uma das ideias é que possam ir a CP, de quando em vez, várias pessoas dos variados projectos, independentemente de terem lá alguém a representá-los, para poderem falar sobre isso. Mas é uma atitude, digamos assim, uma abertura do CP porque não há nada na lei que o obrigue tal como não há nada que o vete. Portanto é uma ideia que vamos tentar implementar.

E – Quem deve fazer os contactos com os Encarregados de Educação?

PCE – É a tal articulação com os coordenadores dos Directores de Turma... Deve ser a Coordenadora do PES mas também através... Quem deve fazer os contactos com os encarregados de educação, prioritariamente, e é uma das razões porque existe, são os directores de turma, portanto tem de ser sempre através deles e não de forma lateral que qualquer dos projectos tem de existir.

E – Existiram algumas sugestões, opiniões ou pareceres para o projecto? E, se existiram, de quem vieram?

PCE – Houve sugestões de professores, internamente. Externamente nem tanto. Penso que ainda estamos numa fase em que se pretende que existam os projectos mas que depois sobrevivam por si próprios. Não há, que eu tenha conhecimento... A não ser um relatório que é subscrito, em primeiro lugar, pelo professor Doutor Daniel Sampaio, que foi um dos responsáveis desse relatório. O que eu conheço é esse relatório e as linhas gerais do que se pretende. Mas não há por parte de outras entidades externas à escola, nomeadamente o Ministério da Educação, um envolvimento que comprometa essas estruturas com as escolas. As escolas estão um pouco de acordo com a sua boa vontade.

E – E existem algumas parcerias?

PCE – Nós temos uma parceria com o Centro de Saúde. Mas considero uma parceria fraca. Como já disse, noutros níveis de ensino, talvez por serem mais pequenos, não sei avaliar isso, há um maior envolvimento de alguns centros de saúde. Aqui nem tanto. Aliás, nestes dois anos que estou aqui na escola, vi duas vezes pessoas do centro de saúde aqui na escola. Vi uma que me contactou no primeiro ano directamente no CE. E este ano, já lateralmente, e mais com a coordenadora do PES, uma vez, tanto quanto eu tive conhecimento.

E – E achas que essa falha se devem a quem? Ao Centro de Saúde?

PCE – Provavelmente. Não posso responder pelo Centro de Saúde... Provavelmente porque eles terão muitas solicitações e, se calhar, têm poucas pessoas.

E – E tem existido sugestões ou opiniões, de dentro da escola, para o projecto?

PCE – Não muito. Da comunidade educativa não tivemos muito. Não tivemos sugestões para alteração ou de propostas ou de críticas, das tais construtivas, não tivemos muito.

E – E dos encarregados de educação?

PCE – Os encarregados de educação funcionam um pouco ao contrário. Ou seja, os encarregados de educação num jardim de infância têm uma determinada participação, no 1º ciclo têm outra muito próxima e depois conforme nos vamos distanciando os encarregados de educação vão também distanciando-se da escola. E isso é patente. Eu quando passo ali perto da escola primária, de manhã, é um mar de pais à porta da escola. Quando chego há nossa escola há um ou outro. E isso traduz-se na participação nas estruturas da escola. Onde temos tido uma grande dificuldade na Associação de Pais, que poderia ser um parceiro muito importante na educação para a saúde. Como também vivemos das boas vontades. Até temos alguns órgãos na escola onde deveriam estar representados os pais mas que não estão. Não aparecem. Não querem participar. Não se querem envolver.

E – Mas vocês fizeram...

PCE – Claro. Ainda há pouco disse que a coordenadora trouxe um técnico cá para falar aos pais sobre educação para a saúde e apareceu uma mãe e três ou quatro alunos.

E – E ao nível de outras parcerias com organizações ou instituições exteriores, existem mais além do Centro de Saúde?

PCE – Também aqui existe uma envolvente do outro projecto, o Partilhar, em que, de facto, por arrastamento, podemos dizer que, algumas, dessas parcerias são envolventes com a educação para a saúde. Nomeadamente alguns alunos que fazem voluntariado no Centro de Paralisia Cerebral, por exemplo. Ou a outra parceria que houve com a Emergência Social, que é uma entidade privada aqui na nossa freguesia, que disponibilizou as instalações,

porque os alunos pagavam dinheiro e não era muito correcto que fizessem a acção cá, uma vez que era uma entidade que cobrava, a AMI. E fizeram essa acção sobre socorrismo. E também a parceria que a escola fez com uma empresa de formação e que deu a tal formação, que já falamos, para os funcionários. E que foi gratuita para a escola.

E – Mas isso foram iniciativas que não estavam programadas no projecto?

PCE – Quer dizer, não estavam inscritas no projecto. E, por vezes, são coisas que aparecem. Por exemplo, podem-se fazer projectos muito bonitos mas a escola não pode perder de vista situações que acontecem de um momento para o outro. Por exemplo, foi-nos posta a situação dessa empresa que dava formação gratuita nessa área, obviamente que não pensamos duas vezes. Ter uma acção de formação que durou mais de 25 horas, gratuitamente e para todos os funcionários da escola não era necessário estar inscrita no projecto.

E – Quem achas que deve ter a iniciativa de procurar as parcerias para o PES?

PCE – Tanto o CE... O que nós achamos é a tal ideia de autonomia... Tanto o CE como qualquer outro professor que tenha conhecimento e possa transmitir à coordenadora, ou ao CE, como a própria coordenadora do PES e dos outros projectos, uma vez que os nossos alunos colaboram noutras actividades e trazem, por arrastamento, ofertas.

E – E quais os critérios que foram utilizados na avaliação do trabalho efectuado pelas coordenadoras?

PCE – No final de cada ano, a lei estabelece que deve ser apresentado um relatório das actividades desenvolvidas ao CE. E a avaliação é feita atendendo ao que é escrito mas também aquilo que é verificável. Ou seja, que os membros do CE, e não só o Presidente, têm do trabalho que se vai desenvolvendo, do que vamos vendo, do que vamos ouvindo, etc. Por exemplo, no caso da nossa coordenadora do PES um dos filhos de um dos membros do CE, que estuda no ensino superior na área da saúde, veio à escola e colaborou efectivamente em aulas. Portanto nós temos sempre um *feed-back* de como é que as coisas correram e como é que foi a articulação da coordenadora com as turmas, com a pessoa que cá vem falar,...

E – No fundo o único instrumento que é utilizado é esse relatório?

PCE – Exactamente.

E – E quais os critérios que são utilizados na avaliação do projecto em si?

PCE – Quando fazem o relatório da actividade que desenvolve, ao fim e ao cabo, são os dois em um. Ou seja, faz também a avaliação de como correu o projecto. Mas também o CE no relatório que elabora, pelo final do ano, das várias actividades que se desenvolvem na

escola, também insere a educação para a saúde. Ou seja, também o CE faz uma avaliação que, ao fim e ao cabo, é feita através dum relatório dentro do conjunto de actividades que são feitas na escola. Onde emite também um parecer, se correu bem ou o que eventualmente se poderia emendar.

E – Esse relatório é apresentado em CP?

PCE – É assim, este ano contamos apresentar o relatório no início do próximo ano. Porque as actividades que estão a decorrer são muito absorventes e muito complexas. Há muita coisa para alterar. Não é possível apresentar agora. No início do ano lectivo contamos apresentar ao CP um relatório das actividades que decorreram, nomeadamente do PES. No primeiro ano não o fizemos porque a situação era meramente transitória e provisória. Provavelmente nem haveria tempo de apresentá-lo nos prazos.

E – São definidos, pelo CE, alguns dos critérios que têm em conta nessa avaliação?

PCE – Não definimos porque a pessoa faz isso em função do seu relatório. Nós não criámos para o relatório nenhuma entrada obrigatória. Deixamos ao critério do coordenador o sintetizar tudo aquilo que fez. Se correu bem ou se correu mal. Não criámos nenhuma escala. Uma vez que prezamos muito, como já disse, a autonomia das pessoas. E achamos que ao criarmos alguns parâmetros poderia ser inibidor da própria função ou termos alguma atitude que não queríamos ter. Porque se é coordenador tem de responder por isso mesmo, por ser coordenador. E não criámos uma série de mecanismos desses complicados, como acontece com a avaliação de professores, que depois acabam por absorver tanto as pessoas que não deixam espaço para aquilo que é essencial.

E – E vocês quando fazem a vossa avaliação também não têm nenhum...

PCE – Não temos nenhum item. Esse item é apenas aquele que nós, internamente no CE e nas várias áreas que cada um de nós faz a apreciação, e que é vertido depois nesse relatório.

E – E qual é o balanço que fazes do PES?

PCE – É bom mas é preciso mais. Ainda não chegou ao excelente.

E – E o que é que é foi o melhor?

PCE – Não foi boa a participação dos pais, como já disse. Foi boa a resposta que a escola deu à participação dos vários parceiros que nos propuseram actividades ou que se propuseram em intervir com os nossos alunos. Isso foi bom. Foi bom que houvesse envolvimento de algumas pessoas interessadas e que gostaram de transmitir a sua sabedoria nas várias áreas da saúde. Porque a saúde é muito complexa, não é apenas uma área. E foi, de facto, bastante bom. Há coisas na saúde que se falam... Por exemplo, nas escolas temos um enfoque muito grande na alimentação mas depois não temos, no meu entender, um enfoque

igual noutras áreas da saúde, como, por exemplo, nos cuidados primários, nos fármacos, nas várias doenças e como as prevenir. Mas preocupamo-nos muito com a alimentação, que é uma das componentes, mas não com as outras. E infelizmente nós vimos, por exemplo, pessoas a utilizar medicamentos porque outra usou. E acho que estas gerações mais novas deviam ser alertadas para o perigo que isso pode acarretar uma vez que o medicamento não é mais do que um veneno doseado. Mas é uma das coisas que vamos agora tentar, no próximo ano, melhorar.

E – Como podem ser motivados os professores da nossa escola para se envolverem no projecto?

PCE – Isso é quase um milagre. Porque as pessoas têm tanto que fazer... Eu costumo dizer que eu tenho que me motivar 24h para poder motivar os outros durante 12h. Porque, de facto, ao que à escola é pedido hoje em dia é tão violento que as pessoas entram quase num desespero. Não por falta de motivação mas porque ficam completamente desorientadas no labirinto da legislação e das funções que lhes são pedidas e que cada vez são mais. Contudo, como para o ano vamos avançar em termos da avaliação de professores e uma das vertentes é a frequência de acções de formação, nós fizemos um levantamento e uma delas é a relacionada com a saúde. Acho que é uma das coisas onde podemos trabalhar com o novo centro de formação a que vamos pertencer. E criar acções não só para os docentes mas também, como já fizemos, para os auxiliares.

E – E como é que podemos envolver mais os encarregados de educação?

PCE – Talvez dar senhas de presença... Estou a brincar. Mas é quase isso. A imaginação tem limites. Eu não sei o que se pode imaginar mais para trazer os pais à escola. Mas, talvez, se nós tivéssemos meios para isso, abrir cursos de formação para os pais. Porque o nível de habilitações dos nossos encarregados de educação é substancialmente baixo. E muitas vezes não se envolvem na escola porque não conhecem na escola. Não o espaço físico mas as actividades que se desenvolvem na escola. Talvez se eles se envolvessem mais na escola, se colaborassem, por exemplo, nas obras que a escola tem para fazer. Eu estive nos últimos dias a fazer um levantamento das pessoas que temos nas várias áreas. Talvez isso levasse a que as pessoas se ligassem mais à escola. Só se liga quem actua, quem não actua não se liga a nada. E, portanto, uma das maneiras podia ser se começarmos por aí e talvez conseguíssemos trazer os pais. Mas é uma tarefa muito difícil. Nós temos o tal distanciamento que falei que vai aumentando com o aumento do nível de ensino.

E – E o que é que pode ser feito para melhorar a coordenação do PES?

PCE – A coordenação, no meu entendimento, deve-se fundamentar, para já, em actividades

no concreto. Porque a coordenação se não se fundamentar num conjunto de actividades não é possível pôr uma máquina destas a funcionar. Tem que haver acção para haver comprometimento. Se não existirem ideias de acção não há comprometimento dos vários actores. Uma das ideias que temos, embora tenha sido feito, é tentar aumentar o número de acções, o número de participações da escola, para ver se de alguma forma ligamos as pessoas.

E – E como é que nós podemos agregar os vários interesses da escola em torno deste projecto?

PCE – O problema é que uma escola é, também, um centro de muitos interesses. Eu costumo dizer que o pior de uma instituição são os interesses se instalarem no mau sentido. Porque os interesses passam rapidamente a vícios. E isso não é bom. Há necessidade de ter interesses mas que eles sejam temporários, ou seja, que possam ser reactivados por outro centro de interesses e não sempre o mesmo. Eu sempre fui apologista que os cargos devem ser transitórios mas que deve sempre haver um horizonte no seu exercício após o qual se deve abandonar. Aqui também acho isso. Ou seja, qualquer coordenador, qualquer membro do CE, qualquer pessoa, deve ter um período de validade. Depois deve afastar-se e dar o lugar a outras ideias, a outras experiências, a outras situações. É sempre bom.

E – E achas que há alguma forma de congregar esses vários interesses em torno do PES?

PCE – Há sempre interesses. Por exemplo os directores de turma têm sempre, por vezes, dificuldades de lidar com alguns assuntos complicados. Alguns deles no âmbito da saúde. Por exemplo, ainda ontem discutimos no CP, discutimos no sentido de abordar, os casos de alunos e alunas que tinham sido pais e mães neste ano lectivo. Isso é um problema de educação para a saúde. Um grande problema. Porque se a educação para a saúde tivesse sido mais abrangente, isto é quase uma “nossa culpa” mas é um pouco isso, se calhar não tinha acontecido essa situação de serem pais e mães tão jovens, com futuros comprometidos e com pouca preparação. E isso leva-nos a tentar dar resposta nesse sentido. Infelizmente nem sempre somos acompanhados por outras entidades. Eu ainda ontem disse no CP que nós podemos estar a fazer coisas que não sejam bem assim. Se tivéssemos a abordagem de um médico, de um psicólogo, de um sexólogo, uma pessoa qualquer, teríamos uma actividade completamente diferente. Os professores fazem quase tudo: são psicólogos, são psiquiatras, são polícias,... Enfim fazem quase tudo e depois falhasse porque não se é perito naquilo.

E – E que outros recursos, além das verbas que já falaste, serão necessários ao PES para a obtenção de melhores resultados?

PCE – Se as verbas fluírem para a escola, da experiência que eu tenho, rentabiliza-se muito mais. Compra-se muito mais e investe-se muito melhor. E, por vezes, não é só dinheiro, por exemplo os *kits* de segurança, os pequenos instrumentos que nos permitem verificar a qualidade dos alimentos, uma série de assuntos... Por exemplo, um outro aspecto que também está ligado com a educação para a saúde que é o plano de emergência da escola, ou o plano de evacuação, que são duas coisas completamente distintas. São algumas coisas que nos ajudavam imenso se nos dessem alguns materiais. E a Câmara Municipal de Lisboa dá às escolas do 1º ciclo e a nós não dá.

E – Duma forma muito geral, e algumas coisas já foste falando, que alterações achas que são necessárias e que estratégias deviam ser utilizadas para melhorar o PES?

PCE – Devia de haver um maior envolvimento das várias entidades que trabalham no âmbito da educação para a saúde. Por exemplo a Câmara Municipal, que ainda agora falei, os centros de saúde, o Ministério da Saúde, os centros de despitagem da toxicodependência. Há uma série de actividades que deveriam colaborar mais com a escola. E o inverso é verdade. Eu recordo-me que, no ano anterior, houve um inquérito sobre a toxicodependência e nós colaboramos. Este é um exemplo de como não devem acontecer as coisas. Nós colaboramos e até hoje não nos deram nenhum *feed-back*. Até para nós orientarmos também no nosso PES. E isto é demonstrativo de como não se devem fazer as coisas.

E – Quem é que achas que tem mais importância para melhor o PES?

PCE – Na estrutura da escola todos tem importância.

E – Não achas que exista ninguém em particular?

PCE – Nós se formos rigorosos e pensarmos um pouco sabemos que tudo vai bater sempre nos mesmos. E a lei até leva a isso. É sempre o CE. Mas de qualquer forma nenhum CE se pode substituir à vontade e ao querer de oitenta e tal pessoas. Nem aqui nem noutra escola maior. Obviamente que é o trabalho dos outros. E é muito importante o trabalho dos coordenadores. Sem o trabalho dessas pessoas não há ninguém que consiga implementar qualquer projecto.

E – Mas achas que tem existido falta de vontade?

PCE – É assim, a nossa escola necessita de renovação. E renovação no sentido de novas ideias, nova abordagem. E eu acho que isso é uma das coisas que não depende só da escola, depende de todas das pessoas. Mas eu acredito que na boa vontade das pessoas. E devido às contingências legislativas e de carreira que nós temos, acredito que as coisas tenham outro caminho e se calhar sejam diferentes do que temos hoje.

E – Mas estás a falar de renovação de ideias, de pessoas...

PCE – É assim, para renovar ideias às vezes é preciso renovar pessoas. E é um percurso que tem de ser feito. Todas as organizações que não se renovam morrem. A nossa não é diferente. Nós precisamos renovar para podermos inovar. Se não nos renovarmos com outras ideias, com outras pessoas, outras que venham mais não estou a dizer que têm de ir embora outras, não vamos conseguir apanhar o combóio. E estamos a tentar fazer isso.

E – E achas que vocês não fizeram isso? Vocês foram também novas pessoas que vieram para a escola...

PCE – E o que nós passámos por ter ideias diferentes... Mas de qualquer forma estamos dispostos a pagar a factura. Se não estivéssemos não tínhamos continuado, tínhamos ido embora. Acreditamos nos desafios. Estamos sempre prontos para a mudança. Todos os que estão nesta sala têm em cima da mesa: mudar e inovar. É sinónimo para nós. E acreditamos que se pode fazer muito melhor. É possível fazer melhor com as pessoas que temos mas é necessário expandir a escola. Uma das formas é: ou as pessoas se reformavam e tínhamos outras novas, e isso não é legítimo, obrigar as pessoas a reformarem-se. Em alternativa expandimos a escola. Criamos mais cursos. E isso leva-nos a ter necessidade de mais profissionais na escola para esses cursos e isso leva-nos a que entrem outras pessoas. E isso pode ser uma forma de melhorar.

E – E achas que o que existe na nossa escola em termos de professores é um entrave à renovação da escola?

PCE – Não. A nossa escola tem excelentes profissionais. Pessoas que têm muitos anos de carreira. Não é normal, no bom sentido, uma escola que tem tantos professores titulares. Tem estado a sair no Diário da República as nomeações dos professores titulares. Quando sair a nossa vai ocupar quase uma folha. Há escolas que não tem titulares em alguns departamentos. Nós temos para a troca, no bom sentido. Temos por vezes dezenas. Isso é sinónimo que há muita experiência. Mas por vezes a experiência, talvez por cansaço das pessoas, torna-as muito sabedoras mas que já deram muito ao ensino, e a idade também as condiciona. E será bom que se recebam outros professores. De preferência mais novos. De forma a que a experiência profissional que estas pessoas têm possa de alguma forma ser integrada no saber dos outros e com isso melhorar a escola. Porque de facto o futuro será de pessoas mais novas. Pessoas mais novas do que eu.

FIM DA ENTREVISTA

**ANÁLISE DE CONTEÚDO DA ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO CONSELHO
EXECUTIVO**

Categoria	Subcategoria	Unidade de registo
Perfil do Presidente do Conselho Executivo	Dados pessoais	<i>30 anos de serviço (...) 10º escalão da carreira (...) de Electrotecnia, grupo 540.</i>
	Experiências profissionais	<i>serviços técnico-pedagógicos dos serviços centrais e regionais do ME. Director de um colégio particular (...) e secretário da Direcção. presidente de uma Associação de Pais (...) lançamos os fundamentos das Actividades de Enriquecimento Curricular.</i>
	Formação específica	<i>projectos relacionados com a temática da saúde? Não muito. especialização em Gestão e Administração Escolar. trabalho final da especialização versou o Projecto Educativo – um instrumento de gestão.</i>
	Importância da temática	<i>todos os dias essa temática é mais importante. as iniciativas do PES devem ser para toda a gente.</i>

Liderança e gestão de pessoal	Imagem da escola	<p><i>escola tem excelentes profissionais.</i></p> <p><i>há muita experiência.</i></p> <p><i>cansaço das pessoas,</i></p> <p><i>a idade também as condiciona. E será bom que se recebam outros professores. De preferência mais novos.</i></p> <p><i>escola necessita de renovação no sentido de novas ideias, nova abordagem.</i></p> <p><i>eu acredito que na boa vontade das pessoas.</i></p> <p><i>para renovar ideias às vezes é preciso renovar pessoas para podermos inovar. E estamos a tentar fazer isso.</i></p> <p><i>É possível fazer melhor com as pessoas que temos mas é necessário expandir a escola.</i></p> <p><i>expandimos a escola. Criamos mais cursos. E isso leva-nos a ter necessidade de mais profissionais para esses cursos.</i></p>
	Significado de projecto	<p><i>A imagem é: casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão.</i></p> <p><i>por isso não se tem desenvolvido tanto como gostaríamos.</i></p> <p><i>temos um enfoque muito grande na alimentação.</i></p> <p><i>alunos e alunas que (foram) pais e mães neste ano lectivo se a educação para a saúde tivesse sido mais abrangente se calhar não tinha acontecido (...).</i></p>
	Iniciativas planeadas pelo CE no âmbito do PES-ESL	<p><i>um curso de socorrismo para todos os funcionários não docentes. Quer dizer, não estava inscrita no projecto. (...) Ter uma acção de formação gratuitamente e para todos os funcionários da escola não era necessário estar inscrita no projecto.</i></p>

	<p>Motivação e incentivos às coordenadoras / ao projecto</p>	<p><i>Os incentivos são apenas aquilo que lhes podemos dar e é pouco. (...). São reduções horárias que estão contempladas na lei. (...) não há uma forma de premiar não temos outros meios para apoiar as pessoas e para dignificar a acção que têm.</i></p>
	<p>A coordenação de estruturas</p>	<p><i>Eu entendo a gestão e, nomeadamente, o CE como um órgão de coordenação de actividades mas nem sempre pode ser um fomentador de acções. Dou uma grande importância à autonomia de cada docente e de cada grupo. Daí que nós também vivemos um pouco do que os docentes estão dispostos a fazer. A coordenação (...) deve-se fundamentar, para já, em actividades no concreto.</i></p> <p><i>reuniões para definição de objectivos do PES? Inicialmente sim (...) a coordenadora toma sempre a iniciativa de nos contactar.</i></p> <p><i>equipas de trabalho no projecto... É importante. Claro que isto se faz da boa vontade das pessoas. E às vezes falha aqui e ali porque (...) não é nenhuma obrigação.</i></p> <p><i>Nós funcionamos como um pivôt. A nossa ideia é ir ao encontro dos colegas e transmitir-lhe uma série de boas vontades que existem e procurar articular essas intervenções.</i></p> <p><i>as obrigações não dão grandes resultados.</i></p> <p><i>nós queremos que exista maior ligação entre as várias estruturas de apoio aos alunos, às famílias e à escola. Não passa só por reuniões. Passa também por directivas muito claras que têm de ser dados sobre o que fazer.</i></p>

	<p>Critérios e instrumentos de avaliação das coordenadoras</p>	<p><i>No final de cada ano, a lei estabelece que deve ser apresentado um relatório das actividades desenvolvidas ao CE. E a avaliação é feita atendendo ao que é escrito mas também aquilo que é verificável. que os membros do CE vão vendo, ouvindo, etc. Por exemplo, no caso da coordenadora do PES um dos filhos de um dos membros do CE, (...), veio à escola e colaborou em aulas (...) temos sempre um feed-back de como é que as coisas correram e como é que foi a articulação da coordenadora com as turmas, com a pessoa que cá vem falar,...</i></p> <p><i>o único instrumento que é utilizado é o relatório.</i></p> <p><i>no mínimo, para se fazer alguma coisa, precisamos de 4 anos. Um ano é de preparação, um de aplicação concreta dos projectos e os dois seguintes é de atingir os objectivos a que nos propomos inicialmente.</i></p>
--	--	--

A escola – concepção organizacional	Nomeação das coordenadoras	<p><i>O primeiro era um mandato meramente transitório e tínhamos como obrigação pôr uma série de estruturas da escola a funcionar, e não podíamos ter qualquer horizonte além disso. Teria de ser uma nomeação circunscrita aquele ano para executar um determinado trabalho que depois podia, ou não, ter continuidade em função do CE que viesse.</i></p> <p><i>tivemos a intenção no PES, como noutras actividades, de nomear pessoas para o mesmo ciclo de vigência do CE, para que esse trabalho fosse coerente. Para que tivesse finalidade e (...) uma articulação capaz conhecendo os coordenadores e conhecendo os coordenadores o CE.</i></p> <p><i>O critério da escolha: professor numa área curricular afim à da saúde daí termos escolhido a actual coordenadora. E também porque no ano anterior tinha desenvolvido alguns projectos que tinham sido um êxito e tinham sido premiados. (...) pela sua dedicação à escola, pelo seu comprometimento com o PEE e com a nossa maneira de encarar as coisas.</i></p> <p><i>mudança de coordenadora do ano passado para este ano, houve apenas uma razão temporal e esse temporal ajustado aos objectivos que nós pretendíamos que se alcançassem no final.</i></p>
	Tarefas atribuídas às coordenadoras	<p><i>Que cumprissem o que a legislação impõem.</i></p>

	<p>Definição de objectivos do projecto</p>	<p><i>Partiu da coordenadora (a iniciativa de integrar a escola na RNEPS).</i></p> <p><i>Obviamente que temos feito sugestões.</i></p> <p><i>As iniciativas planeadas pelo PES foram da iniciativa da coordenadora ou também do CE? Não. Grande parte foi o próprio CE. Recordo (...) uma acção que chegou ao CE, no âmbito do PES, que foi transmitida à coordenadora e ela desenvolveu.</i></p>
	<p>Recursos atribuídos ao projecto</p>	<p><i>temos que dividir o pouco que temos por todos. E fica sempre pouco para cada um.</i></p> <p><i>na nossa gestão, temos sempre alguma almofada financeira. E até agora não nos faltou. Pequena, mas temos sempre capacidade de financiamento.</i></p>
	<p>O papel da Assembleia de Escola</p>	<p><i>A AE deve de ter um papel interveniente mas não absorvente (...) não deve ser um mero espectador mas deve de indicar pistas que (...) sejam exequíveis, por um lado, sem contudo avaliar de forma negativista as coisas que se fazem. Não por nós mas mais pelos colegas que trabalham nas várias áreas. É muito importante que se passe uma mensagem (...) positiva. E a mensagem positiva passa-se por duas formas: por críticas (...) construtivas, mas também pelo apoio do que é bem feito. A AE tem um papel muito importante no apoio, nomeadamente daquilo que se faz bem dentro da escola e aqui na educação para a saúde.</i></p>
	<p>O papel do Conselho Pedagógico</p>	<p><i>Nós iremos propor na revisão do RI, que o CP tenha uma pessoa que seja o representante dos projectos da escola. Um deles será este do PES.</i></p> <p><i>O CP, sendo um órgão consultivo deve aprovar as grandes linhas de orientação e de coordenação entre os vários órgãos.</i></p>

	<p>O papel dos Serviços Especializados de Apoio Educativo</p>	<p><i>A relação que há é quase uma relação institucional. não se entra em contacto com a coordenadora da educação para a saúde. E, no nosso entender, fazia todo o sentido até para motivarem outras entidades.</i></p> <p><i>Podem ser feitas (...) entre o SPO (...) e com a nossa professora de ensino especial, (...) reuniões periódicas que possam informar ambas as partes, (...), estabelecendo aí prioridades e vendo algumas debilidades que os alunos demonstrem ou que até a escola tenha e que se possam colmatar. Isso vamos tentar fazer no próximo ano.</i></p> <p><i>existiu alguma reunião nestes dois anos? Nestes dois anos não. Que eu tenha conhecimento, não.</i></p>
--	---	--

	<p>O PEE e a integração de projectos</p>	<p><i>as escolas são bombardeadas com imensos projectos o que pulveriza muito a vontade das escolas. Ao subscrever todos os projectos caísse no erro de fazer um bocadinho apenas de cada. Pulverizam-se as boas vontades (...) e o dinheiro pelos vários projectos.</i></p> <p><i>é uma lacuna que vamos tentar modificar (a articulação do PES com outras iniciativas ou projectos). Há um caso, que foi sugerido por mim, à coordenadora do PES e a um outro projecto que é a Bandeira Verde, que as duas pessoas trabalhassem. Mas não há uma institucionalização, uma obrigação.</i></p> <p><i>papel da coordenação das direcções de turma? Estabelecer uma articulação mais próxima entre a escola, as famílias e os alunos.</i></p> <p><i>envolver os coordenadores é envolver as famílias mas também conseguirem estabelecer uma ponte através dos directores de turma com os conselhos de turma ou com pequenos grupos de professores que possam actuar em áreas muito concretas da educação para a saúde.</i></p> <p><i>PES está integrado no PEE? Ainda não está da forma que nós queríamos.</i></p> <p><i>(falta de integração) verifica-se ao nível do PAA. É um plano muito sectorial, cada professor, grupo de professores, promove uma série de actividades.</i></p>
	<p>Comunicação / informação</p>	<p><i>No primeiro mandato fomos a todas as reuniões com alunos e pais no início do ano. Este ano, fomos apenas aos do 7º e aos do 10º, onde está o maior número de alunos novos. E a coordenadora do PES esteve presente e falou um pouco sobre o projecto.</i></p> <p><i>O PES não está divulgado na página electrónica da escola. O motivo é porque tudo o que é feito precisa de um tempo de maturação. Talvez neste segundo ano faça sentido e as coisas tenham uma outra dinâmica.</i></p>

	<p>Critérios e instrumentos de avaliação do projecto</p>	<p><i>Quando fazem o relatório da actividade que desenvolve (...) faz também a avaliação de como correu o projecto. Também o CE no relatório que elabora, no final do ano, das várias actividades que se desenvolvem na escola, também insere a educação para a saúde. Onde emite um parecer.</i></p> <p><i>Não definimos (critérios de avaliação) porque a pessoa faz isso em função do seu relatório. Nós não criámos nenhuma entrada obrigatória. Deixamos ao critério do coordenador. Não criámos nenhuma escala. Uma vez que prezamos muito a autonomia das pessoas. E achamos que ao criarmos alguns parâmetros poderia ser inibidor da própria função ou termos alguma atitude que não queríamos ter.</i></p> <p><i>Quando fazem a vossa avaliação também não... Não temos nenhum item é apenas o que nós, internamente no CE, nas várias áreas faz a apreciação.</i></p>
<p>O contexto da escola</p>	<p>A apresentação do projecto</p>	<p><i>Existe uma apresentação mais individualizada do PES na AE ou no CP? Não existe. (...) uma das ideias é que possam ir a CP, de quando em vez, pessoas dos vários projectos, independentemente de terem lá alguém a representá-los, para poderem falar sobre isso.</i></p>
	<p>A apresentação dos resultados / da avaliação</p>	<p><i>No início do ano lectivo contamos apresentar ao CP um relatório das actividades que decorreram, nomeadamente do PES. No primeiro ano não o fizemos porque a situação era meramente transitória e provisória.</i></p>

	<p>A incorporação de opiniões e pareceres</p>	<p><i>Houve sugestões de professores, internamente. Externamente nem tanto. Não há, que eu tenha conhecimento... A não ser um relatório que é subscrito pelo professor Doutor Daniel Sampaio. Mas não há por parte de outras entidades externas à escola, nomeadamente o ME, um envolvimento que comprometa essas estruturas com as escolas. Da comunidade educativa não tivemos muito. Não tivemos sugestões para alteração ou propostas ou críticas, das tais construtivas.</i></p>
	<p>O papel dos pais e encarregados de educação</p>	<p><i>Não foi boa a participação dos pais. Quem deve fazer os contactos com os Encarregados de Educação? É a tal articulação com os coordenadores dos Directores de Turma... Deve ser a Coordenadora do PES (...) prioritariamente, e é uma das razões porque existe. temos tido uma grande dificuldade na Associação de Pais, que poderia ser um parceiro muito importante na educação para a saúde. Não aparecem. Não querem participar. Não se querem envolver.</i></p>

	<p>As ligações com organismos / entidades exteriores</p>	<p><i>a escola, este ano, trabalhou com todas as entidades que nos bateram à porta para fazerem acções.</i></p> <p><i>Foi boa a resposta que a escola deu à participação dos vários parceiros que nos propuseram actividades.</i></p> <p><i>Nós aqui estamos sempre de braços abertos para todos que nos queiram ajudar.</i></p> <p><i>Nós temos uma parceria com o Centro de Saúde. Mas considero uma parceria fraca.</i></p> <p><i>Provavelmente porque eles (Centro de Saúde) terão muitas solicitações e, se calhar, têm poucas pessoas.</i></p> <p><i>outro projecto, o Partilhar, em que (...), por arrastamento, algumas, dessas parcerias são envolventes com a educação para a saúde.</i></p> <p><i>parceria que a escola fez com uma empresa que deu a formação para os funcionários.</i></p> <p><i>Quem que deve ter a iniciativa de procurar as parcerias para o PES? O que nós achamos é a tal ideia de autonomia. Tanto o CE como qualquer outro professor que tenha conhecimento e possa transmitir à coordenadora, ou ao CE, como a própria coordenadora do PES e dos outros projectos, uma vez que os nossos alunos colaboram noutras actividades e trazem, por arrastamento, ofertas.</i></p>
<p>Sugestões para o futuro</p>	<p>Motivar professores</p>	<p><i>Isso é quase um milagre. Porque as pessoas têm tanto que fazer...</i></p> <p><i>Tem que haver acção para haver comprometimento.</i></p> <p><i>Se não existirem ideias de acção não há comprometimento dos vários actores.</i></p>

	<p>Envolver os encarregados de educação</p>	<p><i>há muitos encarregados de educação que necessitariam, também eles, de vir à escola, de estar na escola, de serem alunos nessa temática. talvez, se nós tivéssemos meios para isso, abrir cursos de formação para os pais. Só se liga quem actua, quem não actua não se liga a nada. Mas é uma tarefa muito difícil.</i></p>
	<p>Recursos necessários</p>	<p><i>(o PES) devia ter um reforço financeiro substancial. por exemplo os kits de segurança, os pequenos instrumentos que nos permitem verificar a qualidade dos alimentos. Por exemplo, um outro aspecto que também está ligado com a educação para a saúde é o plano de emergência da escola e o plano de evacuação. São coisas que nos ajudavam imenso se nos dessem alguns materiais.</i></p>

	<p>Aspectos a reformular</p>	<p><i>falta a integração entre os vários intervenientes.</i></p> <p><i>Gostaríamos que mudasse o dia da escola, que se desenvolvesse de outra forma e tivéssemos o contributo, que não temos tido, relativo à saúde.</i></p> <p><i>criar um roteiro de procedimentos que nos permita saber como actuar.</i></p> <p><i>não temos um enfoque noutras áreas da saúde, como, por exemplo, nos cuidados primários, nos fármacos, nas várias doenças e como as prevenir (...) é uma coisa que vamos tentar, no próximo ano, melhorar.</i></p> <p><i>trazer alguns especialistas.</i></p> <p><i>acho que se deve ir mais longe criar maior envolvimento através de visitas de estudo.</i></p> <p><i>dos serviços de saúde, acções de formação.</i></p> <p><i>maior envolvimento das várias entidades que trabalham no âmbito da educação para a saúde. Por exemplo a Câmara Municipal, os centros de saúde, o Ministério da Saúde, os centros de despiagem da toxicodependência.</i></p> <p><i>alterarmos o PEE (...) enunciar concretamente o que a escola pode dar em termos de educação para a saúde. Quais as abordagens que se podem fazer em função dos níveis etários dos alunos que temos.</i></p> <p><i>tentar aumentar o número de acções, o número de participações da escola.</i></p> <p><i>acções não só para os docentes mas também para os auxiliares.</i></p>
--	------------------------------	--

	<p>Identificação do(s) actor(es) que pode(m) melhorar o projecto</p>	<p><i>no ano que vem porque a (coordenadora) ganhou alicerces, conhecimentos e empatias com outras entidades e é provável que isso se comece a consubstanciar em realidades e em acções.</i></p> <p><i>coordenação das direcções de turma devem ser mais operantes e incisivas no trabalho com a educação para a saúde.</i></p> <p><i>Na estrutura da escola todos têm importância.</i></p> <p><i>se formos rigorosos, é sempre o CE. Mas nenhum CE se pode substituir à vontade e ao querer de oitenta e tal pessoas. E é muito importante o trabalho dos coordenadores. Sem o trabalho dessas pessoas não há ninguém que consiga implementar qualquer projecto.</i></p> <p><i>Se tivéssemos a abordagem de um médico, um psicólogo, um sexólogo, teríamos uma actividade completamente diferente.</i></p>
--	--	---